

# Mobilidade espacial da população

Desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo

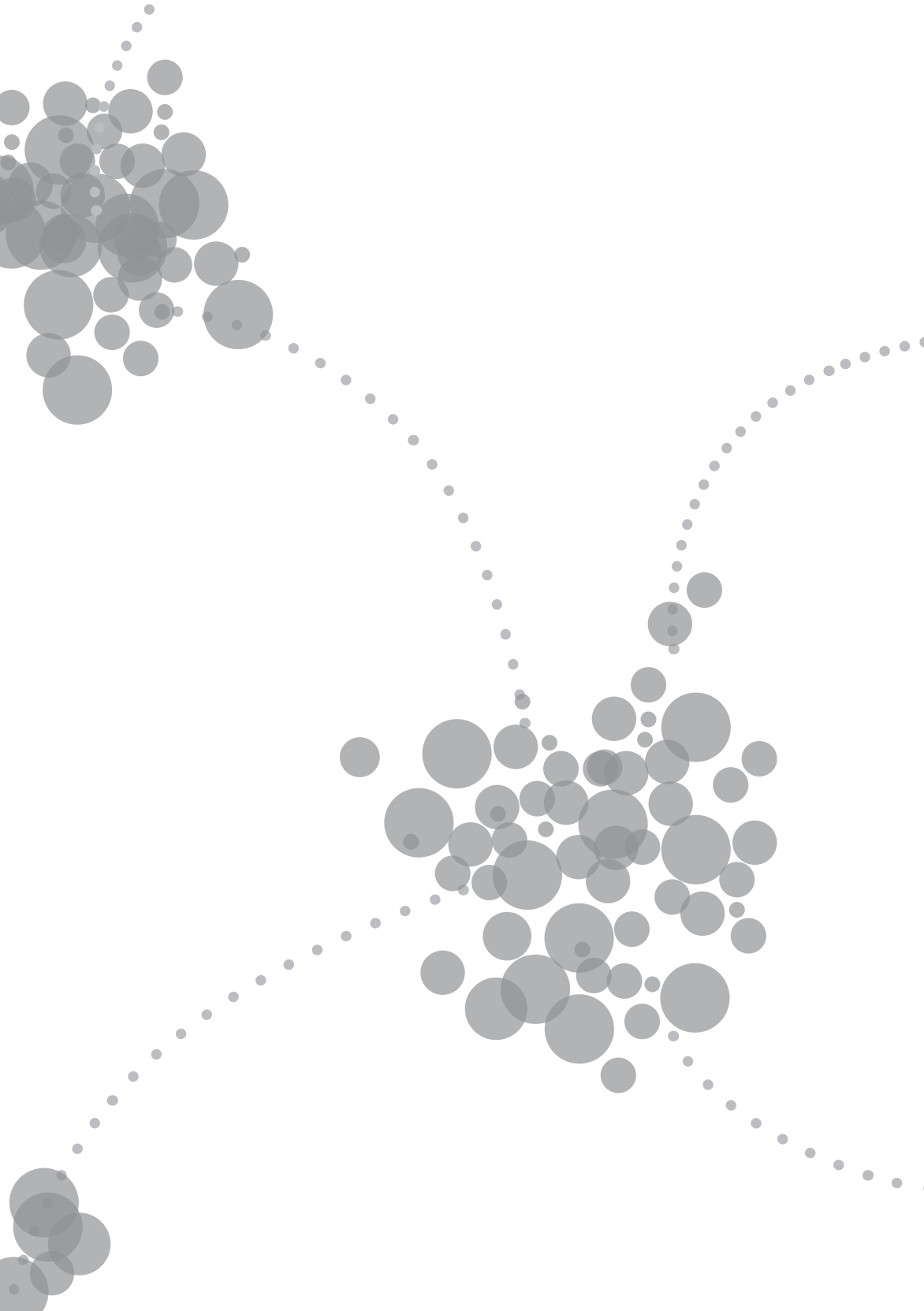
José Marcos Pinto da Cunha  
(org)



# **Mobilidade espacial da população**

Desafios teóricos  
e metodológicos  
para o seu estudo

José Marcos Pinto da Cunha  
(org)



# Mobilidade espacial da população

Desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo

José Marcos Pinto da Cunha  
(org)



Campinas, 2011

**Capa, Projeto Gráfico e Diagramação**

Traço Publicações e Design  
Flávia Fábio e Fabiana Grassano  
Assistente - Carlos Fábio

**FICHA CATALOGRÁFICA**  
**ELABORADA PELA BIBLIOTECÁRIA ADRIANA FERNANDES**

Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo / José Marcos Pinto da Cunha (Org.). - Campinas: Núcleo de Estudos de População-Nepo/Unicamp; 2011. 184p.

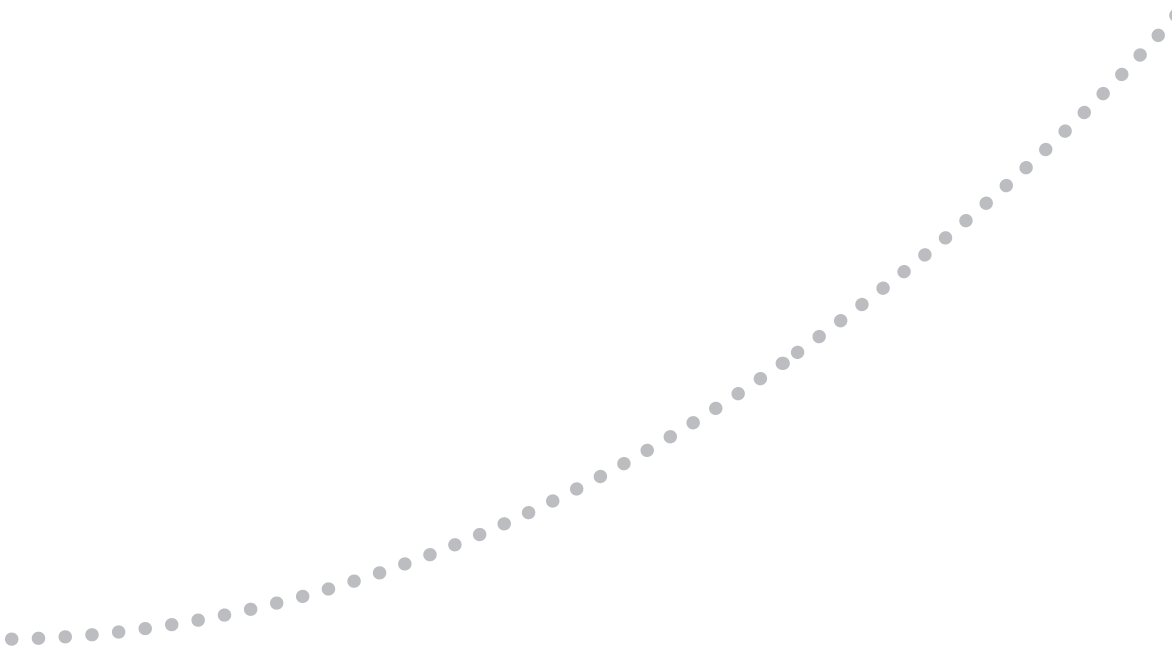
ISBN978-85-88258-30-3

I. Migração. 2. Migração interna. 3. Mobilidade espacial da população. I. Cunha, José Marcos Pinto (Org.). II. Título.



# Sumário

<i>Apresentação - Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo</i> José Marcos Pinto da Cunha .....	7
<i>I. Temas metodológicos claves en el estudio de la migración en países en desarrollo: teoría, recolección de datos y políticas</i> Richard Bilsborrow .....	17
<i>II. Movilidad espacial de la población: desafíos teóricos y metodológicos</i> Hervé Domenach .....	33
<i>III. ¿Qué definiciones, que teorías, qué fuentes y qué metodologías precisamos para el estudio de la migración interna en la actualidad?</i> Jorge Rodríguez Vignoli .....	45
<i>IV. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais</i> Rosana Baeninger .....	71
<i>V. Mobilidades contemporâneas: distribuição espacial da população, vulnerabilidade e espaços de vida nas aglomerações urbanas</i> Eduardo Marandola Jr. ....	95
<i>VI. Mobilidade espacial, vulnerabilidade e segregação socioespacial: reflexões a partir do estudo da RM de Campinas, 2007</i> José Marcos Pinto da Cunha .....	117
<i>VII. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas</i> José Irineu Rangel Rigotti .....	141
<i>VIII. O uso das PNAD's na análise do fenômeno migratório: possibilidades e desafios metodológicos</i> José Marcos Pinto da Cunha e Alberto Augusto Eichman Jakob .....	157
<i>Sobre os autores</i> .....	179



# Apresentação



## **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**

José Marcos Pinto da Cunha

### **Introdução**

Este livro foi organizado de maneira a permitir ao leitor uma reflexão tanto teórica, como metodológica sobre o significado, dificuldades, desafios e cuidados que cercam os estudos sobre a “mobilidade espacial da população”.

Agora, por que usar este termo e não diretamente migração? Será que faz alguma diferença pensar em um fenômeno de uma ou outra maneira? A resposta que se propõe é sim. De fato, como lembram Wunsch e Termote (1978, p.196)<sup>1</sup> mobilidade espacial refere-se à “habilidade” de mover-se no espaço fenômeno que pode envolver não apenas a migração, considerada como mudança de lugar de residência, mas também os movimentos diários dos quais os mais conhecidos são os pendulares. De fato pode-se dizer que sob um conceito amplo e mal definido, mesclam-se processos complexos e diversificados, que emergem na resultante redistribuição da população no espaço. Desde mudanças de residência relacionadas a momentos do ciclo vital

---

<sup>1</sup> WUNSCH, G. and TERMOTE, M.G. Introduction to Demographic Analysis: principles and Methods. Plenum Press, New York, 1978.



até movimentos que significam etapas de ascensão na escala social, diversos e complexos são os fatores subjacentes aos deslocamentos populacionais de uma área a outra (Patarra e Cunha, 1987, p.32).<sup>2</sup>

Ou seja, considera-se que partir de reflexões que não apenas partam de uma terminologia mais ampla, mas também de uma visão mais complexa do que seria a movimentação da população no espaço, representaria a priori uma vantagem para melhor se compreender a real característica, condicionantes e consequências da dinâmica da população nos seus vários contextos socioespaciais. Como veremos em vários dos textos deste livro, esta diversidade e complexidade de movimentos exigem novos esforços teóricos e metodológicos, a ampliação das fontes e tipos de dados coletados, bem como a utilização cada vez mais criativa das informações já existentes.

No entanto, isso não significa descartar a noção de migração. Afinal, esta variável é parte constitutiva do pensar demográfico, já que representa um dos três pilares a partir dos quais se pode estudar a modificação do tamanho, estrutura e distribuição espacial da população. Não significa, portanto, abandonar ideias já consolidadas, ou propor uma nova maneira de se pensar a dinâmica demográfica. Na verdade, podemos pensar que rotular determinado movimento como migração ou algum outro tipo de mobilidade espacial dependeria muito menos de conceitos herméticos predefinidos, do que a real definição do fenômeno como objeto de estudo. Assim, seria possível pensar a migração a partir de duas perspectivas: por um lado, como fenômeno demográfico, e por outro lado, como processo social. Mesmo tendo em conta que tal separação tende a ser artificial, na medida em que, ao menos os demógrafos, em geral, não estabelecem a separação destas duas dimensões, não há como negar que observado como componente do crescimento demográfico, a migração não apresenta qualquer problemas quanto à sua definição: será considerado desta forma qualquer movimento que modifique o tamanho e a estrutura da população.

De fato, embora as várias definições encontradas em textos especializados ou em manuais tenham um caráter, em geral, normativo quanto ao que deve

---

<sup>2</sup> PATARRA, N. e CUNHA, J.M.P. Migração um tema complexo. Revista São Paulo em Perspectiva, v.1, n.2, jul./set., 1987.

ou não deve ser considerado migração, devemos ter em conta que tal postura estaria muito mais atrelado à necessidade de padronização ou à disponibilidade de dado, do que propriamente a uma definição ou, o que seria muito mais complexo, uma conceitualização do que seria o fenômeno.

For a movement to be considered a migration, it must (grifo nosso) be across a political or administrative boundary, and involve a change of 'usual residence' (Bilsborrow, 1998, p.3)<sup>3</sup>.

Como se nota na definição acima, o caráter normativo (caracterizado pelo termo “must”) fica muito claro uma vez que considera migração apenas o movimento que se dá entre divisões políticas administrativas. Outra definição mais “flexível”, embora bem mais indefinida é proposta pela Nações Unidas em seu famoso manual sobre migração:

traslado de una zona definitoria de la migración a otra (o un traslado a una distancia mínima especificada) que se ha hecho durante un intervalo de migración determinado y que ha implicado un cambio de residencia (Naciones Unidas, 1971, pg.2)<sup>4</sup>.

Neste caso fica bem mais aberta a possibilidade de se pensar em deslocamentos entre unidades espaciais diversas e não necessariamente constituídas formal ou administrativamente.

De qualquer forma, uma característica tem balizado todas estas definições e coloca novamente uma grande dificuldade para estabelecer a noção de migração, em particular, na atualidade: a mudança de residência. De fato, como nos mostra Domenach e Picouet (1995)<sup>5</sup> é cada vez mais difícil definir o que seria uma mudança permanente ou não de domicílio o que colocaria, portanto, em xeque qualquer definição como as anteriormente mencionadas.

Contudo, ao voltarmos nossa atenção à migração como fenômeno demográfico, podemos dizer que todas estas questões se não perdem importância, ao menos seriam relativizadas. Senão vejamos. Como componente do crescimento populacional, a migração deveria ser considerada como qualquer entrada ou saída de pessoas, independentemente da escala

<sup>3</sup> BILSBORROW, R. Migration, Urbanization, and Development: New Directions and Issues. FNUAP, New York, 1998.

<sup>4</sup> NACIONES UNIDAS, Métodos de Medición de la Migración Interna, Manual VI, Nueva York, 1972.

<sup>5</sup> DOMENACH, H. e PICOUET, M. Las Migraciones. Universidad Nacional de Córdoba, Dirección General de Publicaciones, Córdoba, Argentina, 1995.

espacial, no período de tempo considerado; ou seja, do ponto de vista puramente demográfico, o que nos interessa é saber como a população de um determinado território – seja um país, um estado, um município ou até mesmo um pequeno bairro – foi modificado ao longo de um período de tempo pela movimentação de pessoas que poderiam incrementar (os imigrantes) ou reduzir (os emigrantes) o seu tamanho (e composição).

Já do ponto de vista do fenômeno como processo social certamente a compreensão e conceito do que seria ou não migração deveria sofrer forte interferência em função da forma como o concebemos – a construção do objeto –, sobretudo como aspectos constituinte de dinâmica socioespacial. De certa maneira, a definição de migração dependeria muito mais do enfoque e interesses do pesquisador do que propriamente dos dados, divisões administrativas ou convenções pré-existentes. Talvez um exemplo interessante deste tipo de questão que se impõe ao pesquisador seria o conceito de “espaço de vida” desenvolvido por Courgeau (1988)<sup>6</sup>. Considerado como “porção do espaço no qual o indivíduo realiza todas suas atividades” esta forma de relacionar o indivíduo com o território poderia, por exemplo, levar uma definição do tipo: “las migraciones son entendidas como un traslado que suponen un cambio del espacio de vida de los individuos...” (Giusti e Calvelo, 1999)<sup>7</sup>.

Ou seja, uma proposição claramente independente de um recorte político-administrativo que tende a nortear as definições, para assim dizer, orientadas pelo enfoque demográfico. Obviamente que as dificuldades conceituais e, sobretudo operacionais para a realização de estudos tendo como ponto de vista o “espaço de vida” tornam esta opção um desafio muito maior. Assim, o que poderíamos compreender como migração a partir de um ponto de vista, poderia não sê-lo a partir do outro.

Um caso exemplar desta discussão seria a migração (ou mobilidade residencial) intrametropolitana, fenômeno que não apenas interfere no crescimento e forma das grandes aglomerações urbanas do país, como

<sup>6</sup> COURGEAU D. Méthodes de Mesure de la Mobilité Spaciale: migration internes, mobilité temporaire, navettes. L'Institut National D'Estudes Démographiques, Paris, 1988.

<sup>7</sup> Giusti, A., Calvelo, L.: “En busca de una medición de la reversibilidad”, en Celton, Domenach, Giusti (eds.), Migraciones y Procesos de Integración Regional, II Congreso Europeo de Latinoamericanistas-UNC-UBA, Córdoba, 1999.

também reflete, em muitos sentidos, a redistribuição da população no espaço metropolitano (Cunha, 2000, Cunha et.al. 2006)<sup>8</sup>. Assim, embora implique em mudança de residência (não importa se em caráter definitivo), este tipo de movimento não necessariamente resulta em mudanças de espaço de vida e, portanto nos termos definidos acima, não constituiria migração. Aliás, um dos tipos de deslocamento espacial mais “populares” (e em nada demográfico) entre os estudiosos hoje em dia, a “mobilidade pendular”, seria uma das faces mais visíveis deste processo: muda-se de lugar, mas não se perde o vínculo pré-existente com o território.

Seja qual for nossa inclinação ou, melhor dizendo, nossa necessidade em termos analíticos de visualizar a migração a verdade é que, a contrariamente ao que acontece com as outras duas variáveis demográficas, mortalidade e fecundidade, sua definição abre enormes flancos para discussão. É bem verdade que espaço e tempo são centrais em sua definição, mas várias questões se colocam: que espaço (ou escala espacial) seria relevante para ser considerado? Que tempo ou período seriam os ideais para uma adequada análise da migração? Seria realmente possível falar sobre um caráter definitivo da mudança domiciliar? No cenário contemporâneo das migrações, substituir a ideia de definitivo por residência usual, como tem sido feito, seria suficiente para resolver os problemas de captação de dados sobre migração?

Estamos de acordo com Bilborrow (1998) quando este afirma que

...as the field of migration advances, albeit slowly, it has become clear that there are kinds of migration besides the usual so-called ‘permanent’ or ‘long-term’ migration involving an unambiguous change of usual residence. In fact, the use of the term permanent should be avoided, as neither the migration is permanent... nor is the residence; indeed, the lack of permanence is inherent in the definition of migration itself. (p.5)

<sup>8</sup> CUNHA, J. M. P. La Movilidad Intrarregional En El Contexto de Los Cambios Migratorios en Brasil en El Período 1970-1991: El Caso de La Región Metropolitana de São Paulo. Notas de Población. Santiago de Chile; CELADE; p.149-185. 2000.

CUNHA, J.M.P et. al. Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas. In: CUNHA, J.M.P. da. (Org.). Novas Metrópoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação, ed. I., Campinas: NEPO/UNICAMP, setembro 2006.

O que se percebe, portanto, é que se no passado, particularmente nos países em desenvolvimento como o Brasil quando a migração de mais longa distância era a que ditava o compasso do fenômeno, talvez fosse mais fácil pensar a migração a partir de categorias mais herméticas como origem/destino, urbano/rural, industrial/não industrial etc., hoje a questão se coloca de forma mais complexa.

Ou seja, se no passado a complexidade e diversidade das formas de mobilidade espacial da população, eram ofuscadas pelas grandes tendências históricas da migração no Brasil, em particular a migração rural-urbana, e até mesmo pela falta de dados, hoje ela se manifesta com toda força, não apenas reproduzindo alguns aspectos já observáveis nas décadas anteriores, mas também apresentando novas feições, fenômenos, condicionantes e consequências.

Neste sentido, pensar de maneira mais geral na mobilidade espacial da população talvez fosse o mais adequado para nos desprendermos tanto de certos pressupostos e visões ultrapassadas que nos acompanharam até pouco tempo, quanto para vislumbrar novos conceitos, novas relações entre estes movimentos populacionais e, mais que isso, novas formas de compreender a dinâmica demográfica de nosso país e mais especificamente de nossas cidades e aglomerações urbanas.

Organizado em oito capítulos, este livro ao trazer contribuições de vários estudiosos da questão migratória, busca justamente apresentar um conjunto de reflexões cujo objetivo é contribuir para a análise do fenômeno sem a pretensão, no entanto, de esgotar a discussão. Como verá o leitor, a maior parte dos textos aqui apresentado trazem ideias, considerações e proposições que, nem sempre acabadas, levam à reflexão, indicam caminhos e oferecem alternativas, não apenas para pensar o fenômeno demográfico de maneira teórica, mas também empírica.

Em “Temas Metodológicos Claves en el Estudio de la Migración en Países en Desarrollo: Teoría, Recolección de Datos y Políticas”, Richard Bilborrow da Universidade da Carolina Norte dos Estados Unidos da América, compartilha conosco de modo objetivo e sucinto parte de suas preocupações sobre o tema migratório, questões estas decorrentes de sua enorme experiência de pesquisa no tema. O texto apresentado ressalta aspectos do campo da

migração, especialmente a interna, nas quais o autor encontra deficiências que devem ser encaradas como a teoria, a coleta de informações e formulação de políticas específicas.

O segundo capítulo traz a contribuição de outro professor cujos estudos tem sido referências não apenas no Brasil, como na América Latina. Com o título “Migraciones y movilidad espacial: retos teóricos y metodológicos”, Hervé Domenach da Universidade Cézanne – Aix-Marseille III da França, com foco prioritário na migração internacional, desenvolve seu argumento em torno da busca de uma resposta à seguinte pergunta: como discutir os desafios e dificuldades para se estudar a mobilidade espacial da população frente às mudanças em curso em nossas sociedades? Para o autor as respostas resultariam, por um lado, dos estudos acerca das mutações pós-modernas em matéria de migrações e, por outro lado, da diversidade dos perfis e categorias de mobilidade. Como uma reflexão extremamente instigante o autor nos abre caminhos para compreender e estudar a mobilidade populacional nos dias de hoje.

O terceiro texto apresentado neste livro é de Jorge Rodriguez que, a partir de sua condição de conceituado investigador do CELADE-Divisão de População da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) realiza uma reflexão a partir de experiência latino-americana sobre a questão migratória. Em *¿Qué definiciones, que teorías, qué fuentes y qué metodologías precisamos para el estudio de la migración interna en la actualidad?*, o autor discute vários elementos atinentes ao estudo do fenômeno. Assim, são considerados temas como a diversidade de migração interna na região, a relação campo-cidade, os fatores de expulsão das áreas rurais e urbanas, bem como os novos fatores de atração; também são feitas considerações sobre políticas explícitas e implícitas que impactam o fenômeno bem como aspectos relativos à migração entre cidades.

“Migrações Internas no Brasil Século 21: desafios conceituais” é o título do quarto capítulo e da contribuição trazida por Rosana Baeninger professora e pesquisadora do IFCH/NEPO/ UNICAMP. Seu trabalho inova ao repensar e reavaliar algumas categorias até agora utilizadas para o estudo de migração e oferece alternativas resultantes de sua experiência acumulada nas últimas duas décadas. No texto a autora apresenta algumas reflexões

que contemplam o cenário recente das migrações internas no Brasil, com a proposição de novas noções para o entendimento teórico-metodológico dos processos migratórios em curso no país.

O capítulo cinco traz a instigante contribuição “Mobilidades contemporâneas: distribuição espacial da população, vulnerabilidade e espaços de vida nas aglomerações urbanas” de Eduardo Marandola Jr., pesquisador do NEPO/UNICAMP. Nela se discute a relação mobilidade-vulnerabilidade no contexto das aglomerações urbanas, a partir do conceito de espaço de vida. Desde um ponto de vista que enxerga a mobilidade espacial da população com um fenômeno que se configura mais além do tradicional deslocamento “casa-trabalho”, o autor traz para o debate o conceito de espaço de vida que, segundo ele, amplia as possibilidades da análise da mobilidade e sua complexidade. Com base nesta nova forma de compreender as possibilidades de deslocamentos da população, o texto analisa o quadro particular de vulnerabilidade diante de perigos específicos que se derivam desta mobilidade espacial na metrópole.

Nossa contribuição para este livro é apresentada em dois capítulos. O primeiro deles é o capítulo seis como o texto “Mobilidade espacial, vulnerabilidade e segregação socioespacial: reflexões decorrentes de uma experiência concreta”. Neste ensaio realizamos uma reflexão sobre as possíveis relações entre a mobilidade espacial, vulnerabilidade e os processos de segregação socioespacial da população nas grandes aglomerações urbanas. Tal reflexão, parte do pressuposto de que a mobilidade espacial (e particularmente a residencial) pode não apenas ter impactos importantes sobre a segregação, mas também ter efeitos diferenciados sobre a vulnerabilidade das famílias ou indivíduos, particularmente aqueles de baixa renda.

Dois capítulos de ordem técnica-metodológica completam este livro com a preocupação de oferecer ao leitor uma reflexão sobre os desafios e potencialidades das principais fontes de dados disponíveis no Brasil para a análise da migração.

No capítulo sete José Irineu Rangel Rigotti beneficiado por seu profundo conhecimento das fontes de dados e enorme criatividade para o uso das mesmas, nos apresenta em “Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas” reflexões sobre as potencialidades

dos Censos Demográficos para o estudo da migração. Depois de realizar uma concisa, mas ao mesmo tempo completa revisão dos momentos pelos quais passou a migração interna no Brasil nos últimos 60 anos, Rigotti nos oferece indicações importantes sobre as possibilidades que os nossos Censos, desde o de 1960, abrem para se conhecer melhor o fenômeno migratório. Finalmente revela algumas oportunidades que fontes alternativas de dados abrem para este campo temático como são os casos da RAISMIGRA, o Censo Escolar e as pesquisas O/D.

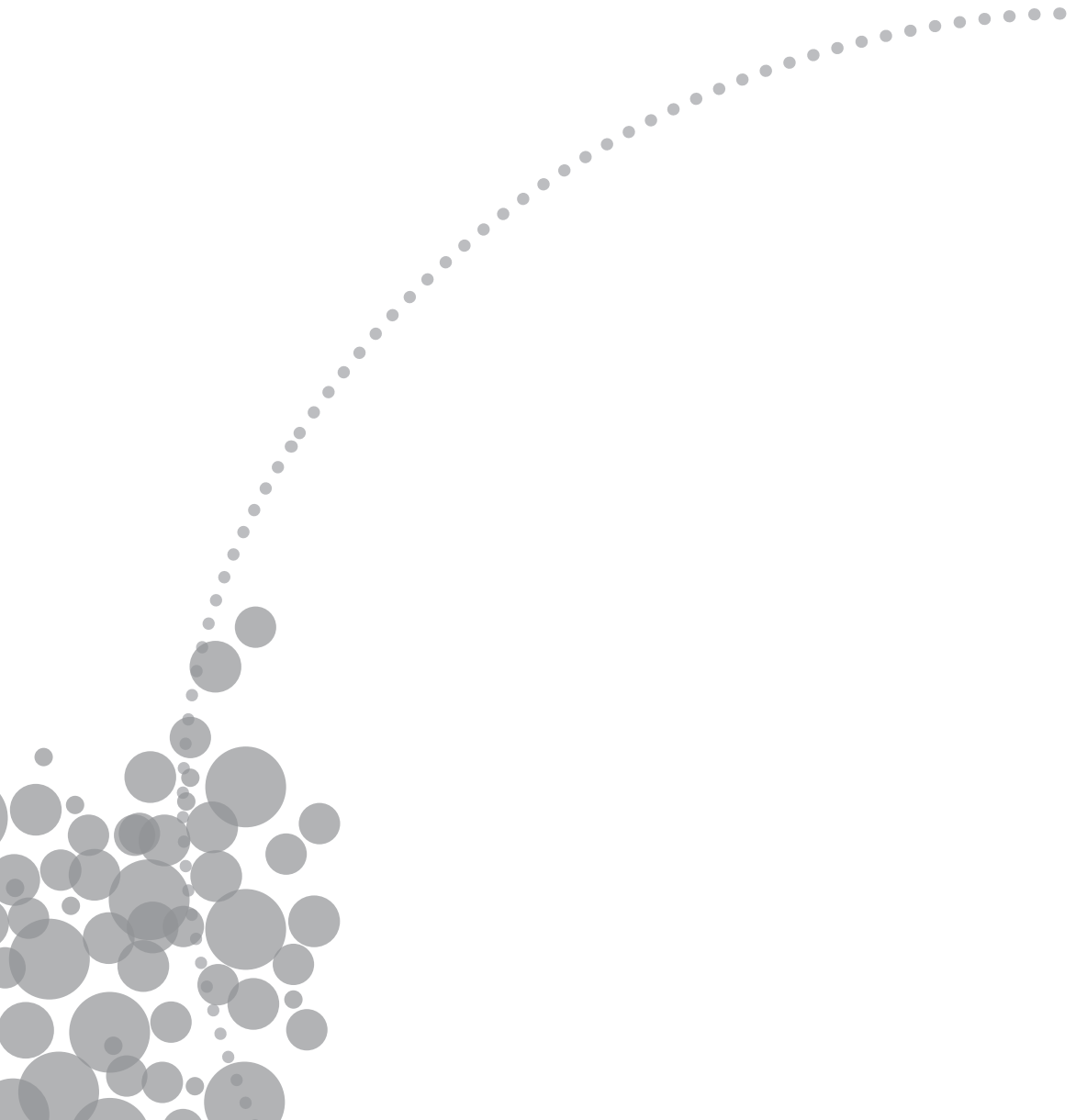
O oitavo e último capítulo, uma parceria com meu colega Alberto Jakob, pesquisador do NEPO/UNICAMP, também tem como ênfase uma importante fonte de dados para os estudos migratórios: a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Assim, no texto “O uso da PNAD na análise do fenômeno migratório: possibilidades e desafios metodológicos” apresentamos as potencialidades oferecidas pela referida pesquisa, bem como as restrições impostas tanto pelo seu desenho amostral, quanto pelos tipos de informações recolhidas. O texto não apenas mostra algumas possibilidades do que se pode ou não fazer com esta fonte, como também coteja os resultados obtidos a partir delas com aquelas derivadas do Censo Demográfico.

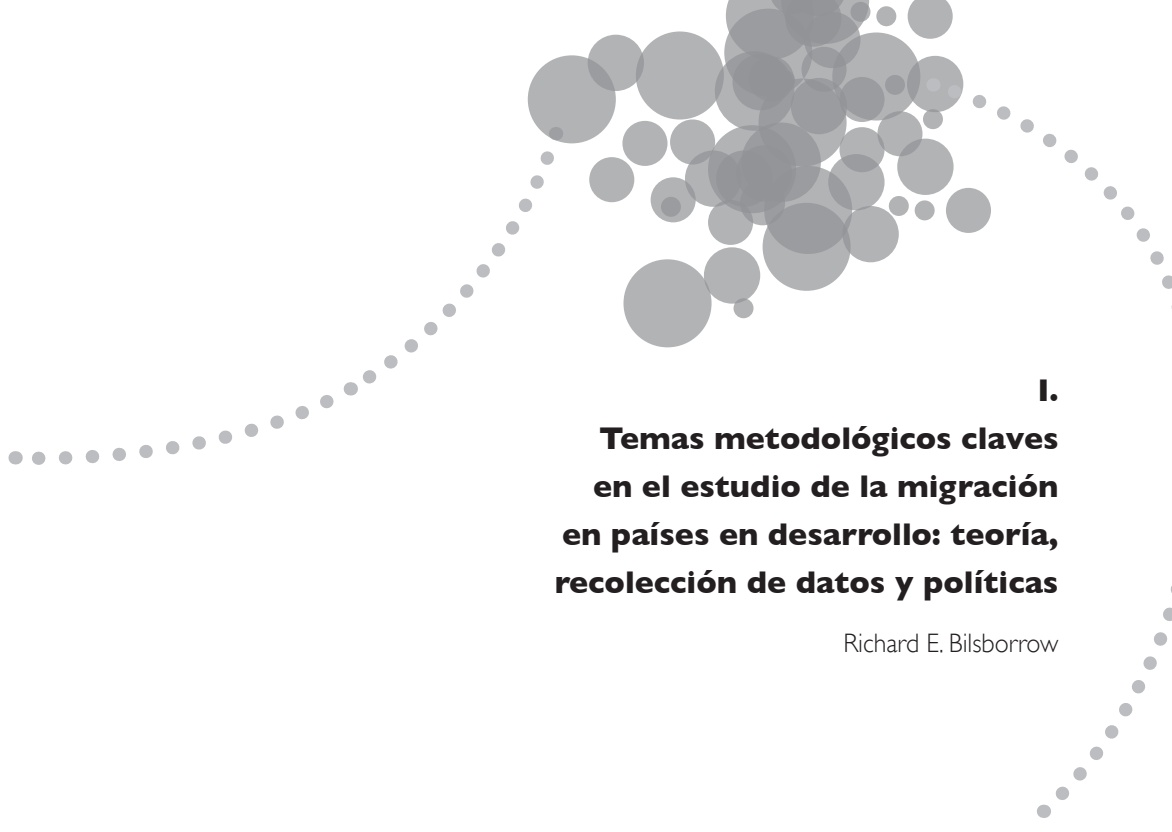
Este livro mais que uma reunião de importantes especialistas sobre o tema migratório no país e no mundo, representa um (re)encontro com colegas e amigos que, em grande medida, foi possibilitado justamente por compartilharmos a mesma preocupação, interesse e, por que não dizer, paixão por este objeto ao mesmo tempo complexo e instigante, os movimentos da população no espaço. Da mesma forma, foi fundamental o suporte financeiro do CNPq que não apenas possibilitou a realização do seminário que motivou esta publicação, mas também foi decisivo para que este livro pudesse se materializar.

Na verdade, ao finalizá-lo acredito também haver realizado um sonho há muito tempo acalentado, ou seja, o de oferecer à comunidade de estudiosos de população em geral, e aos “migrólogos” em particular, um material que, sem grandes pretensões, pretende motivar, incentivar e orientar novos e não tão novos pesquisadores interessados no tema.

Espero que assim seja.







# I.

## **Temas metodológicos claves en el estudio de la migración en países en desarrollo: teoría, recolección de datos y políticas**

Richard E. Bilborrow

### **Introducción**

El interés por la migración (sea interna o internacional) y su relación con el desarrollo en países en desarrollo sigue alto, aunque el campo de migración continua con muchas limitaciones. Esto es similar a lo que pasa con la fecundidad, que ha avanzado mucho desde los años 60 debido, principalmente, a los proyectos mundiales de la Encuesta Mundial de Salud y por el actual programa de las Encuestas de Demografía y Salud (DHS). Logran cantidad de información fidedigna a nivel de hogar en más de 100 países facilitó el financiamiento adicional de estudios empíricos. Lo que contribuyó enormemente a avances teóricos y políticas de población sobre fecundidad y crecimiento de la población. Esto, por su vez, favoreció el mejor entendimiento de estos procesos en relación al desarrollo económico, en países en desarrollo.

Pero nunca se ha creado un programa de encuestas mundiales de migración, aunque se consideró la posibilidad en USAID, en 1978. Sin datos, solo ha habido pequeños avances, y el campo de migración ya se encuentra

sumamente atrasado en comparación con el de fecundidad. Sin embargo, hay ciertos avances, y hasta mayor interés y financiamiento para migración, principalmente para la migración internacional.

El propósito de esta pequeña contribución es de resaltar ciertos aspectos del campo de la migración (especialmente migración interna) donde yo encuentro claras deficiencias que se deben y se pueden superar. Estas tienen que ver con la teoría, la recolección de información (sobre quiénes y cómo), las políticas en relación a la migración y los tipos de análisis.

### **Sobre la teoría de migración**

Es fascinante que el campo de la migración “moderna” comenzó con los artículos conocidos de Ravenstein (1885; 1889) hace más de un siglo y no ha avanzado mucho desde ese entonces, sea por las razones mencionadas anteriormente de falta de datos o por que Ravenstein fue realmente brillante u otras razones como, por ejemplo, el hecho de que en varios aspectos la migración es más compleja y no tiene un componente biológico como en el caso de la fecundidad. Así, la migración es compleja de definir, habiendo mucha variación e inconsistencias, que impiden comparar datos de un país con otro o datos dentro de un país a través del tiempo. La migración también puede repetirse muchas veces durante la vida o aun dentro de un año, es multi-disciplinario (existen teorías diversas en economía, sociología, geografía y hasta psicología y ciencias políticas), y tiene relaciones estrechas con los procesos y cambios socio-económicos. Todo esto complica el campo de migración.

Voy a señalar otra dimensión del campo de migración que no tiene paralelo con el campo de la fecundidad. Antes de Ravenstein se reconocía que la migración tenía íntima relación con los procesos y niveles de desarrollo mostrando que existía una fuerte tendencia de la población a migrar de un país a otro y dentro de los países de un sitio a otro, en busca de mayores ingresos y mejores condiciones de vida. Así, existen teorías bien desarrolladas sobre los enlaces entre la migración y el desarrollo desde los años 50, como por ejemplo el modelo de la economía doble (“dual economy models”), comenzando con Lewis (1954), Fei y Ranis (1964) y otros autores. En los modelos demográficos

económicos de Bachue, desarrollados principalmente por economistas en la Organización de Trabajo en Ginebra- Suiza en las décadas de los años 70 y 80, la migración interna jugaba un papel clave en el desarrollo del país usando como ejemplos os casos de Filipinas, Kenia, Yugoslavia, Brasil, etc. (ver por ej., RODGERS; HOPKINS; WERY, 1978), Anker y Knowles (1983). Mientras tanto, existían avances en geografía con el modelo de la gravedad (WOLPERT, 1965; RITCHEY, 1976) también al nivel de análisis macro.

Al tratarse del nivel micro los economistas desarrollaron el modelo de capital humano (“human capital migración model”), de Sjaastad (1962), que enfocaba la migración de una persona como un modismo orientado a a maximizar sus ingresos (que dependían en su educación, experiencia y edad) en el espacio. Este modelo sin duda tenía raíces teóricas en el modelo de Becker sobre el uso de tiempo (1965). Un poco más tarde Harris y Todaro (1969) realizaron una importante modificación en el modelo de Sjaastad con el llamado modelo de capital humano, que tomaba en cuenta la probabilidad de encontrar un trabajo según su capital humano, determinado por el nivel de desempleo. Otro economista vio la decisión de migrar como una decisión del hogar más que del individuo (MINCER, 1978), que se ha considerado más consistente con la migración ocurrida en los países en desarrollo. En estos mismos años se consiguieron, también, muchos avances en las ciencias sociales. Específicamente en relación a la migración los sociólogos hicieron contribuciones importantes, como el modelo sencillo de “push-pull” de Lee (1966) y del reconocimiento de la importancia de las redes sociales (“social net Works”), así como en determinar quien migra y a donde (entre los estudios más recientes ver por e el trabajo de Curran (2003) sobre México).

Hubo, también, una contribución original de los sociólogos de América Latina que trabajaron la hipótesis de sobrevivencia, o teoría de sobrevivencia de los campesinos (por ej., ver ARGUELLO, 1981; ELLIS, 2000) que adaptó esa hipótesis a la teoría contemporánea de los geógrafos), que veían a la migración de un miembro del hogar a otra parte del país como una decisión del hogar necesaria para distribuir los riesgos de alcanzar los ingresos del hogar entre varios tipos de actividades económicas y en diferentes sitios geográficos. Por ejemplo, una familia de campesinos con poca tierra puede mandar un miembro de la familia a la ciudad vecina que envíe dinero para su familia.

Aparentemente de forma independiente, en los años 80 los economistas desarrollaron una nueva versión de la teoría del capital humano, con el nombre de la Nueva Economía de la Migración Laboral (the “New Economics of Labor Migration”) que incorpora, importantes elementos de la teoría de sobrevivencia campesina. Esta teoría, comenzando con Stark and Bloom (1985), posteriormente con Stark y Taylor, 1991 además de otros autores, considera la migración de uno de los miembros del hogar como una decisión conjunta del hogar para distribuir los riesgos y de asegurar los ingresos del hogar, en un contexto de falta de acceso a seguros contra una falla en la cosecha, dado el pobre desarrollo del sistema financiera en el país.

Finalmente, existe una teoría que estudia la migración dentro de un contexto de juego de decisiones inter-relacionadas entre el hogar, decisiones sobre la fecundidad y el uso de tiempo de los miembros del hogar en su trabajo -sea en la agricultura o trabajo no-agrícola-, el uso de la tierra, la tecnología, y la migración temporal. Esta teoría se ha denominado “teoría de la respuesta multifásica” (“theory of multiphasic response”), y tiene origen en la teoría de historia propuesta por Arnold Toynbee, basada en el artículo de 1963 de Kingsley Davis, en el cual escribió sobre las múltiples respuestas demográficas al crecimiento rápido de la población en Japón. O sea, Davis mencionaba como respuestas: postergar el matrimonio; postergar o espaciar los nacimientos dentro del matrimonio y migración a la ciudad. Posteriormente esta teoría fue adaptada y ampliada por Bilsborrow (1987) que incluyó, también, respuestas económicas, incluso la expansión en los terrenos agrícolas, la mayor intensificación en su uso, trabajo afuera de los terrenos agrícolas, y migración (y trabajo) temporal afuera del hogar. Los factores que determinan cuales de las respuestas ocurran dicen respecto a la disponibilidad de tierra y oportunidades de trabajo en áreas rurales y urbanas en la comunidad y en el país; el capital humano, el capital fijo el capital social de los miembros del hogar además de las políticas locales, regionales y nacionales.

Los dos puntos claves de esta sección son: (1) han existido muy importantes contribuciones teóricas (generalmente constatadas por estudios empíricos) de diferentes disciplinas, lo que confirma su naturaleza multidisciplinar, principalmente en los años 60; (2) a pesar de la falta de grandes avances en la

teoría de la migración en las décadas recientes, se han desarrollado muchas investigaciones constatando relaciones empíricas y sus diferencias en diversos países y contextos.

Sin embargo, hay limitaciones severas en la gran mayoría de estos estudios debido a la falta de datos adecuados y, lo que es peor, la falta del reconocimiento de las limitaciones en los datos por parte de los investigadores o de los periódicos que aceptaron publicar los estudios sin reconocimiento de sus limitaciones ni recomendaciones al menos para mejorarlos.

### **Datos por coleccionar: sobre que grupos de población y donde?**

Existe confusión sobre cuales grupos de población se debe considerar para investigar la migración, incluso cuales serían los adecuados para estudiar los determinantes de la migración y/o sus consecuencias (para más detalles ver BILSBORROW; OBERAI; STANDING, 1984; BILSBORROW et al., 1997; BILSBORROW, 1998). Este asunto se podría denominar como, el tema de “los grupos apropiados de comparación”. Así, en cualquier estudio sobre migración existen informaciones sobre lugares de origen y lugares de destino. En el origen, hay migrantes hacia afuera, emigrantes (“out-migrants”) y no-migrantes. En el lugar de destino, hay migrantes desde afuera, inmigrantes (“in-migrants”) y no-migrantes. En algunos casos (raras veces) es suficiente recolectar información solamente referente a los migrantes. Por ejemplo en el lugar de destino, para ver cómo se relacionan entre sí, o para combinar con datos de otros grupos para investigar los determinantes de la migración (ver abajo). Pero por lo general, no es así.

Para entender que información se deber recolectar para investigar los *determinantes de* (las decisiones de) *la migración*, es necesario reflexionar cuando se tomó la decisión. O sea, la información necesaria no es la actual sino la que corresponde *a la hora* de la decisión sobre temas como la edad, educación, estado civil, situación ocupacional y de trabajo, etc. Pero también se necesitan datos sobre el tamaño y composición del hogar, características de todos los otros miembros en ese entonces, si alguien del hogar había salido a vivir en otra parte antes de la migración bajo estudio, condiciones del pueblo o lugar de residencia en ese entonces y detalles sobre su trabajo,

si lo tenía. Y aún, tomando en cuenta la importancia de contactos de afuera o redes de migración, es importante saber si la persona- o alguien de su hogar tuvo contactos en otro sitio, lo que podría haber influenciado la decisión de migrar, o no. No creo que se haya tomado en cuenta este último tipo de información en ningún estudio empírico hasta la fecha, pues requiere un esfuerzo especial de determinar donde vivían los parientes cercanos y medio cercanos, y es algo complicado de diseñar y coleccionar esa información. También es complicado preparar un cuadro sobre la composición del hogar antes de la migración, pero lo hicimos en la Encuesta sobre Migrantes Colombianos en el Ecuador en 2006 (ver BILSBORROW; CEPAR, 2008; BILSBORROW, 2011).

Para investigar los determinantes de la migración, aparte de contar con datos sobre las características del migrante, su hogar y su comunidad al momento de la migración (o un poco antes, como su empleo durante los tres meses antes, tomando en cuenta que no debe ser con mucha antecendencia ni en el momento de migrar, pues no es una decisión tomada al momento de migrar), se necesita información sobre los no-migrantes. Solo considerando los dos grupos se puede formular un modelo estadístico como el logito que permita estimar una función de migración respondiendo a porque unos migraron y otros no. Reconociendo esto como si fuese correcto, entonces habría que reconocer, también, que la información sobre los no-migrantes también debería corresponder a su situación *al momento de la migración de los migrantes*, y no al momento de la entrevista. Pero cuando es eso? La respuesta depende de la definición de migración que se utilice en el estudio. Por ejemplo, si es un estudio sobre migraciones en los últimos 6 (o 10) años, se puede suponer que su distribución durante el intervalo era constante y entonces el punto medio de la migración hubiera estado hace exactamente 3 (o 5) años, o sea en el medio del período de referencia.

Entonces, la idea es coleccionar (o estimar) datos para los migrantes y su hogar en cualquier momento que ocurrió la migración de algún miembro (normalmente, solo interesan personas de 15 años o más, por suponer que los menores no están involucrados en la decisión de migrar o no), y para los no-migrantes en el medio del período de referencia.

Para estudiar los determinantes, dado que los migrantes normalmente no están presentes al momento de la encuesta se necesita pedir información de otro miembro del hogar disponible, el “proxy informante”, que debe ser la persona que más sabe del migrante, y no necesariamente el jefe del hogar o su cónyuge (los informantes normales). Pero esto tiene la limitación de que la información no es precisa, pues es el mismo migrante quien podría dar la mejor información. Para esto, habría que entrevistar a él o ella directamente, lo que requiere buscarlo en su lugar de destino. Generalmente esto es muy difícil y costoso a menos que el hogar entrevistado en el lugar de origen no tenga inconveniente en proporcionar información correcta sobre como ubicar al migrante (su dirección y teléfono celular, por ej.), y que no sea un país grande, para reducir los costos de rastrearlo. Y en el caso de migración internacional, requiere coordinar la encuesta en el país de origen con otro trabajo de campo de buscar a los migrantes en el país de destino. Cuando hay varios países de destino, se complica más, y requiere coordinar las encuestas en varios países principales de origen y de destino, como se hizo en el proyecto de NIDI en 1997-98 en cinco países de origen en África y el Medio Oriente y dos países de destino en Europa (ver SCHOORL, 2000).

Pasando brevemente al asunto de los grupos claves para incluir en un análisis de *las consecuencias de la migración*, cabe señalar que casi siempre los analistas comenten un error, pues recolectan datos de los migrantes y los no-migrantes solamente en el lugar de destino. Esto es útil para comparar la situación de los migrantes con los no-migrantes, para ver hasta qué punto están integrados o asimilados con la población del destino, etc. Pero para investigar las consecuencias, el grupo apropiado de comparación son los *no-migrantes en los lugares de origen*. Así, para conocer si se han beneficiado los migrantes, se debe comparar la situación de los migrantes al momento de la encuesta, en su lugar de destino, con la de los no-migrantes en su lugar de origen. Esto requiere realizar encuestas simultáneas en los dos tipos de lugares geográficos. La alternativa, aunque de menor calidad, sería realizar una encuesta solamente en el lugar de origen, entrevistando “informantes proxy” en los hogares de emigrantes preguntando como ellos están y comparando estos datos con datos similares recogidos directamente de personas similares (por ej., hijos del jefe del hogar) que no habían migrado.



En estudios de migración internacional, si no hay fondos y colaboradores científicos suficientes para llevar a cabo encuestas en países de origen (de no-migrantes) y destino (de los migrantes), solo quedaría la opción de hacer la encuesta en el país de origen. Pero esto puede limitar seriamente la calidad de datos recogidos creando dudas sobre si realmente vale la pena.

### **Recolección de información: elementos escasos**

Esto es un tema en que he trabajado mucho, comenzando con mis dos libros sobre migración (BILSBORROW; OBERAI; STANDING, 1984; BILSBORROW et al., 1997) y otros artículos (GROENEWOLD; BILSBORROW, 2008; BILSBORROW, 2011), consultorías para el Banco Mundial sobre diseño de encuestas sobre migración internacional y encuestas propias. Debido a esto, haré solamente un breve resumen.

Dependiendo del tipo de migración, período de referencia y país la migración es un evento escaso o raro (un “rare element” en inglés), de modo que es muy ineficiente y costoso usar las metodologías comunes de selección al azar de hogares para el diseño de la muestra. Para migrantes internacionales, la situación es muy clara, pues es raro que 1% de la población de un país sea formada por hogares con emigrante (en un país de principalmente emigración) o inmigrante (en un país con inmigrantes) y eso considerando el periodo de referencia de 10 años, pues es preferible que sea más corto para enfocar la encuesta y el análisis en la migración reciente, ya que sería de mayor interés en relación a políticas de migración y desarrollo.

En cuanto a la migración interna, normalmente en cualquier país, hay mucho más migración interna que internacional. Por ejemplo, si la definición del migrante es alguien quien tiene una residencia actual diferente de la de hace 5 años (en el sentido normal de la definición de migrante como alguien quien cruzó una frontera como de distrito o municipio que utiliza el país), se supone que con esta definición 3% de la población está constituida por migrantes internos. En esta situación, una encuesta de 10,000 hogares basado en métodos de selección al azar de los mismos (con promedio de 4 personas por hogar) daría apenas 500 hogares con un migrante y solo

600 migrantes, sea en lugares de origen o de destino, dependiendo de los supuestos sobre el tamaño del hogar y número de migrantes por hogar.

Como consecuencia de su situación rara, la recomendación es usar métodos especiales desarrollados para la selección de “elementos raros” (KISH, 1965). Pero primero, hay que especificar el dominio de la encuesta, que depende de los recursos disponibles, si puede ser con cobertura nacional o solo regional, y si en el caso de migración internacional si puede incluir más de un país. También hay que especificar la definición de migrantes de interés, por ej., personas de 15 años y más que tienen una residencia actual diferente de la de hace 5 (o 10) años en cuanto al distrito de residencia; o migrantes rural-urbanos; o aún hogares con un emigrante al exterior.

Entonces hay dos componentes de la estrategia para diseñar una muestra de “elementos escasos”. Primero se busca información sobre donde están concentrados los hogares con migrantes de interés en el país. La fuente de datos más común y preferible es el último censo de población, pero si no tiene ninguna información sobre la distribución geográfica del tipo de migrante de interés, habría que buscar otra fuente. Suponiendo que no hay un registro continuo de la población o datos administrativos adecuados, que es casi siempre la situación en países en desarrollo, se puede solicitar las opiniones de expertos como se ha usado con éxito en las encuestas de NIDI y I del Banco Mundial en 2009 en el African Migration Project. Los expertos que trabajan en las capitales (Oficina Nacional de Estadística y Censos) podrían tener una idea sobre la concentración de hogares con migrantes afuera. Por ej., a nivel de región o provincia y una vez seleccionadas las provincias los empleados de ONEC de las mismas podrían tener alguna idea en cuales distritos de la provincia hay mayor prevalencia de migrantes.

Cualquier que sea la fuente, la idea y necesidad es de estratificar las unidades primarias de muestreo (UPMs) en el país (digamos, provincias) según la prevalencia de migrantes (o hogares con migrantes). Con esa información, se hace una selección de los UPMs a través de “sobremuestrear” provincias del estrato (o de los estratos) con mayor prevalencia anticipada de migrantes. Una vez seleccionada la muestra de UPMs, se puede seguir el mismo proceso para seleccionar distritos dentro de las provincias

ya seleccionadas. Con este procedimiento, se puede enfocar el trabajo de campo en áreas de mayor concentración de la población de interés.

Pero esto no es suficiente para asegurar un buen número de migrantes. Se requiere un segundo paso, el uso del “muestreo en dos fases” en las últimas unidades geográficas (“last stage area units”). Por ej., pueden ser sectores censales, en que primero se hace un listado rápido de todos los hogares en el área (como máximo un promedio entre 50 hasta 200 hogares), creando una lista de los hogares con migrantes (inmigrantes y/o emigrantes, según el enfoque del estudio) y otra lista de los sin migrantes. Entonces se elige una proporción - o número - de hogares mucho mayor de los sectores de la lista con migrantes que de los que no presentan migrantes guardando la información sobre números de hogares ocupados en cada lista para saber cómo ponderar los hogares seleccionados. O sea, la metodología para diseñar una muestra de eventos raros, no es una muestra auto-ponderada sino que, hay que tomar en cuenta las ponderaciones de la última etapa además de la selección de las áreas estratificadas. Esto se debe tomar en cuenta en todo el análisis, sea en tablas sobre las características de migrantes y no-migrantes como en cualquier análisis estadístico multivariado. Este procedimiento queda facilitado con el uso de los nuevos paquetes de softwares estadísticos.

### **Recolección de datos y su relación con métodos de análisis**

Para estudiar los movimientos migratorios y las decisiones de migrar o no hay dos posibilidades, dos escuelas de pensamiento, cada una con ventajas y desventajas comparativas. Una se llama el *procedimiento del último cambio de residencia* (“last move approach”) y el otro en base a una breve *historia de migración*.

En el primer caso, se utiliza una definición de migrante con período de referencia corta, como alguien que se ha movido en los últimos 5 años, para poder recoger datos más detallados sobre su situación antes de migrar, incluso de la composición de su hogar, educación, trabajo (ocupación e ingresos), redes de información y contactos, razones para migrar o no, etc. También se puede buscar datos sobre la comunidad de origen para tomarlo en cuenta en el análisis de los determinantes de

la migración. Esta metodología permite el análisis más detallado de los determinantes de la migración, incluso con mayor atención a los efectos de factores contextuales, como efectos del mercado de trabajo local y condiciones de vida en el lugar de residencia en la decisión de migrar. Esta metodología facilita el uso de modelos multi-niveles (“multilevel models”), para separar efectos de variables de niveles diferentes como los—individuales, del hogar, de la comunidad de residencia, etc. (WOOD, 1982; MASSEY, 1990; BILSBORROW, 1998).

La otra metodología se basa en una historia limitada de migración de todos los miembros del hogar, por ejemplo en los últimos 10 años. Cubre un período de referencia mayor que en la otra metodología y además analiza todos los movimientos durante este tiempo y no solamente el último movimiento. Por estas dos razones, debido al número de movimientos migratorios, el tamaño de la muestra tiene que ser varias veces mayor (aunque al incluir múltiples movimientos de personas no todos son independientes). En este tipo de aproximación, el diseño del formulario tiene que ser bien hecho pues es necesario recoger datos sobre cada persona del hogar año por año sobre su propia situación—educación y asistencia escolar, si trabajaba o no, estado civil, etc., además de donde vivía, con quien y cuantas personas, si tenía tierra, cuanto, etc. Se puede y debe conseguir datos sobre las fechas de los eventos importantes en su vida, como de comenzar/terminar sus estudios, de casarse o separarse/divorciarse, de perder trabajo o comenzar un nuevo trabajo, de tener un hijo nacido, etc., para poder relacionar las fechas de los sucesos intentando determinar los efectos de los eventos sobre su migración. Obviamente, esto se hace para todos los miembros del hogar en hogares con y sin migrantes. Sabiendo de las entradas y salidas del hogar a cada año (además de emigración e inmigración, hay que conseguir datos de cada año sobre nacimientos y defunciones), uno sabe el tamaño y la composición del hogar a cada año para relacionarlos con los movimientos migratorios.

La metodología estadística multivariada que se podría utilizar para el análisis se llama “modelos de riesgos proporcionales” (“proportional hazards models”), desarrollado y aplicado principalmente por sociólogos, que proporciona los factores significativos en la decisión de migrar tomando

en cuenta que varios cambian y otros no cambian. Aunque puede controlar por efectos contextuales de una manera muy general (equivalente de usar una variable “dummy” para cada comunidad o “cluster”) es muy difícil usarlo para tomar en cuenta efectos de las variables a nivel comunitario si es que cambian durante el período de referencia, porque implica la necesidad de recoger datos cada año también para la comunidad. Y además no se pueden investigar los efectos de variables a nivel individual o del hogar con tanto detalle debido al período de referencia ser más largo (SOM, 1973) y por la cantidad de información solicitada durante ese tiempo del informante.

### **Conclusiones y reflexiones sobre políticas**

El uso de los resultados de investigaciones sobre migración para derivar o inferir mejores políticas de migración u otras de desarrollo ha sido limitado debido no solamente a las limitaciones severas en la calidad y cobertura de la información recolectada y la falta de variables que reflejen políticas (ausencia de variables contextuales en casi todos los estudios publicados hasta la fecha), sino también por el hecho de que, por lo general, hay beneficios netos positivos de la migración. Esto es lo que se ha observado no solamente al tratarse del migrante y su hogar (no son irracionales en sus decisiones de migrar!), sino también en las consecuencias para los áreas de origen y de destino. Esta situación apunta a que sería más conveniente tratar de no intervenir. Pero casi todos los gobiernos en países en desarrollo siguen preocupados de los gastos sociales implicados por la migración rural-urbana, y varios han intentado influenciar estos flujos si no limitarlos, pero en general sin éxito. La migración interna se ha visto en las teorías de los economistas como un componente inherente del desarrollo socio-económico de un país. Y recientemente se ha llegado a un “consenso global” en las Naciones Unidas que los efectos de la migración internacional son en general positivos para los países de origen y destino, al tomar en cuenta los impactos totales de las grandes remesas a los países de origen (UN; BILSBORROW, 2009).

Otra razón por lo cual hay menos impacto de los estudios de migración sobre el delineamiento de políticas es el hecho de que para eso se debe

contar con resultados de investigaciones tanto de los determinantes como de las consecuencias de la migración. El estudio de las consecuencias se debe realizar para saber si realmente hay justificación para intervenir en (tratar de) modificar las tendencias migratorias, siendo que el análisis de los determinantes se necesita para saber qué factores podrían influenciar la migración. Así, en principio, solamente proyectos que proporcionen resultados para las consecuencias como los determinantes puedan decirnos si se debe hacer algo y qué hacer (ver BILSBORROW et al., 1997; BILSBORROW, 1998).

Esto casi nunca se explicita en nuestros estudios sobre migración por el afán de publicar resultados. De la misma forma, ni los editores de revistas científicas y tampoco las organismos de financiamiento reconocen que los estudios que enfocan solamente los determinantes o apenas las consecuencias de la migración deben considerar esta limitación de sus resultados. Pero, indiscriminadamente, seguimos infiriendo grandes conclusiones para políticas de nuestros estudios (“willy-nilly”).

## Referencias

- ANKER, R.; KNOWLES, J. **Population growth, employment and economic-demographic interactions in Kenya**: Bachue, Kenya. New York: St. Martin's Press, 1983.
- ARGUELLO, O. Estrategias de supervivencia: un concepto en busca de su contenido. **Demografía y Economía**, México, v.15, n.2, 1981.
- BECKER, G. A theory of the allocation of time. **Economic Journal**, Inglaterra, v.75, 1965.
- BILSBORROW, R. E. Global patterns of migration, sources of data, and the new policy consensus. In: MALONEY, T. N.; KORINEK, K. (Ed.). **Migration in the 21st century: rights, outcomes, and policy**. London: Routledge, 2011.
- \_\_\_\_\_; MENA, C.; ARGUELLO, E. Colombian refugees in Ecuador: sampling scheme, demographic characteristics, and migratory patterns. **Journal of Sustainable Development**, 2011. (Prelo).
- \_\_\_\_\_; CEPAR - Centro de Estudios sobre Población y Desarrollo Social. **The living conditions of refugees, asylum-seekers and other Colombians in Ecuador: millennium development indicators and coping behavior**. Geneva, Switz: United Nations High Commissioner for Refugees (unhcr.org/statistics), 2007.

\_\_\_\_\_. (Ed.). **Migration, urbanization, and development: new directions and issues.** New York: UNFPA, 1998.

\_\_\_\_\_ et al. **International migration statistics: guidelines for improving data collection systems.** Geneva: International Labor Office, 1997.

\_\_\_\_\_. Population pressures and agricultural development in developing countries: a conceptual framework and recent evidence. **World Development**, New York, v.15, n.2, 1987.

\_\_\_\_\_; OBERAI, A.; STANDING, G. **Migration surveys in low-income countries: guidelines for survey and questionnaire design.** London: Croom-Helm, 1984. (International Labor Office).

CURRAN, S. Engendering migrant networks: the case of Mexican migration. **Demography**, Chicago, v.40, n.2, 2003.

DAVIS, K. The theory of change and response in modern demographic history. **Population Index**, Princeton, v.29, n.4, 1963.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries.** USA: Oxford University Press, 2000.

FEI, J.; RANIS, G. **Development of the labor surplus economy: theory and policy.** Homewood, Ill: R. D. Irwin, 1964.

GROENEWOLD, G.; BILSBORROW, R. Design of samples for international migration surveys: methodological considerations and lessons learned from a multi-country study in Africa and Europe. In: BONIFAZI, C. et al. (Ed.). **International migration in Europe: current trends and issues.** Roma: Università Di Roma, 2008.

KISH, L. **Survey sampling.** John Wiley & Sons Inc, 1965.

LEE, E.A. A theory of migration. **Demography**, Chicago, v.3, n.1, 1966.

LEWIS, W.A. Economic development with unlimited supplies of labor. **Manchester School of Economic and Social Studies**, Inglaterra, v.22, n.2, 1954.

MASSEY, D. Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. **Population Index**, Princeton, v.56, n.1, 1996.

MINCER, J. Family migration decisions. **The Journal of Political Economy**, Chicago, v.86, n.5, 1978.

RAVENSTEIN, E. The laws of migration. **Journal of the Royal Statistical Society**, London, v.52, 1889.

\_\_\_\_\_. The laws of migration. **Journal of the Royal Statistical Society**, London, v.48, 1885.

RITCHEY, P. Explanations of migration. **Annual Review of Sociology**, US, v.2, 1976.

RODGERS, G.; HOPKINS, M.; WERY, R. **Population, employment and inequality: Bachue Philippines**. Geneva, Switz: International Labor Office, 1978.

SCHOORL, J. et al. **Push and pull factors of international migration: a comparative report**. European Communities, 2000.

SJAASTAD, L. The costs and returns of human migration. **The Journal of Political Economy**, Chicago, v.70, 1962.

SOM, R. **Recall lapse in demographic enquiries**. New York: Asia Publishing House, 1973.

STARK, O.; TAYLOR, J. Relative deprivation and migration: theory, evidence, and policy implications. In: DIAZ-BRIQUETS, S.; WEINTRAUB, S. (Ed.). **Determinants of emigration from Mexico, Central America, and the Caribbean**. Boulder, CO: Westview Press, 1991.

\_\_\_\_\_; BLOOM, D. The new economics of labor migration. **The American Economic Review**, US, v.75, 1985.

TODARO, M. A model of labor migration and urban unemployment in less-developed countries. **The American Economic Review**, US, v.59, 1969.

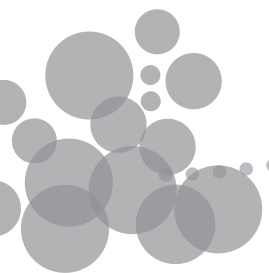
UNITED NATIONS. **International migration 2009: wall chart**. New York: UN Population Division, 2009.

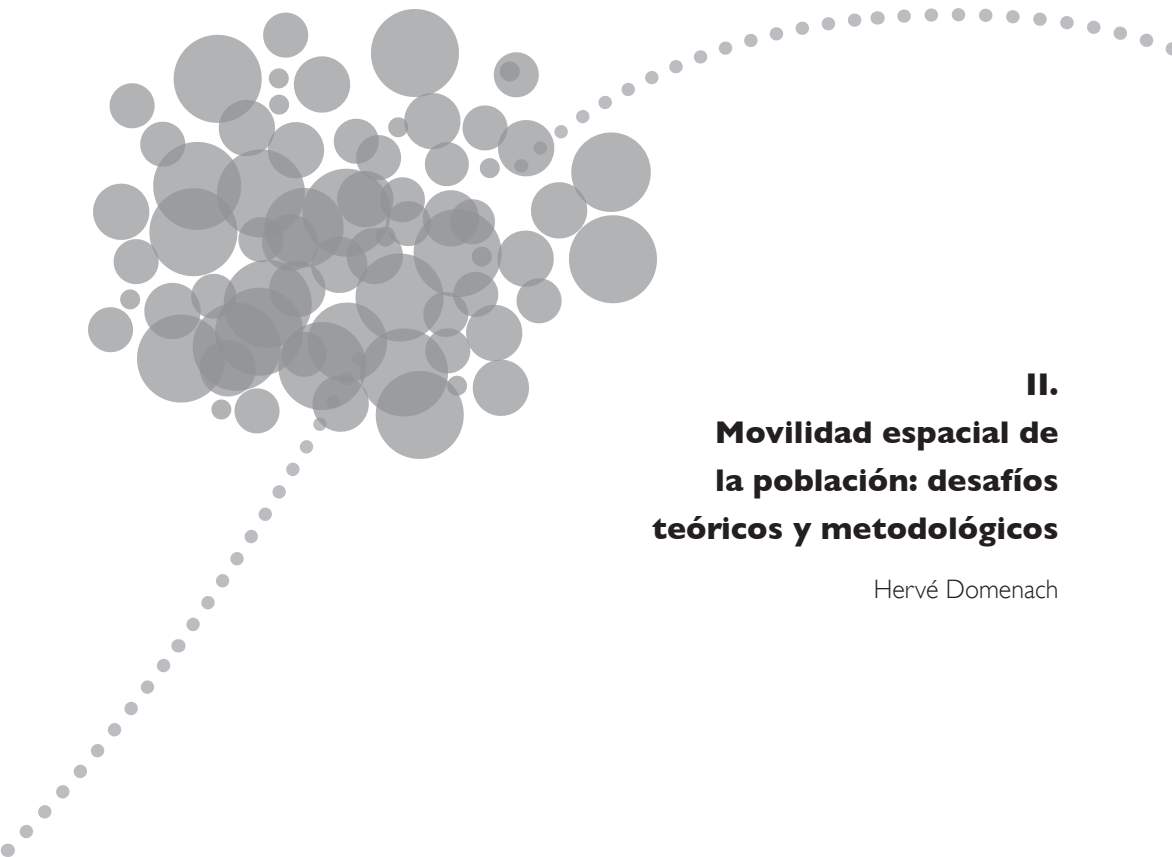
\_\_\_\_\_; BILSBORROW, R. E. **Technical report on the use of censuses and surveys to measure international migration**. New York, 2009.

WOLPERT, J. Behavioral aspects of the decision to migrate. **Papers and Proceedings of the Regional Science Association**, v.15, 1965.

WOOD, C. Equilibrium and historical-structural perspectives on migration. **International Migration Review**, US, v.16, n.2, 1982.







## **II. Movilidad espacial de la población: desafíos teóricos y metodológicos**

Hervé Domenach

### **Introducción**

Como discutir los retos y dificultades para estudiar la movilidad espacial de población frente a las mudanzas de nuestras sociedades, el surgimiento de las nuevas modalidades de desplazamiento, la pérdida de importancia de otras?

Las repuestas resultan de los estudios acerca de las mutaciones postmodernas en materia de migraciones por un lado, y de la diversidad de los perfiles y categorías de movilidad por otro.

### **Las mutaciones postmodernas en materia de migraciones**

Un vietnamita o un norcoreano tiene una probabilidad de comportamiento migratorio totalmente diferente de un argentino o un senegalés, también de la de sus padres... pero también la relación con el pasado migratorio y los vínculos con una diáspora eventual son muy diferentes según el peso de la

historia de cada migrante... Entonces, cómo clasificar nuestra evolución del planeta y los impactos de la movilidad postmoderna?

Recordemos que los trabajos de análisis y de investigación en el campo de las migraciones se refirieron durante mucho tiempo a los mecanismos macroeconómicos, en términos de ajuste de las poblaciones activas y de los mercados de trabajo, es decir de los análisis de flujos. Con el correr del tiempo y la acumulación de las poblaciones migrantes, su reproducción en los países anfitriones, es decir de análisis de estoques de población, la importancia de los factores micro-sociales se tornó preponderante, amplificando de este modo la cuestión de los ajustes de políticas migratorias y cambiando bruscamente, de hecho, las categorías y las mediciones de migración.

En la práctica, las migraciones son a menudo consideradas como un síntoma de desorden; el migrante puede, a la vez, ser excluido por la sociedad anfitriona y rechazado por la de origen, mientras que el extranjero es frecuentemente el “chivo expiatorio” ideal de los políticos demagogos, de los sectores sociales frustrados o de los gobernantes fracasados. En realidad, los nacionalismos se desarrollan en la tierra abonada por los prejuicios caricaturescos... Pero eso vale también para las migraciones intra-regionales: el ciudadano del norte de Argentina (Jujuy, Salta...), según la coyuntura económica, no es tan bienvenido a la capital Buenos Aires, tampoco a Córdoba... igualmente en Brasil las regiones tienen sus límites de aceptación de «extra-regionales»...

En el otro extremo, la movilidad de las poblaciones ricas aumenta y desarrolla mecanismos de residencias alternativas; en el mismo sentido, se puede mencionar el aumento de los flujos turísticos...

Lo cierto es que la movilidad humana va en aumento, y los movimientos de población están siendo muy flexibles, mientras que las estadísticas oficiales persisten en subestimar los datos reales pues hacen referencia a una definición restrictiva de la migración, basada solamente en el cambio de residencia. Se sabe que el planeta está embarcado en una dinámica demográfica y un proceso de mutación ambientalista con consecuencias importantes en términos de distribución espacial de las poblaciones: estamos asistiendo a una intensa recomposición de los territorios y sus costumbres, lo que tiene fuertes incidencias en materia migratoria puesto que los hombres dependen cada vez más de los mecanismos de producción. Pero el proceso inverso, es

decir las consecuencias ambientales del aumento de la movilidad humana, es también preocupante.

Así, la dialéctica migración *versus* movilidad constituye probablemente un eje teórico importante en nuestras investigaciones futuras. Todo eso plantea cada vez más interrogaciones.

### *1. ¿Cuál es la naturaleza de la migración moderna?*

La tendencia a emigrar responde, en adelante, a criterios múltiples: los cambios en la forma de vida, la globalización de la información, las brechas en la riqueza, la apertura de las regiones y de las naciones gracias al desarrollo de los medios de transporte; las perturbaciones del medio ambiente; todos éstos son factores que afectan profundamente los procesos migratorios. Qué medidas institucionales y legislativas adoptar frente a los contingentes de migrantes clandestinos?

### *2. ¿Cuál es la finalidad de la migración moderna o quizás postmoderna?*

Del proceso de colonización y de mejoramiento de nuevas tierras se pasó progresivamente a concentraciones de población en el medio urbano, de lo que aún se desconocen los límites.

Si bien las grandes corrientes migratorias entre países pobres y países ricos persisten, estas se han diversificado mucho: la decadencia del comunismo acarreó nuevos flujos de población Este-Oeste, como así también entre países de Europa central y oriental. Las migraciones intra-continenciales, principalmente en África y en Asia, se han desarrollado mucho y han aparecido flujos migratorios de exclusión y refugiados que responden a lógicas de desesperación.

De esta forma, los procesos de la migración contemporánea tienden hacia nuevas lógicas, que emergen ayudadas por el entrecruzamiento y la mezcla de las poblaciones, al tiempo que nuevas figuras de migrantes ocupan progresivamente su lugar en un mosaico ya complejo.

Al parecer, la teoría sigue a los hechos: la intensificación de las dinámicas de movilidad y de migración modificó considerablemente las formas de producción y de consumo y, en consecuencia, las sociedades y las culturas; el proceso es interactivo puesto que las consecuencias se transforman en las causas de cada nueva fase y recíprocamente.

Se pueden considerar estas mutaciones con cinco categorías detalladas

1) Este comienzo del siglo 21 ha puesto de manifiesto, en todo el mundo, la importancia creciente de las comunidades de emigrados debido a su reproducción, a menudo endógena, en los países anfitriones. Estas comunidades se han vuelto una regla ineludible en el análisis migratorio pues se basan en organizaciones a veces poderosas, portadoras de un mensaje corporativo y sociopolítico en el que subyacen presiones y reivindicaciones fuertes.

Ahora bien, el estatus de unos y de otros difiere en el seno mismo de estas comunidades, lo que alimenta la inevitable dialéctica entre clandestino y/o inmigrante y/o extranjero; cada estatus responde a una lógica diferente, consecuencia de su eventual ambigüedad, principalmente en lo referente a los descendientes de migrantes en las sociedades anfitrionas.

Las contradicciones provocadas por la asimilación a otra población se presentan, a menudo, a los migrantes en términos de identidad cultural, corroborando de esta forma un problema estadístico difícil de resolver, en la medida en que, de acuerdo a las civilizaciones, existen varias concepciones de lógicas migratorias: la concepción anglosajona autoriza y practica las distribuciones de población en función de los orígenes sociales, religiosos, étnicos, mientras que, a la inversa, la concepción latina considera que esos criterios son discriminatorios; en este caso, la dificultad estadística consiste en resolver la falta de adecuación entre la “población de extranjeros”, que depende de las definiciones jurídicas de nacionalidad, y la “población de migrantes”, que no es, en realidad, más que una categoría socioeconómica.

2) Por otra parte, las migraciones tienen que ver con otras numerosas evoluciones socioculturales: la fusión progresiva de las poblaciones aumenta, lenta pero irreversiblemente, al igual que la proporción de niños “multiculturales”, “pluriétnicos”, transregionales o transnacionales, etc... El acceso de las mujeres al mercado laboral y su participación en los flujos migratorios tuvo efectos considerables en las dinámicas familiares, contribuyendo, de este modo, al crecimiento de las comunidades de migrantes en el mundo.

Más allá de las fronteras, por interés o por solidaridad, activas organizaciones han consolidado el fenómeno de las diásporas diseminadas

por el mundo: vasca, china, griega, haitiana, paquistaní, filipina, sirio-libanesa, checa, etc... Muchas de las grandes ciudades modernas se han transformado, de esta manera, en verdaderas ciudades polimorfas: Abidjan, Bangkok, Bruselas, Londres, Los Ángeles, Montreal, Nueva York, París, San Pablo, Sidney, Shangai, etc., acogiendo a numerosas comunidades que allí coexisten y se desarrollan.

3) En estas condiciones, se puede intentar teorizar distinguiendo categorías o perfiles de migrantes de acuerdo a diferentes clases de criterios y situaciones: de derecho, de aculturación, de integración social y/o económica... como así también de sus corolarios: las situaciones migratorias de hecho, la marginalización, el multiculturalismo, la inserción, etc. Luego, es preciso también evocar la multiplicación de las situaciones de ruptura en términos de conflictos sociales: los rehenes de las violencias civiles y de las guerras locales, las exclusiones económicas, etc.

4) El aumento paulatino de migrantes refugiados constituye ciertamente un desafío analítico a la teoría de las migraciones. La Convención de Ginebra, que sancionó el derecho de asilo, en relación principalmente a los refugiados políticos, ya no responde a las exigencias del nuevo orden económico mundial: ¿cómo definir un auténtico refugiado político y diferenciarlo de un refugiado económico o de un migrante clandestino? Se estima que existan 20 millones de refugiados en el mundo y que el número de “personas desplazadas” sigue siendo incierto pero, contrariamente a lo que se piensa, la gran mayoría de estas personas reciben asilo en los países más pobres. Estas situaciones no muestran sino una imagen: la de las “migraciones de miseria”.

5) Finalmente, se deben también registrar los procesos de desestructuración ecológica que producen el debilitamiento de los ecosistemas tradicionales y hasta su desintegración, ratificados por flujos migratorios cada vez más importantes. Es el caso, ampliamente difundido, de la erosión provocada por la producción intensiva de carbón de leña, cuyas consecuencias inmediatas son la sequía y luego la desertización; lo mismo ocurre con la ampliación anárquica de los perímetros irrigados que acarrea un despilfarro de agua y la salinidad de los suelos, etc.

La suma de todos estos parámetros obviamente no resulta en un todo homogeneizado. De hecho, la dinámica de las redes migratorias, de las

diásporas, el crecimiento de las comunidades provenientes de la migración y de la implantación de minorías étnicas, la transformación de los espacios rurales y las situaciones de exclusión y de refugiados políticos o por saneamiento ambiental son, sucesivamente, causa y consecuencia de lógicas migratorias multiformes que hacen emerger “figuras de migrantes” que se recomponen permanentemente.

En conclusión de esta primera parte, podemos decir qué: comparados con estas rápidas mutaciones, los análisis de movilidad y migración son relativamente sucintos. Las situaciones de hecho influyeron ampliamente en las situaciones de derecho y, con solo observar las dinámicas migratorias, ya se trate del Estado, de la opinión pública o de los intermediarios institucionales, se puede a menudo justificar los múltiples ajustes coyunturales de los gobiernos que dejan poco margen para la construcción teórica.

### **Entre mutaciones y teoría, como la movilidad espacial puede ser aprehendida?**

El tema de la inmigración exalta las pasiones, y por lo tanto la información estadística es muy deficiente! En los países de recepción, el número de inmigrantes es a menudo mal conocido, menos aún lo que concierne a las migraciones clandestinas y todo lo que toca a la movilidad transitoria: solamente los refugiados son objeto de un registro confiable. Por su parte, en los países de partida, el número de ausentes es objeto, al menos de gruesas evaluaciones.

Según el Fondo de las Naciones Unidas para la población, el número de personas viviendo en otro país distinto a su país natal habría pasado de setenta y cinco millones en mil novecientos sesenta y cinco a ciento veinte millones en mil novecientos noventa... y hoy estaría próximo a los doscientos y cincuenta millones. Pero estas cifras deben ser relativizadas: se trata del cuatro por ciento de la población mundial aproximadamente, y sobre todo es una proporción que en realidad poco ha variado desde la segunda Guerra Mundial. Lo que permitiría enunciar un principio teórico referido a la correlación estable entre tasa de crecimiento demográfico y tasa de migración neta..., pero los datos son muchas veces inciertos debido al proceso de globalización mundial,

a la migración clandestina... y se ve claramente aparecer el delineamiento de espacios geopolíticos supranacionales, ampliamente separados, que pone en relieve la aceleración de la movilidad humana en espacios protegidos.

Tres fuerzas principales contribuyen a la mutación de las estructuras socioeconómicas que inducen nuevas dinámicas migratorias:

- el crecimiento demográfico en el planeta y su distribución espacial;
- la generalización de los intercambios comerciales;
- la revolución de las tecnologías y de los medios de comunicación.

Lo qué se puede sintetizar mediante el concepto de la “migratología”... o sea un discurso global acerca de la migración. Considerado globalmente el proceso migratorio permite entender la modernidad migratoria según las mutaciones societarias contemporáneas que hemos considerado en la primera parte, y por otro lado permite considerar la evolución consecuente de sus dos dimensiones analíticas fundamentales qué son: «espacio-tiempo» y «flujos-estoques» :

#### *Correlación espacio – tiempo:*

En la dimensión de la movilidad humana, las diversas mutaciones que hemos considerado se traducen en una fuerte contracción del tiempo. El pasaje del tiempo cíclico, es decir la repetición de los procesos a través de generaciones... al tiempo lineal, basado en las perspectivas de crecimiento y acumulación, relativiza los sistemas actuales de observación de los desplazamientos humanos y conduce a interrogarse sobre la permanencia de los criterios de medición utilizados.

Soporte básico de observación del análisis migratorio, la correlación “espacio-tiempo”, sustituyendo más o menos los criterios de la movilidad a los de la migración, evoluciona en el sentido de una inversión progresiva del peso de sus factores constitutivos. Los lapsos de ausencia se han acortado y se han vuelto más diversos y aleatorios, mientras que la articulación de los espacios físicos ha modificado la circulación humana, más allá de las idas y venidas cotidianas, privilegiando los criterios de protección económica y política.

Pero, si esta evolución afecta principalmente a los países dotados de infraestructuras y las consecuentes actividades económicas, se trata de



una pesada tendencia que parece irremediablemente trazada. En efecto, el “Segundo Mundo” habiendo prácticamente desaparecido desde el inicio de los años 90, no deja realmente el Tercer Mundo, y sólo perdura la jerarquía de los espacios económicos según el peso proporcional de infraestructuras modernas y de la pobreza, que coexisten en todos los países, sea cual fuere el grado de desarrollo alcanzado.

Por otra parte, la duración de los desplazamientos humanos parece evolucionar en relación inversa al crecimiento de la infraestructura y equipamiento, mientras que su frecuencia se ha acelerado considerablemente. La movilidad se ha acrecentado más allá de las estaciones, los climas, las distancias, los socio-sistemas, etc. De esto resulta que se puede distinguir menos cómodamente en la observación de diversas subpoblaciones, los presentes y los ausentes, los períodos de estabilidad y los períodos de movimiento, las diversas situaciones de residencia, etc. Extraña paradoja sin duda: el factor migratorio toma mucha importancia y afecta las sociedades en sus cimientos, pero las herramientas de análisis evolucionan poco en consecuencia.

Es por eso que los criterios de observación “espacio-tiempo”, fuera del análisis de la movilidad cotidiana, cruzando las distancias y los períodos de permanencia, se preocupan hoy por integrar la frecuencia de los desplazamientos, la repetición de estadías en los mismos lugares, los períodos acumulados, etc. Pero observamos que las herramientas teóricas tendrían a menudo dificultades para adaptarse a las mutaciones societales que acabamos de referirnos

Pero como si fuera un proceso de compensación, es necesario mencionar que ciertas investigaciones se han inclinado a estudiar en detalle las migraciones según su “rango” en la historia de los individuos, es decir, la sucesión de eventos migratorios, su duración y su interdependencia. Estas herramientas, verdaderas “biografías migratorias”, se traducen en una sofisticación de los datos estadísticos, cuya delicada recolección de información retrospectiva no conviene en las sociedades carentes de un sistema administrativo moderno, articulado y homogéneo.

### *Correlación estoques y flujos:*

Mutaciones societales, escalas de tiempo aleatorias y espacios desarticulados afectan y transforman directamente la medida de los

fenómenos migratorios y de la movilidad. ¿Por lo tanto, resultan ellos, nuevas herramientas de observación, nuevos métodos y nueva teoría?

Uno puede interrogarse, por ejemplo, sobre el valor analítico de un saldo migratorio cuando no se han tomado más que los movimientos legales en numerosas regiones donde los flujos clandestinos son evidentemente preponderantes? O bien, inclusive, hasta qué punto estadístico pero también político, pueden ser amalgamados migrantes recientes y los antiguos migrantes (quizás hasta 20 años o más...)? y ¿Cuántas generaciones de hijos de migrantes deben aún incluirse en los efectivos de la población inmigrante, aún cuando no se nace, evidentemente “inmigrante”? ¿Cuáles son pues hoy, las “buenas medidas”? ¿Con qué población de referencia y con qué criterios de pertenencia? ¿En qué espacios y con qué políticas institucionales?

Los métodos de observación han evolucionado poco, mientras que las interferencias indirectas de la migración se han multiplicado en todas los meandros de la sociedad y las implicancias socio-institucionales se han hecho muy fuertes.

A la manera clásica, los referentes teóricos elaborados para estudiar la migración y/o la movilidad se limitaron a comprender la migración, definitiva y esencialmente, de tipo rural-urbano. Diversas escuelas, particularmente las anglosajonas, han explicado y conceptualizado el análisis de los procesos de atracción o de repulsión: el enfoque determinista privilegia el análisis causal de los acontecimientos migratorios, mientras que el probabilístico tiene por objetivo definir las relaciones entre variables dependientes y variables independientes, permitiendo evaluar el “riesgo migratorio o de movilidad”. Numerosos modelos cuantitativos se desprenden de ellos, los cuales han dejado evidente correlaciones interesantes, por una parte entre la duración de residencia y la probabilidad de migrar, inversamente proporcional, y por otra, entre los factores de atracción y de repulsión según las regiones o países, los mercados de trabajo, la oferta de alojamiento, los niveles de vida...

Pero hoy esos modelos parecen caracterizar sobre todo las tres décadas de post-guerra, es decir, la época del crecimiento económico y del progreso técnico para el mundo industrializado, y de la ruptura de socio-sistemas para el mundo en desarrollo, sin tomar en cuenta las evoluciones habidas

desde entonces, consecuencia, precisamente, de los parámetros de esa época anterior.

El hecho de que las normas estadísticas internacionales hayan fijado una definición simple de la migración –entendida como la transferencia de residencia de un individuo de un lugar a otro a través de una frontera administrativa predefinida y por un período durable, traduce bien ese desfase. La metodología ha evolucionado, ciertamente, pero sobre todo en el sentido del mejoramiento de la sistematización de las técnicas conocidas.

Así, los criterios de clasificación de los estoques migratorios son múltiples, pero en la práctica no se podría nunca dissociar la migración del modo de medición utilizado. Tres parámetros fundamentales de apreciación de estoques migratorios permanecen como preocupantes porque aún no son susceptibles de medición, incluso hoy en que su importancia aumenta fuertemente. Como seguramente ustedes se habrán dado cuenta, por ejemplo, en los acontecimientos de Francia en noviembre del 2005: entre crisis de clase social y crisis de inmigración, muchos observadores se han equivocado: se trata de una crisis de clase social una de cuyas causas concurre el proceso migratorio, que no es más que una de las causas entre muchas otras, al contrario de lo que fue mostrado en los medios anglosajones.

Estos tres parámetros determinantes de las dificultades de apreciación de estoques migratorios son:

1) No se sabe todavía cómo aprehender la migración clandestina a no ser por los saldos diferenciales de efectivos globales, mientras que se multiplican las correlaciones cada vez más refinadas concernientes a los migrantes legales...

2) No se domina el tratamiento cuantitativo de las situaciones resultantes de la asimilación de los migrantes, sea entre ellos o con las poblaciones receptoras. De lo que resulta en tanto la pérdida de identificación estadística de las generaciones descendientes si no se crean normas de categorización, como una clasificación genérica o por convención que conduce a amalgamar las situaciones inciertas. Ciertamente, una comunidad de inmigrantes se define por un origen y un patrimonio común, pero el análisis no sería el mismo según la antigüedad de la migración y a fortiori según las generaciones:

los descendientes de inmigrantes no son por definición más inmigrantes, aun conservando un grado elevado de pertenencia a la comunidad de origen o permaneciendo el lazo comunitario como esencial para el mantenimiento de las prácticas identificadoras, soporte de una alteridad fundacional de la diáspora en la sociedad de recepción.

3) No se sabe, aún, cómo observar las “poblaciones flotantes” que se desarrollan a través de “los espacios transfronterizos”, las multi-residencias, la renovación permanente de poblaciones turísticas en los mismos lugares de destino, etc... Ahora bien, dichas poblaciones constituyen finalmente stocks medios de poblaciones suplementarias, con eventuales variaciones estacionales. Por ejemplo, en algunas islas del Caribe, se calcula que el total de turistas implique en promedio anual, una población suplementaria permanente de aproximadamente 6% de su población estable mismas.

## Conclusiones

Finalmente, si se replantean estas cuestiones de medida y de control en el contexto de las mutaciones precedentemente señaladas, ¿cuáles son hoy los nuevos parámetros de análisis de los estoques y de los flujos migratorios?

Puede citarse:

- la evolución de los criterios del paradigma “atracción-expulsión”;
- la ambigüedad entre la movilidad y la migración;
- la selectividad de los flujos y su naturaleza: las personas calificadas se insertan en redes profesionales internacionales, mientras que los flujos de mano de obra ordinaria obedecen a determinantes que se inscriben ampliamente en la dinámica de redes migratorias “etno-diaspóricas” y de situaciones de exclusión;
- los nuevos elementos de las políticas migratorias: parámetros político-institucionales, refugiados, estrategias de control de flujos migratorios, limitación del derecho de asilo, control por los países de recepción, etc...
- el futuro de los Estados-naciones y la dinámica de los espacios supranacionales: a través de la gama de elecciones políticas que separan las concepciones universalistas de las concepciones diferencialistas (¿tierras de acogida o tierras de escollos?), aparecen todas las

consecuencias concernientes a los reagrupamientos familiares, a los refugiados, etc. Y también el grado de flexibilidad de la mano de obra y la regulación de los mercados de trabajo que resultan de ello;

- la articulación Migración-Desarrollo-Medio Ambiente, finalmente se aproxima de sus umbrales de incomprendibilidad y cuyos parámetros de crisis ya están muy presentes.

## Referências

BODY-GENDROT, S. Essai de définitions en matière de comparaisons internationales. **Revue Européenne des Migrations internationales**, Paris, v.8, n.1, 1992.

CHETAILLE, A.; TAVERNIER, K. **Echec de la cinquième conférence ministérielle de l'OMC à Cancun: vers une crise du système commercial multilatéral?** Solagral, 2003. Disponível em: <www.solagral.org>.

DOMENACH, H. Les grandes tendances démographiques et l'environnement: l'enjeu d'une planète viable. **Mondes en Développement**, Paris, v.36, n.142, 2008.

\_\_\_\_\_; PICOUET, M. **Las migraciones**. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 1996.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. El carácter de reversibilidad en el estudio de la migración. **Notas de Población**, Santiago de Chile, n.49, 1990.

DUREAU, F.; HILY, M. A. **Les mondes de la mobilité**. Paris: Editions PUR, 2009. (Collection Essai).

MASSEY, D. et al. Theories of international migration: review and appraisal. **Population and Development Review**, New York, v.19, n.3, 1993.

NAM, C. **Understanding population change**. F E Peacock Publishers, 1994.


REPORT OF THE INTERNATIONAL CONFERENCE ON POPULATION AND DEVELOPMENT. New York: United Nations, v.1, 1994.

UNITED NATIONS. **World urbanization prospects: the 2006 revision**, division de la population. New York, 2007a.

\_\_\_\_\_. **World population prospects: the 2006 revision highlights**. New York, 2007b.

\_\_\_\_\_. **World urbanization prospects: the 2005 revision**, division de la population. New York: United Nations/Département des Affaires Économiques et Sociales, 2006.

VICARI, J. Les défis de la mobilité interne. In: LASSONDE, L. (Ed.). **Les défis de la démographie**. Paris: Editions la Découverte, 1996.



### **III. ¿Qué definiciones, que teorías, qué fuentes y qué metodologías precisamos para el estudio de la migración interna en la actualidad?**

Jorge Rodríguez Vignoli

#### **Introducción y orden del texto**

La migración es un fenómeno cambiante, tanto en sus modalidades como en sus determinantes. Por ello, las teorías, las categorías conceptuales, los dispositivos de medición y las fuentes de datos relevantes deben adaptarse a los cambios y fenómenos emergentes para no quedar obsoletas. A causa de lo anterior, este texto presenta una breve revisión de las tendencias migratorias relevantes en América Latina, y de los marcos conceptuales disponibles para su interpretación. Asimismo se examinan diversos factores que determinan los flujos migratorios a escala agregada así como modalidades emergentes de migración, en particular la que acontece entre ciudades, que desafían a los marcos teóricos existentes.

Primero se analizarán los diferenciales socioeconómicos tradicionales (productividad, empleo, ingresos, condiciones de vida) entre territorios y como estos se han expresado en los desplazamientos migratorios internos

más conocidos, en particular la migración campo-ciudad y entre regiones ricas y pobres.

Luego se revisarán los factores de expulsión estructurales y persistentes, un aporte específico de la denominada “escuela latinoamericana” de la migración. Esta perspectiva complementa, y también discute, la visión de los diferenciales y que explican la persistencia de la emigración desde ciertas zonas no obstante la evidencia de un agotamiento de la capacidad de absorción de los migrantes en los destinos.

A continuación se examinarán factores de expulsión específicos de las zonas urbanas y metropolitanas en la región, que fueron particularmente vívidos en la década de 1980 y que han tenido secuelas hasta la actualidad. Este análisis complementa el tradicional de los factores de expulsión, pues este último se centraba en el campo y en las regiones de pobreza crónica dentro de los países, y descuida la expulsión desde ámbitos urbanos y metropolitanos que no es marginal.

Posteriormente se analiza la experiencia de recuperación del atractivo de las metrópolis y sus potenciales efectos migratorios.

Se continúa con la indagación breve de factores de atracción simbólicos, mecanismos sociales (como las redes migratorias), diferenciales territoriales emergentes y políticas públicas que tienen gran importancia para entender el círculo de retroalimentación que opera en ciertas corrientes migratorias y que explica que estas se mantengan, pese al cambio de las circunstancias iniciales que favorecían la migración.

El análisis concluye con una aproximación a la migración entre ciudades, que si bien está vinculada a la existencia de diferenciales entre las ciudades, parece estar afectada por otras variables que hacen más compleja la estilización de sus tendencias y determinantes. Se ofrecen algunos hallazgos recientes sobre esta migración que contribuyen a ampliar el diagnóstico existente sobre ella.

## **Los diferenciales de productividad**

En el marco de modelos de desarrollo basados en la industrialización, se tendió a la generación de sistemas duales, con los polos campo-agricultura, por un lado, y ciudad-industria por otro. La productividad mayor de este

último sector; en un marco de salarios competitivos, debía traducirse en mejores salarios relativos en las ciudades. Desde Lewis (1954) este contrapunto, entendido como el contraste entre el pasado estancado y el futuro dinámico, fundamentó la racionalidad y pertinencia a escala agregada e individual de la migración campo-ciudad (YUKI, 2007). La recomendación de política natural de esta aproximación fue “*migration from rural to urban areas is at least not impeded, and ideally even facilitated*” (LALL; SELOD; SHALIZI, 2006, p.9). Y cuando fue evidente que la capacidad de absorción productiva había sido sobrepasada y que el desempleo o el subempleo urbano aumentaban en concomitancia con persistentes flujos del campo a la ciudad, se desarrollaron modelos *ad-hoc* para explicar esta contradicción.

Uno de estos modelos, elaborado por Harris-Todaro (1970), plantea que las regulaciones en el sector formal de la economía urbana generan distorsiones y desequilibrios que explican el aumento del desempleo urbano (por la inelasticidad de los salarios del sector formal ante el aumento de la oferta de trabajo) y la aparición de un sector informal que absorbe a parte de los desempleados, en particular a los inmigrantes, pero remunera mal. Más allá de las debilidades técnicas y de lo superado que se considere este modelo (LALL; SELOD; SHALIZI, 2006; AROCA, 2002), lo interesante es que ofrece recetas de política esencialmente distintas a las del enfoque predominante anterior. De hecho, entre estas se incluyen la limitación de flujos campo-ciudad, en el marco de un **modelo de desarrollo capitalista**, en el cual la dualidad no es sólo entre zonas rurales y urbanas, sino también dentro de las propias ciudades, con el contraste entre el sector formal y el informal de la economía urbana.

Ahora bien, la migración del campo a la ciudad se ha mantenido pese a: i) la crisis económica de 1980 que afectó con particular intensidad a los ámbitos urbanos durante esa década y la siguiente y que se expresó en un deterioro marcado de diversos indicadores de condición y calidad de vida, así como de funcionamiento y gobernabilidad de las ciudades; y ii) el cambio del modelo de desarrollo que siguió a esta crisis y que supuso el paso de uno focalizado en la industrialización alentada por el Estado a otro orientado a la exportación de materias primas y al retiro del Estado de tareas productivas. De hecho, apenas se atisbó este dinamismo del campo, numerosos autores



se atrevieron a proponer que los flujos del campo a la ciudad se revertirían y la región viviría procesos de contraurbanización que ya se han dado en otras latitudes (en particular países desarrollados). Las cifras muy difundidas de una emigración neta en varias metrópolis de la región que mostraron los censos de 1990 y 2000 (Ciudad de México, Sao Paulo, Rio de Janeiro, Santiago de Chile, etc.) validaron inicialmente estas hipótesis, al menos en lo que respecta a los efectos de la crisis sobre el atractivo de las grandes ciudades. Pero la evidencia incontrarrestable de la continuación del éxodo rural contribuyó a cuestionar la aproximación basada exclusivamente en diferenciales de productividad (y expresados en salarios y empleo) o de dinamismo económico. En efecto, la revitalización productiva de los ámbitos rurales y su incorporación a cadenas comerciales globales no logró contrarrestar el flujo del campo a la ciudad. Por ello, hipótesis alternativas, algunas de las cuales tiene raíces en los estudios específicos en América Latina de la migración campo-ciudad, se han levantado y se repasan a continuación.

### **Los factores de expulsión en ámbitos de pobreza estructural (rural, regiones, países)**

Históricamente este factor ha operado en el sector rural y en ciertas regiones de los países marcadas por rezagos estructurales, vulnerabilidad ambiental o desconexión con el resto del país. Las desigualdades son evidentes respecto de ellas, pero en su caso el determinante clave es una debilidad estructural de la economía local para generar puestos de trabajo, superar las condiciones de pobreza y reducir las brechas sociales entre una mayoría subalterna y una minoría dominante. Así, la distinción entre este enfoque y el anterior —relativo a las desigualdades de productividad— es clara y crucial.

El primero pone el acento en las desigualdades *entre zonas*, mientras que el segundo subraya las adversidades de las *zonas expulsoras* y las desigualdades que hay *dentro de ellas* (sin desconocer las que hay “entre”, necesarias para que el éxodo tenga un destino en la teoría). Y mientras las primeras subsistan, las segundas pueden ser sólo un factor secundario, aunque necesario, para entender la migración.

La migración del campo a la ciudad, desde esta perspectiva, se explica en buena parte por factores de expulsión estructurales, como la concentración de la propiedad agrícola en primer lugar, el rezago productivo de la agricultura familiar en segundo, y en tercer término el rezago del campo en materia de tecnología, infraestructura e instituciones modernas. La combinación de estos tres factores (en particular el primero) se ha destacado como una peculiaridad latinoamericana que explica buena parte de las fuerzas de expulsión del campo (MARTINE, 1979).

La visión del éxodo rural como un proceso autosustentado por las estructuras muy desiguales y concentradas de la propiedad en el campo fue revelada por numerosos estudios e investigaciones en América Latina. De hecho, se llegó a hablar de la “escuela latinoamericana” en este materia, siendo uno de sus pilares este planteamiento de fuerzas estructurales de expulsión en el campo de la región<sup>1</sup>.

Junto a los factores de expulsión estructurales, muchas otras fuerzas de expulsión han operado de una manera tan poderosa que en ocasiones se han producido desplazamientos masivos no voluntarios. Un caso extremo, y en principio ligado a un modelo de desarrollo desigual pero luego autonomizado de esta raíz estructural, son los desplazamientos internos producto de guerras y conflictos civiles, siendo Colombia el ejemplo más grave de esta situación en la actualidad regional. Otros casos, más puntuales y también más desligados del modelo de desarrollo, han sido los desastres ambientales y ecológicos que han provocado la expulsión, a veces definitiva, de grandes contingentes de población.

<sup>1</sup> Si bien uno de los aportes de la escuela latinoamericana fue la identificación y relevamiento de los factores estructurales de expulsión en el campo de la región, su análisis también subrayaba la funcionalidad agregada de la migración para el desarrollo capitalista de la región. Pero lo hacía de una manera bien distinta a la valoración positiva de los enfoques económicos neoclásicos, de las teorías sociológicas de la modernización o de las propuesta desarrollistas para las cuales significa mejorar la productividad del sistema y de las personas en una suerte de proceso en que todos ganan. En efecto, como lo exponen Rodríguez y Busso, 2009 (p.32), la funcionalidad agregada que encuentra la escuela latinoamericana de la migración campo-ciudad se basa en la “mantención de una abundante reserva de mano de obra en la sociedad industrial capitalista” (MARTINE, 1979, p.15-16). De modo que este enfoque mostró que, al existir poderosas fuerzas expulsivas en el campo, la migración podría mantenerse aunque sus beneficios para individuos y sociedades declinaran. Además, subrayó que la funcionalidad social de la migración no era neutra y que, de hecho, podía favorecer sobre todo a las clases dominantes en términos económicos y tener efectos inciertos sobre las oleadas de migrantes desde el campo. Finalmente, expuso con claridad que tanto la modernización como el estancamiento productivo pueden ser fuerzas expulsivas, sobre todo en el campo (CLACSO, 1972).

Finalmente, están los factores de expulsión más recientes y muy asociados a cambios en el modelo de desarrollo y, en general, a transformaciones socioeconómicas globales. Se trata de la expulsión por avance del nuevo modelo de desarrollo. En este ámbito entra la continua expansión de las grandes plantaciones para exportación (soja, caña y maíz para biocombustibles, bosques no nativos, granos en general, etc.), que suelen deforestar, degradar el ecosistema y expulsar a pequeños campesinos. Este fenómeno ha sido descrito por diversos estudios. En uno reciente se identifican tres efectos demo-territoriales de esta expansión de la agricultura tecnologicada y extensiva de granos básicos para exportación en Argentina:

- 1) Disminución de la mano de obra necesaria para el trabajo en el campo.
- 2) El éxodo rural a nivel de predio, causado por cambios tecnológicos y por endeudamiento de las pequeñas explotaciones agropecuarias. El éxodo rural produce un aumento de la población rural agrupada y una disminución de la población rural dispersa.
- 3) La expansión territorial de las ciudades pampeanas a costa de una disminución de suelos agrícolas de alta calidad (p. 186).

En suma, la conclusión siguiente es representativa de la mayor parte de los estudios al respecto:

Today, soybean production--the majority of which is shipped to China for animal consumption--is the major cause of deforestation of millions of hectares of seasonally dry forests in Brazil, Bolivia, Paraguay, and Argentina. (...). In fertile lowlands and valleys, small farms have been converted to largescale modern agriculture, which frequently results in a decrease in the labour demand and rural-urban migration (AIDE; GRAU, 2004; 1915).

Por cierto, se trata de asuntos polémicos, no solo porque desatan pasiones y porque hay intereses económicos muy significativos involucrados, sino también porque hay debate sobre su magnitud y alcance. De hecho, estimar la magnitud de estos efectos no es fácil. Además, está hay discusión respecto de potenciales efecto “favorables” que pueden contrarrestar el impacto expulsor primario. Por ejemplo Krapovickas, Pino y Claramunt (2010, p. 11)<sup>1</sup> afirman, con base en un análisis estadístico multivariado del tipo *path analysis*, que:

De esta manera, se entiende el doble efecto del incremento de la soja sobre la población. Atrae mano de obra y población en la fase joven de expansión de la frontera agraria, cuando requiere numerosa mano de obra para realizar las tareas

de alambrado, desmonte, limpieza de los terrenos (quitar troncos, cavar, sacar raíces) y construcción de caminos y picadas (LEÓN et al., 1985). Sin embargo, cuando la soja se incrementa reemplazando otras actividades, estas tareas ya no son necesarias, y no se requieren peones rurales para realizarlas. Y de hecho, el sembrado y cosecha de soja, requiere menos mano de obra que otras actividades extendidas en el área chaqueña, fundamentalmente la actividad forestal y ganadera y los cultivos industriales (caña de azúcar, cítricos, algodón).

Pese a su relativa novedad, estos fenómenos están emparentados con los efectos de la modernización agrícola en la región durante las tres primeras décadas de la post Segunda Guerra Mundial. Contra la idea e intención originales de modernizar para elevar productividad y bienestar, y por esa vía retener población en el campo, esta modernización tendió a ser expulsora por la mecanización de las actividades y la generación de expectativas de vida que finalmente solo podían materializarse en ciudades. La siguiente cita resume bien esta ambivalente relación entre el desarrollo rural y el éxodo del campo:

While the impact of any specific policy towards rural development depends on its own characteristics and those of the targeted rural area, the literature evinces some generalisations associated with such policy measures and rural-urban movements. Rural-urban migration may be reduced by interventions that increase arable land or distribute (land or income) more equally. On the other hand, emigration from rural areas appears to be stimulated by interventions that increase access to cities, commercialise agriculture, strengthen rural-urban integration and raise education and skill levels (RHODA, 1983). According to Du et al. (2004), supply side factors, such as education, land, and household labour availability, tend to be more important to migration decisions in the places of origin than demand side factors. Therefore, measures associated with higher living standards among rural dwellers may trigger or reinforce rural-urban relocations (CAETANO; FERNANDES; RIGOTTI, 2007, op.cit, p.2).

No obstante sus similitudes, el desarrollo rural o la intervención estatal del campo tiene varias diferencias con la situación actual de modernización agrícola selectiva y mercantil, siendo la más importante para la migración, que esta última no se afecta por la emigración del campo, pues o intensifica su tecnologización o recurre a otros medios para satisfacer sus requerimientos de mano de obra, tal como el trabajo estacional, los trabajadores urbanos en la producción del campo<sup>2</sup> o la multiplicación de los obreros y jornaleros agrícolas. Así las cosas,

<sup>2</sup> Según DIRVEN, M. una "cantidad no menor de residentes urbanos tienen como ocupación principal a la agricultura (un 22% del empleo agrícola total como promedio para la región)" (sin número de página, 2011).

pudiera vaciarse casi totalmente el campo de población y aquello no sería una catástrofe para esta poderosa, impetuosa y muy rentable actividad productiva.

Ahora bien, considerar que los factores de expulsión en el marco del modelo actual de desarrollo están solo al ámbito rural evidentemente parcial y errado. Otras zonas dentro de los países también pueden estar sometidas a fuerzas expulsivas profundas. De hecho, en casi todos los países de la región históricamente ha habido extensos ámbitos de rezago productivo y de pobreza crónica. En los países con fuerte presencia de pueblos originarios estos ámbitos han sido típicamente los de concentración de población indígena. En el Brasil, el Nordeste ha sido la zona de pobreza crónica y la mayor fuente de emigrantes de ese país durante el siglo XX. La relación con la migración en estas regiones rezagadas es complicada pues si bien esta es una válvula de escape ante el estancamiento económico y laboral, la salida de cuantiosos contingentes de trabajadores y trabajadoras jóvenes tiende a deprimir más aún su situación inicial, pues la emigración masiva por su selectividad etaria y educativa elevada los índices de dependencia y reduce los de educación en estas zonas (CEPAL, 2007).

### **Los factores de expulsión urbanos**

El alto grado de urbanización de la región supone que la principal fuente de migrantes está en las ciudades. Como ya se mostró, históricamente las ciudades han sido ámbitos de grandes atractivo simbólicos y materiales. La colonización española las promovió, aunque también haya hecho lo propio con las grandes explotaciones agrícolas, y luego la industrialización promovida por el Estado (RODRÍGUEZ; BUSSO, 2009) se encargó de darle más ímpetu. Sin embargo, la experiencia de los países actualmente desarrollados así como también episodios ampliamente conocidos de la historia regional revelan que los factores de expulsión pueden instalarse en las ciudades. Lo anterior puede ser de idiosincrásico, producto de adversidades específicas (desastres, agotamientos de recursos específicos, pérdida de competitividad frente a otras ciudades) que afectan a ciudades particulares.

Hay varios ejemplos ilustrativos de estas crisis circunstanciales que pueden terminar en decadencias definitivas. El ciclo de auge, crisis, virtual

desaparición, recuperación y estancamiento de la histórica ciudad de Potosí es un caso sobresaliente al respecto.

Pero los factores de expulsión pueden llegar a instalarse en las ciudades como condiciones permanentes. Esto puede ser resultado de la aparición de deseconomías de escala y de aglomeración, del aumento de problemas típicamente urbanos o de dificultades para gobernarlas. También puede ser el resultado de políticas públicas que procuran trasladar los ejes productivos fuera de las ciudades o que las descuidan tanto social como económicamente.

### **La capacidad de recuperación: una experiencia en curso en las metrópolis de América Latina**

La experiencia latinoamericana de la crisis urbana de las décadas de 1980 y 1990 y la progresiva recuperación durante la década de 2000, sugiere que las ciudades gozan de gran flexibilidad y adaptabilidad y pueden sobreponerse a circunstancias complejas.

De hecho, pese a todas las adversidades y las evidentes deficiencias de las ciudades de América Latina, en particular las más grandes, los años recientes dejan como lección principal la recuperación de las mismas como centros de producción, control y comando. Algunos autores han vinculado este reforzamiento de las ciudades a la reestructuración de la economía mundial, producto de la globalización y el cambio tecnológico. Se argumenta que esta última debilita la relevancia de los países o de las economías nacionales, por cuanto las fronteras se abaten por efecto del intercambio y comercio de bienes, servicios, ideas y hasta personas (aunque, como es sabido, los bordes nacionales siguen muy protegidos como mecanismo de control de la migración internacional). Como contrapartida, las conexiones entre lugares de distintos países se multiplican y la relevancia de lugares específicos dentro de los países se multiplica vertiginosamente. Es esta suerte de creciente importancia de lo global y lo local simultáneamente, en desmedro de lo nacional, es capitalizada por las ciudades, en particular las grandes, cuyo alcance puede ser global y local a la vez. Como lo plantea Luis Fuentes en un artículo reciente (FUENTES, 2011):

Desde principios de los ochenta, diversos investigadores coinciden en señalar la configuración de una nueva geografía económica global caracterizada por la

emergencia de las regiones y ciudades como territorios estratégicos articuladores y el debilitamiento de lo nacional como unidad espacial de acumulación del capital (FRIEDMANN; WOLF, 1982; SASSEN, 1991; BRENNER, 2003).

En esa misma línea, pero con mayor detalle en las ventajas funcionales y posicionales de las grandes ciudades, De Mattos (2010)<sup>3</sup> sostiene que:

Con el avance de la reestructuración económica y de la informacionalización, procesos medulares de esta fase modernizadora, se originó una progresiva y generalizada ampliación geográfica de un espacio de acumulación, que tiende a adquirir cobertura mundial como expresión básica de la globalización. Los cambios en las condiciones para la competitividad que ocurrieron con esta expansión del espacio de acumulación, indujo a un número creciente de empresas a adoptar nuevas modalidades organizativas, capaces de permitir mejorar su presencia competitiva en diversos lugares del mismo. Como parte central de las estrategias aplicadas para aumentar su competitividad, numerosas empresas comenzaron a dispersar una cantidad cada día mayor de componentes de sus procesos productivos por diversos puntos de ese espacio de acumulación, los cuales tendieron a localizarse principalmente en grandes aglomeraciones urbanas de los países escogidos; con ello, se produjeron cambios substanciales en la geografía económica mundial, entre los que jugó un papel central la recuperación de la importancia de numerosas grandes aglomeraciones urbanas (DEMATOS, 2010, p.82 ).

Pero no solo la reestructuración económica impulsada por las grandes corporaciones, las nuevas tecnologías y los mercados ha sido importante para la revalorización y reposicionamiento de las ciudades. También lo han sido las políticas públicas. Las propuestas desconcentradoras y de desarrollo regional tan activas hasta principios de la década de 1980 —que se pueden ilustrar con algunos ejemplos emblemáticos como la consigna de las tres “erres” del Programa Nacional de Población de 1978 en México<sup>3</sup>; la creación de Brasilia y de la SUDENE en Brasil; los programas de colonización en países en numerosos países de la región; y las leyes de zonas francas y parques industriales en regiones— decayeron con la crisis de la década de 1980,

<sup>3</sup>“En la política de migración del período 1978-1982 destacan tres programas que son las famosas tres erres: **retención** de la población en sus lugares de origen, **reorientación** de la población hacia las zonas con recursos naturales, principalmente hacia las costas, y **reubicación** de la administración pública que trabajaba en la Zona Metropolitana de la Ciudad de México” (MORELOS, J. B.; URBINA FUENTES, M.; ORDORICA, M. 2008, p.643-660.). Aunque hay cuestionamientos sobre la efectiva aplicación de estos principios, el mismo traslado del INEGI (el poderoso Instituto Nacional de Estadística, Geografía e Informática de México) a la pequeña Entidad Federativa de Aguas Calientes es un resultado los programas de reubicación.

con los cuestionamientos a la planificación pública y con el avance de los planteamientos desreguladores que planteaban que la acción del mercado era más eficiente para lograr el desarrollo regional y la redistribución de la población. Si bien a primera vista este cambio pareciera haber revertido un sesgo de la acción pública contra las metrópolis, en la práctica su efecto fue de castigo para las metrópolis, que quedaron sin apoyo público en un marco de crisis aguda y con efectos particularmente duros para ellas.

Pero aquello comenzó a cambiar en la década de 1990 y esta mutación se consolidó en la década de 2000 en la cual las políticas públicas se activaron para enfrentar los principales problemas urbanos acumulados. En varias de las metrópolis regionales se han implementado programas para reducir la congestión por los costos y problemas varios que esta implica, se han extendido de manera significativa las redes de servicios básicos, se han implementado programas para reducir la contaminación y se han llevado a cabo programas de mejoramiento de barrios centrados en zonas pobres. Más aún, los objetivos de la acción pública también han incluido el reforzamiento de las capacidades productivas y de la competitividad de las metrópolis, en el entendido que estas son motores del crecimiento económico. El caso de Brasil es muy sugerente al respecto:

Recentemente, o governo brasileiro tem sinalizado com a retomada do tema metropolitano na agenda de política pública. A prioridade dada pelo Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) do governo Lula a 12 regiões metropolitanas, a criação do Grupo de Trabalho Interfederativo (GTI), vinculado à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, com a atribuição de desenvolver propostas visando ao aperfeiçoamento da gestão de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, e mais recentemente a ênfase do pacote habitacional com preponderância para as áreas metropolitanas, são sinais inequívocos da importância dada à questão pelo governo federal e o reconhecimento de que nelas estão as maiores concentrações de carências” (MAGALHÃES, 2010, p.XVII).

En vista de lo anterior, puede concluirse que las metrópolis revisten nuevos atractivos en el mundo global. Lo anterior no se traduce forzosamente en un atractivo migratorio inmediato ni menos generalizado. No es inmediato porque crecientemente hay opciones de residencia alternativa a la metrópolis pero con vinculación laboral o de otro tipo regular a ella. En tal caso, lo que proliferaría serían los movimientos pendulares más que la migración. Análisis



empíricos son necesarios para verificar que está operando en la práctica. Por otro lado, el atractivo no sería generalizado porque la demanda de trabajo y el tipo de actividad predominante en las ciudades tendría una alta selectividad. Atraería principalmente jóvenes (tanto por el mercado laboral como la oferta educativa) y en cambio sería más bien expulsor de familias en fase de crianza y adultos recién jubilados. También son necesarios estudios empíricos para verificar si aquello ocurre finalmente.

Cualquiera sea el caso, es claro que las metrópolis han vuelto a ser protagonistas de lo análisis migratorio en el siglo XXI. Se necesita más trabajo teórico y empírico para comprender los alcances y las proyecciones de este renovado protagonismo.

### **Los factores de atracción “construidos” socialmente**

Las imágenes, símbolos y percepciones son claves para la construcción de la realidad social. En los modelos microeconómicos ortodoxos, los migrantes están dotados no sólo de una racionalidad económica costo-beneficio que ordena todas las decisiones, sino de capacidades casi ilimitadas para efectuar análisis costo-beneficios muy precisos y a muy largo plazo. Ciertamente estos modelos simplifican la realidad, ese es precisamente su propósito, pero en la medida en que sus supuestos se apartan excesivamente de ella, o que su mecanismo central (la racionalidad formal) no es tan relevante en la práctica, entonces sus resultados y predicciones serán insatisfactorios.

Esta noción de atractivo simbólico estuvo asociada al efecto “imán” de las ciudades, en ocasiones mucho mayor que sus capacidades objetivas para satisfacer las expectativas o incluso los requerimientos básicos de los migrantes. Esto se ha debido, en parte, a factores objetivos, pues el atractivo de las ciudades históricamente ha superado su empuje productivo, ya que también se extiende a un conjunto de atributos materiales, tales como mejores condiciones de vida, mayores opciones de movilidad social. Pero también se debe a factores subjetivos y simbólicos. Estos van desde las

denominadas “luces de la ciudad”<sup>4</sup> (*bright city lights*) hasta la innegable mayor diversidad sociocultural que hay en las ciudades. La superioridad material del ámbito urbano no siempre ha estado garantizada, pero las expectativas de las personas suelen construirse sobre imágenes y parámetros no representativos, de manera tal que la pertinaz superioridad simbólica ha actuado como imán efectivo en las ciudades, incluso bajo condiciones objetivas adversas.

La atracción simbólica también se reproduce mediante la información relevante para los sujetos, y muchas veces los canales de transmisión de esa información están sesgados. Si ya es imposible que un potencial migrante se haga una idea precisa de la multitud de destinos posibles, y menos aún que los compare con su residencia actual, el hecho de que la información escasa con que cuenta sobre estos destinos esté sesgada tendrá consecuencias directas para la decisión y los flujos migratorios, específicamente centrando la atención en uno o unos pocos (vale decir, concentrando las corrientes en ellos) y descartando *a priori* el resto.

Y dentro de los mecanismos de circulación de la información, uno de los más destacados ha sido el de **las redes**, cuya influencia no se basa solamente en el flujo de información sino en su capacidad para reducir, a veces significativamente, los costos de inserción en el lugar de destino y también aumentar las posibilidades de éxito allí. Las redes pueden ser la base de sustentación de flujos migratorios con origen y destino precisos. Durante un tiempo más o menos largo estos flujos se retroalimentan, sobre todo si el lugar de destino tiene un diferencial objetivo que permite cumplir al menos en parte las expectativas simbólicas creadas mediante la red. Pasado un tiempo, el flujo puede diversificarse tanto en el origen como en el destino. Pero con independencia de la duración del periodo de influencia de la red, el punto clave es que esta puede ser decisiva para sustentar flujos migratorios que no habrían ocurrido de otra manera porque, incluso existiendo un diferencial objetivo marcado entre origen y destino, no era probable que el destino apareciera en el horizonte de posibilidades de los residentes en el origen.

<sup>4</sup> Aunque existan visiones muy críticas sobre las teorías fundadas exclusivamente en este atractivo simbólico de las ciudades. De hecho, el modelo de Harris y Todaro nació por el descontento con: “amorphous explanations such as the “bright lights” of the city acting as a magnet to lure peasants into urban areas” (HARRIS; TODARO, 1970, p.126).

## **Los nuevos diferenciales territoriales**

Aunque los factores relacionados con la productividad siguen siendo válidos, al menos parcialmente, para desplazamientos que tienen relación con el empleo y las remuneraciones, la búsqueda de un mejor ingreso deja de ser, de manera creciente, el principal factor detrás de las migraciones internas. Por ejemplo, las estrategias de relocalización, expansión o fusión de las empresas implican traslados en cierto sentido obligados para un conjunto de trabajadores (profesionales y técnicos en particular).

Por otro lado, la búsqueda de mejores condiciones de vida, el logro de objetivos residenciales, la consecución de mayores niveles de educación y/o capacitación, se convierten en factores cada vez más importantes para las decisiones migratorias de los individuos. Y a diferencia del pasado, los diferenciales de productividad ya no coinciden sistemáticamente con los diferenciales en estos planos. Esto es evidente cuando se consideran zonas rurales cercanas a las grandes ciudades, que devienen muy atractivas para familias de clase media y alta que se suburbanizan manteniendo los beneficios del ámbito metropolitano (trabajo, educación, cultura, entretención, servicios) y eludiendo sus desventajas (congestión, contaminación, delincuencia, precio del suelo, inhospitalidad, etc.).

También es novedoso para la región el desplazamiento aún incipiente de adultos mayores o jubilados de ingresos medios y altos que cambian su residencia hacia balnearios de diverso tipo, donde la calidad de vida es mucho mayor a la del aglomerado metropolitano, y la eventual debilidad del mercado de trabajo es poco importante para quienes no trabajan. Un requisito de estas dos modalidades de traslado novedosas y gatilladas por diferenciales desligados de la productividad es la conectividad, en particular mediante carreteras modernas, fluidas y seguras.

## **Las políticas públicas explícitas e implícitas**

El análisis de la experiencia ha mostrado que las políticas explícitas de redistribución de la población y redireccionamiento de los flujos migratorios pueden tener efectos importantes, aun cuando sus costos pueden ser altos,

sus beneficios difíciles de cuantificar y su durabilidad incierta si los objetivos económicos de la política no se logran. En la actualidad, estas políticas ya no se expresan en grandes iniciativas de intervención sobre la migración “clásica”, es decir, los desplazamientos con propósitos laborales y/o de acumulación de activos, típicamente entre regiones (DAM) o entre zona rural y urbana.

Tales intervenciones fueron frecuentes hasta el decenio de 1980 y tuvieron varios propósitos: desconcentrar la población y las actividades económicas; diversificar el sistema urbano, retener población en zonas predefinidas (por ejemplo, en el campo); promover el desarrollo y por esa vía el atractivo de zonas seleccionadas; ocupar espacios vacíos, etc. Para ello se usó una amplia gama de iniciativas, con propósitos explícitos de redistribución espacial de la población (aunque no en todos los casos este fuera el objetivo principal): programas de colonización, medidas de desconcentración político-administrativa (incluyendo cambios de capitales y de localización del aparato público), reformas agrarias, programas de desarrollo regional, rural y urbano basados en enfoques como el de los “polos de desarrollo”, creación de institucionalidad para la promoción de regiones prioritarias (normalmente pobres y expulsoras de población), ofrecimiento de incentivos y beneficios para la relocalización de empresas y población, diferentes modalidades de erradicación de población (algunas de ellas autoritarias, en el marco de regímenes dictatoriales), entre otras. Y si bien el juicio histórico sobre estas políticas es más bien crítico, su examen pormenorizado sugiere que algunas tuvieron efectos significativos sobre los flujos migratorios. No fue el caso de las destinadas a detener la emigración del campo y las orientadas al rápido desarrollo de áreas históricamente pobres, pero sí el de las dirigidas a diversificar el sistema urbano y, sobre todo, a la ocupación de espacios “vacíos” y el reforzamiento de áreas de alto potencial económico pero alejadas del poder político (OBERAI, 1983).

En la actualidad hay menos espacio político para los grandes programas de antaño “el Estado tiene menos recursos y peso productivo, la economía depende más de las decisiones privadas y del mercado, hay un conjunto de derechos que deben ser cautelados y que limitan la aplicación de medidas usadas en el pasado, y la misma experiencia sugiere no repetir algunos errores”, pero todavía existe un amplio margen de maniobra e interés

público y privado por intervenir sobre los flujos migratorios. Las políticas de desarrollo regional siguen activas y se han extendido hacia el desarrollo local (ILPES, 2009). Los programas de desarrollo urbano y rural persisten, aunque ahora estos últimos son menos optimistas respecto de sus efectos en materia de retención de población en el campo, mientras que los primeros tienen que enfrentar nuevos desafíos relacionados con la migración intrametropolitana, la migración ciudad-entorno y la contraposición entre ciudad compacta y ciudad difusa. A lo anterior se ha añadido la recuperación del ordenamiento territorial como una prioridad que supera el enfoque más inductivo y limitado de la planificación física. En tal sentido, las intervenciones en materia de ordenamiento territorial pueden tener efectos importantes para los flujos y las decisiones migratorias.

### **La migración entre ciudades**

A diferencia de la migración campo-ciudad, no hay un marco conceptual unificado para entender la migración interna entre ciudades. En gran medida esto se debe a que los dos principios explicativos de la migración campo-ciudad —uno “macro”, que corresponde a las desigualdades socioeconómicas territoriales, y otro “micro”, que corresponde a la racionalidad económica, en sentido amplio, de las decisiones migratorias para las personas— no operan de manera evidente y simple en el caso de la migración entre ciudades. Dado que en este flujo la población se traslada de una ciudad a otra, un conjunto de factores diferenciadores de origen y destino presentes en la migración campo-ciudad se atenúan, por la condición similar (urbana) de origen y destino. Por cierto, entre las ciudades hay disparidades en materia socioeconómica y en otros aspectos, que inducen decisiones migratorias. Pero las diferencias ya no derivan de grandes promedios estilizados (como ocurría en el diferencial entre ámbitos urbanos y rurales) sino de cotejos caso a caso (ciudad de origen comparada con las ciudades de destino, en principio  $n-1$ , siendo  $n$  el total de ciudades del sistema urbano). Esta complejidad no es desconocida en los estudios migratorios; de hecho ha estado considerada en los modelos teóricos de la migración interregional desde que esta comenzó a estudiarse empíricamente (GREENWOOD, 1997; VILLA, 1991); sin embargo,

estos modelos normalmente han simplificado mucho esta complejidad, en virtud del carácter esencialmente laboral de la migración interregional, y se han concentrado en unos pocos parámetros de comparación vinculados a esta migración, típicamente ingresos y empleo (AROCA, 2002). Esto último, tiene un alcance limitado en el caso de la migración entre ciudades, por cuanto los factores residenciales, educativos y de calidad de vida adquieren protagonismo y pueden moverse con autonomía, o incluso en sentido inverso, a los parámetros de ingresos y empleo.

En suma, la diversidad interna dentro del flujo urbano-urbano amplía y complejiza los factores explicativos. Por ello, más que una teoría de la migración entre ciudades cabe trabajar con modelos conceptuales para diferentes tipos de migración entre ciudades. En tal sentido, cabe distinguir cuatro tipos de migración entre ciudades:

a) la laboral clásica que, a su vez, puede dividirse en expulsión y búsqueda de trabajo, siendo esta última más cercana a los enfoques de racionalidad económica y que también puede segmentarse en “contratada” y “no contratada” (AROCA, 2002). En la migración laboral entre ciudades, la hipótesis es que el flujo tiende a ser desde ciudades con altos niveles de desempleo hacia ciudades con bajos niveles de desempleo.<sup>5</sup>

b) la socioeconómica clásica, que se produce por la búsqueda de mejores condiciones de vida, esto es servicios básicos, acceso a salud y educación, disponibilidad de tecnología, TICs y otros medios de comunicación modernos; cobertura de protección social, posibilidades de movilidad social ascendente. En general, está ligada con la anterior, toda vez que la disponibilidad de trabajo y los niveles de ingreso influyen decisivamente en las condiciones de vida. Sin embargo, puede independizarse en función de políticas públicas nacionales o incluso locales. A diferencia de lo que ocurre en el caso de la migración entre campo y ciudad, las diferencias entre ciudades en esta dimensión no suelen ser tan marcadas. En tal sentido, si atributos demográficos como la cantidad, la densidad, la estructura y el crecimiento de la población de la ciudad se vinculan sistemáticamente con las condiciones de vida, cabe

<sup>5</sup> El diferencial de salarios también importa y debiera incluirse en la ecuación. Sin embargo, no se efectuará en este trabajo por la ausencia de datos sobre remuneraciones en la fuente usada (el censo) en la mayor parte de los países. En cualquier caso, de incluirse el salario en el análisis, la disparidad entre los promedios del origen y del destino puede tener poca relevancia para migrantes que se dirigen a sectores específicos de la economía de la ciudad de destino. Este argumento es válido también para el examen del diferencial de desempleo entre origen y destino.

esperar una relación entre el perfil demográfico de la ciudad y su atractivo migratorio. En cualquier caso, la hipótesis asociada a este tipo de migración entre ciudades es que los desplazamientos se dirigirán hacia las ciudades con mejores condiciones de vida (en principio mayor cobertura de servicios y de equipamiento) o que, al menos, se originarán preferentemente en las ciudades con peores condiciones de vida.

c) la educativa, cuya motivación es la búsqueda de oportunidades de formación, normalmente de tercer ciclo o superior, ya que en general todas las ciudades son capaces de ofrecer educación hasta la finalización del segundo ciclo (secundaria). En tal sentido, si atributos demográficos como la cantidad, la densidad, la estructura y el crecimiento de la población de la ciudad se vinculan sistemáticamente con la oferta educativa, cabe esperar una relación entre el perfil demográfico de la ciudad y su atractivo migratorio. La hipótesis, entonces, es que el diferencial en materia de oferta de educación terciaria (universitaria o técnica) es el relevante para este tipo de migración y los flujos serán selectivos por edad (población joven en edad universitaria) y se dirigirán desde ciudades con menores vacantes universitarias a ciudades con una mayor matrícula ofrecida.

d) la residencial, en la cual las fuerzas que activan la decisión migratoria atañen a la calidad de vida en general y a la calidad del hábitat en particular. Se trata de una modalidad muy significativa para la migración entre ciudades porque puede operar en un sentido inverso al de los determinantes de los otros tipos de migración; en particular el dinamismo económico y el crecimiento impulsado por la inmigración que atrae puede generar externalidades negativas como contaminación, hacinamiento, congestión, inseguridad/criminalidad, alza de precios, etc. que provocan decisiones emigratorias para una parte de la población. Más aún, en algunos casos la emigración puede satisfacer las aspiraciones de calidad de vida (más espacio, menos contaminación, menos congestión vehicular, más seguridad, paisaje más hermoso, etc.) que no se cumplen en la ciudad de origen, pero sin tener que abandonar el “atractivo” mercado laboral de esta última. Este tipo de migración corresponde a los conocidos procesos de suburbanización y es el mejor ejemplo de corrientes cuya lógica no puede ser descrita con los modelos conceptuales útiles para los otros tipos de migración. Ahora bien, dentro de este grupo es imprescindible hacer al menos una distinción. Se trata de aquella que hay entre la migración que se desliga completamente del mercado de trabajo y aquella en que el inductor es la calidad de vida pero su materialización depende en parte del

mercado de trabajo. El primer caso es típico de la migración post jubilación, cada vez más frecuente en los países desarrollados y aún incipiente es América Latina pero no inexistente, cuando las personas cuentan con un ingreso regular por pensión y se trasladan a lugares tranquilos y agradables a vivir con independencia de la demanda de empleo allí. El segundo caso es típico de la migración en la fase de crianza, en la cual los requerimientos respecto del hábitat se modifican y se hacen más difíciles de satisfacer en las ciudades (o zonas dentro de las ciudades) más grandes y/o densas e impulsa a las familias a suburbanizarse o a trasladarse a las ciudades más “vivibles” que cumplan con la condición de que haya empleo para los trabajadores de la familia. Cualquiera sea el caso, la hipótesis respecto de esta migración es que las corrientes se dirigirán hacia las ciudades con mejores índices de calidad de vida y que solo en el caso de la migración de post jubilados estas ciudades pueden ser poco dinámicas en materia de empleo. Por cierto, si atributos demográficos como la cantidad, la densidad, la estructura y el crecimiento de la población de la ciudad se vinculan sistemáticamente con la calidad de vida, cabe esperar una relación entre el perfil demográfico de la ciudad y su atractivo migratorio.

Dada la importancia de la migración entre ciudades, que es, con creces, la más cuantiosa en la región y lo seguirá siendo como resultado del avanzado proceso de urbanización de la misma, recientemente se ha avanzado en estimaciones de la misma usando datos censales (RODRÍGUEZ, 2011). Dado que obtener las matrices de migración entre ciudades no es posible en la mayor parte de los países —porque las preguntas sobre residencia habitual y residencia anterior refieren solo a unidades administrativas y no a ciudades ni tampoco a los componentes urbanos y rurales de estas unidades (Brasil es una excepción)— hay que obtenerlas usando las unidades administrativas menores (municipios, comunas, distritos) que componen estas ciudades o donde ellas se localizan. El supuesto de este procedimiento para lograr una estimación precisa de la migración entre ciudades es la población de la ciudad coincide exactamente con la población de las unidades administrativas seleccionadas. Mientras más diferencia haya, más error potencial tendrá la estimación.

Cuando se aplica este procedimiento a 14 bases de microdatos censales de 2000 y 9 de 1990 se obtienen los resultados que se aprecian en los cuadros 1 y 2. De acuerdo a los censos procesados —que en general dan cuenta de



la situación prevaleciente en las décadas de 1990 y 1980, aun cuando hay varios censos de la ronda de 2000 que capturan la situación de esta década, al menos hasta 2007—, la región como un todo, no ha experimentado nada parecido a una contraurbanización<sup>6</sup> o a una desconcentración profunda del sistema urbano.

No hay contraurbanización porque la evidencia no muestra ni un retorno al campo ni un fortalecimiento (o atractivo) del segmento inferior (ciudades pequeñas) del sistema urbano. De hecho, el sistema de ciudades en su conjunto tiene una migración neta positiva en su intercambio con el resto del sistema de asentamientos humanos, en el cual se incluye toda la población rural; más aún, segmentado el sistema urbano en las cinco jerarquías establecidas en el cuadro 6, en todas ellas se verifica una migración neta positiva en el intercambio con el campo.

No hay desconcentración por dos razones. Primero, el único segmento del sistema de ciudades que pierde población es el inferior (que reúne a las ciudades de tamaño menor), ya que las 863 ciudades de entre 20 000 y 49 999 personas en 2000 tienen una emigración neta de 390 mil personas en su intercambio con las ciudades de los otros segmentos, lo que no alcanza a ser compensado por el saldo positivo que registra con el resto del sistema de asentamientos humanos, por lo cual su migración neta total es negativa. El cuadro 2 revela que esta condición expulsiva del segmento inferior del sistema de ciudades estaba incluso más extendida en la década de 1990 porque alcanzaba a las ciudades de 50 mil a 99 mil habitantes.

Segundo, el segmento superior de la jerarquía (ciudades de 1 millón o más habitantes) registra un saldo positivo, incluso en su intercambio con el resto del sistema de ciudades. Si bien casi todas las metrópolis con 5 millones o más habitantes (con la excepción de Lima y probablemente de Bogotá, aunque la base de microdatos del censo de Colombia 2004/2005

<sup>6</sup> El concepto de contraurbanización fue acuñado por Berry en 1976 para “describir un cambio de sentido en el proceso de crecimiento de las ciudades que contaban con una larga historia industrial anterior; que implicaba a la vez la salida de contingentes poblacionales de los centros metropolitanos más antiguos y más densamente poblados y el aumento paralelo de otras áreas no metropolitanas, exteriores a los anillos suburbanos de las mismas” (ARROYO, 2001). Hay un amplio debate sobre sus contenidos y alcances, aunque en general se le vincula con la desconcentración del sistema urbano, el declive de las grandes metrópolis y el renacimiento rural (FERRÁS, 2007, p.20).

no estuvo disponible para este estudio) registran pérdida migratoria, el grupo de ciudades entre 1 y 5 millones registra un balance positivo que sobrecompensa la expulsión de la capa superior de este segmento.

Ahora bien, el atractivo migratorio pertinaz del segmento superior del sistema de ciudades no significa que el proceso de concentración esté avanzando. Lo que hay, más bien, en un proceso de diversificación dentro del sistema de ciudades y de fortalecimiento de los segmentos intermedios. La evidencia clave que apoya este planteamiento es que el segmento del sistema de ciudades más atractivo corresponde a las de tamaño medio (100 000 a 499 999 habitantes), lo que explica, al menos en parte<sup>7</sup>, que este grupo de ciudades sea el de crecimiento demográfico más rápido en los últimos años. Considerando esta evidencia, la situación de la región parece una combinación compleja de pertinaz atractivo de las grandes ciudades (con excepción de las muy grandes) con un atractivo superior incluso de las ciudades de tamaño medio y una porfiada expulsión de las ciudades de tamaño pequeño; es decir, una suerte de reversión de la polarización pero sin desconcentración<sup>8</sup>. Los análisis existentes hasta la fecha sobre estas tendencias estructurales del sistema de ciudades se basaban en las tasas de crecimiento diferenciales entre segmentos de tamaño del sistema de ciudades<sup>9</sup>. En ese sentido, el estudio de la migración que se realiza en este trabajo (a través de los saldos absolutos y relativos) resulta más pertinente para llegar a una conclusión relacionada específicamente con el “atractivo” de las distintas jerarquías del sistema urbano y no con su demografía completa (y mezclada).

<sup>7</sup> En general, estas ciudades tienen mayor crecimiento demográfico vegetativo, por lo que una fracción de su ritmo más acelerado de expansión poblacional se debe también a esto.

<sup>8</sup> “On this basis, ‘urbanization’ is said to be occurring when the large cities are, in aggregate, growing faster than both the medium-sized and the small ones, while “polarization reversal” occurs when the medium-sized cities outpace the others and “counterurbanization” is when the small cities are in the ascendancy” (CHAMPION, 2008, p.159).

<sup>9</sup> “Nevertheless, despite the focus in the media on the growth of large and mega-cities, medium-sized and small cities (with less than 500,000 residents) were growing more rapidly, and that trend was expected to continue in both developed and developing countries” (NACIONES UNIDAS, 2008, p.5).

**CUADRO 1** - América Latina, 14 países: 1439 ciudades de más de 20 mil habitantes agrupadas según tamaño demográfico, por migración neta total, con el resto del sistema urbano y con el resto del sistema de ciudades (absoluta y relativa), censos de la década de 2000

Tamaño de la ciudad	Población	Saldo (población)			Migración neta sobre población total (medida relativa ad-hoc)		
		Migración neta total	Migración neta con el resto del sistema de ciudades	Migración neta con “el resto” de los municipios	Migración neta total	Migración neta con el resto del sistema de ciudades	Migración neta con “el resto” de los municipios
1 millón y más (34)	115,527,363	1,106,606	205,319	901,287	9.6	1.8	7.8
500000-999999 (32)	21,256,131	230,211	23,193	207,018	10.8	1.1	9.7
100000-499999 (215)	43,884,324	691,925	145,148	546,777	15.8	3.3	12.5
50000-99999 (295)	20,754,659	234,686	19,214	215,472	11.3	0.9	10.4
20 mil - 50 mil (863)	26,506,384	-241,309	-392,873	151,564	-9.1	-14.8	5.7
Total (1439)	227,928,861	2,022,118	0	2,022,118	8.9	0.0	8.9

Fuente: Cálculos propios a partir de procesamiento especiales de las bases de microdatos censales. Países: Bolivia (Estado Plurinacional de), 2001; Brasil, 2000 (muestra); Chile, 2002; Costa Rica, 2000 Ecuador, 2001; El Salvador, 2007; Guatemala, 2002; Honduras, 2001; México, 2000 (muestra); Nicaragua, 2005; Panamá, 2000; Paraguay, 2002; Perú, 2007; República Dominicana, 2002.

**CUADRO 2** - América Latina, 9 países: 948 ciudades de más de 20 mil habitantes (en 2000) agrupadas según tamaño demográfico, por migración neta total, con el resto del sistema urbano y con el resto del sistema de ciudades (absoluta y relativa), censos de la década de 1990

Tamaño de la ciudad	Población	Saldo (población)			Migración neta total		
		Migración neta total	Migración neta con el resto del sistema de ciudades	Migración neta con “el resto” de los municipios	Migración neta total	Migración neta con el resto del sistema de ciudades	Migración neta con “el resto” de los municipios
1 millón y más (19)	59 260 742	791 220	162 517	628 703	13.4	2.7	10.6
500000-999999 (14)	9 637 313	293 202	87 373	205 829	30.4	9.1	21.4
100000-499999 (146)	27 240 908	567 445	133 040	434 405	20.8	4.9	15.9
50000-99999 (295)	20 099 547	- 146 528	- 292 458	145 931	-7.3	-14.6	7.3
20 mil - 50 mil (443)	15 317 213	20 866	- 123 141	144 008	1.4	-8.0	9.4
Menos de 20 mil (31)	540 263	52 369	32 669	19 699	96.9	60.5	36.5
Total (948)	132 095 986	1 578 574	0	1 578 574	12.0	0.0	12.0

Fuente: Cálculos propios a partir de procesamiento especiales de las bases de microdatos censales. Países: Brasil, 1991 (muestra); Chile, 1992; Costa Rica, 1984; Ecuador, 1990; Guatemala, 1994; Honduras, 1988; Nicaragua, 1995; Panamá, 1990; Paraguay, 1992.

Los anteriores resultados pueden estar sesgados. En efecto, al ser saldos netos un valor abultado de una ciudad (sea positivo o negativo) puede sobrepasar a la suma de saldos reducidos de varias ciudades con un signo contrario al de esta ciudad. Así, el segmento puede aparecer atractivo aunque la mayoría de las ciudades que lo componen sea expulsora. Para evaluar esto último, en el cuadro 4 se presentan la totalidad de ciudades de cada segmento diferenciadas en atractivas o expulsoras tanto de migración interna total como de migración interna intrasistema urbano. Los resultados ratifican que el segmento inferior del sistema de ciudades no tiene capacidad de atracción ya que la mayor parte de sus ciudades registran emigración neta, proporción que supera el 60% en el caso de la migración intrasistema urbano. El cuadro muestra que los dos segmentos superiores del sistema son los que cuentan con una mayor proporción de ciudades atractivas, reiterando que las ciudades grandes siguen siendo destinos muy importantes para la migración interna (no así las metrópolis, que como se ha insistido, en general registran emigración neta). Por último, los resultados matizan las cifras del cuadro 3, ya que no encuentran evidencia de un atractivo sobresaliente de las ciudades medias, en particular de aquellas en 100 mil y 499999 habitantes.

**CUADRO 3**- América Latina, 14 países: 1439 ciudades de más de 20 mil habitantes agrupadas según tamaño demográfico, por condición de migración neta total y con el resto del sistema urbano (totales y porcentaje de migración neta positiva), censos de la década de 2000

Categoría de tamaño	Migración neta total			Migración interna intrasistema urbano		
	Positiva	Negativa	Porcentaje	Positiva	Negativa	Porcentaje
1 millón y más (34)	25	9	73.5	20	14	58.8
500000-999999 (32)	24	8	75.0	18	14	56.3
100000-499999 (215)	137	78	63.7	102	113	47.4
50000-99999 (295)	146	149	49.5	127	168	43.1
20 mil – 50 mil (863)	360	503	41.7	305	558	35.3
Total (1439)	692	747	48.1	572	867	39.7

Fuente: Cálculos propios a partir de procesamiento especiales de las bases de microdatos censales.

**CUADRO 4** - América Latina, 14 países: 948 ciudades de más de 20 mil habitantes (en 2000) agrupadas según tamaño demográfico, por condición de migración neta total y con el resto del sistema urbano (totales y porcentaje de migración neta positiva), censos de la década de 1990

Categoría de tamaño	Migración neta total			Migración interna intrasistema urbano		
	Positiva	Negativa	Porcentaje	Positiva	Negativa	Porcentaje
1 millón y más (19)	18	1	94.7	15	4	78.9
500,000- 999,999 (14)	13	1	92.9	11	3	78.6
100,000- 499,999 (146)	86	60	58.9	71	75	48.6
50,000- 99,999 (295)	120	175	40.7	87	208	29.5
20,000- 49,999 (443)	205	238	46.3	170	273	38.4
Menos de 20,000 (31)	28	3	90.3	26	5	83.9
Total (948)	470	478	49.6	380	568	40.1

## Conclusión

Siguiendo a trabajos recientes, la principal conclusión es que la diversificación de la migración, que en este texto se han expuesto solo de manera parcial, provoca un desafío muy grande para los investigadores. En efecto, si quieren cubrir esta creciente complejidad, deben ampliar sus categorías conceptuales, sus marcos de referencia y también sus dispositivos de medición y fuentes de datos.

## Referencias

AIDE, T. M.; H. R. G. Globalization, migration, and Latin American ecosystems. **Science**, v.305, n.°5692, p.1915-1916, 2004.

ARROYO, M. La contra urbanización: um debate metodológico y conceptual sobre La dinámica de Las áreas metropolitanas. **Papeles de población**, Toluca, Centro de Investigación y Estudios Avanzados dela Población, Universidad Autónoma del Estado de México ano.7, n°30, 2001.

CAETANO, A.; FERNANDES, D.; RIGOTTI, J. I. **Migration and millennium development goals: Latin America and the Caribbean**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Programa de Pós-Graduação em Geografia Tratamento da Informação Espacial. 2007. (PUC - Research Paper, 2).

CEPAL. **Panorama social de América Latina**. Santiago de Chile: CEPAL, 2007a. (n° de venta: S.07.II.G.124), (LC/G.2351-P).

CHAMPION, A. The changing nature of urban and rural areas in the United Kingdom and other European countries. In: Department of Economic and Social Affairs of the United Nations, **United Nations expert group meeting on population distribution, urbanization, internal migration and development**, 21-23 January 2008, New York, p. 149-169, 2008. Disponível em: <[www.un.org/esa/population/meetings/EGM\\_PopDist/EGM\\_PopDist\\_Report.pdf](http://www.un.org/esa/population/meetings/EGM_PopDist/EGM_PopDist_Report.pdf)>. Acesso em: 12 out 2011.

CLACSO. **Migraciones internas**, Buenos Aires, 1972.

DIRVEN, M. El empleo rural no agrícola – tendencias, interpretaciones y políticas. (mimeo). Disponível em: <[www.cepal.org/celade/noticias/paginas/5/44305/Martine\\_Dirven.pdf](http://www.cepal.org/celade/noticias/paginas/5/44305/Martine_Dirven.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2011.

FERRÁS, C. El enigma de la contraurbanización: Fenómeno empírico y concepto caótico. **Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales (EURE)**, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, Chile, v.33,, n° 98, p. 5-25, 2007. Disponível em: <<http://www.eure.cl/articulos/523/el-enigma-de-la-contraurbanizacion-fenomeno-empirico-y-concepto-caotico/>>. Acesso em 20 out. 2011 >.

FUENTES, L. Competitividad urbana en el contexto latinoamericano. El caso de Santiago de Chile. **Revista de Geografía Norte Grande**, Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, n.48, p.81-106, 2011.

GREENWOOD, M. Internal migration in developed countries. In: ROSENZWEIG, M.; STARK, O. (eds.) **Handbook of Families and Population Economics**. Amsterdam: Elsevier. 1997.

HARRIS, J. R.; TODARO M. P. Migration, unemployment, and development: a two sector analysis. **American Economic Review**, n. 60, p.126-142. 1970.

ILPES, **Economía y territorio en América Latina y el Caribe. Desigualdades y políticas**. Santiago: CEPAL, 2009. (LC/G.2385-P).

JORDÁN, R.; REHNER, J.; SAMANIEGO, J. L. **Regional panorama, Latin America megacities and sustainability**. Santiago de Chile: CEPAL, 2010. Disponível em: <[www.giz-cepal.cl/files/megacities\\_and\\_sustainability.pdf](http://www.giz-cepal.cl/files/megacities_and_sustainability.pdf)>. Acesso em: 10 ago 2011.

KRAPOVICKAS, J.; PINO, J.; CLARAMUNT, B. **Dinámica y efectos socio-demográficos de la frontera agraria con soja en el Chaco Argentino**. 2010. (Trabajo presentado en el IV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población, realizado en La Habana, Cuba, del 16 al 19 de nov. de 2010).

LALL, S.; SELOD H.; SHALIZI Z. Rural–urban migration in developing countries: a survey of theoretical predictions and empirical findings. Washington, D.C. : Banco Mundial, 2006. (**Policy Research Working Paper Series**, n° 31915).

LEWIS, W.H. Economic development with unlimited supplies of labor. **Manchester School of Economic and Social Studies**, v. 22, n° 2, mayo. 1954.

MAGALHÃES, F. **Regiões Metropolitanas no Brasil: um paradoxo de desafios e oportunidades.** Washington, DC.: BID, 2010.

MARTINE, G. Migraciones internas: ¿Investigación para qué?. San José: CELADE.[s.d.]. (**Notas de población**, año 7, no. 19).

MORELOS, J. B.; URBINA FUENTES, M.; ORDORICA, M. Reseña de. Obras demográficas selectas de Gustavo Cabrera. **Estudios Demográficos y Urbanos**, El Colegio de México, México. v.23, n° 3, p.643-660, sep./dic.2008.

RODRÍGUEZ, J. **Migración interna y sistema de ciudades en América Latina: intensidad, patrones, efectos y potenciales determinantes, censos de la década de 2000.** Santiago, 2011. (Serie Población y Desarrollo n° 105, LC/L.3351).

RODRÍGUEZ, J.; BUSO, G. **Migración interna y desarrollo en América Latina entre 1980 y 2005.** Un estudio comparativo con perspectiva regional basado en siete países. Santiago de Chile: CEPAL. 2009.

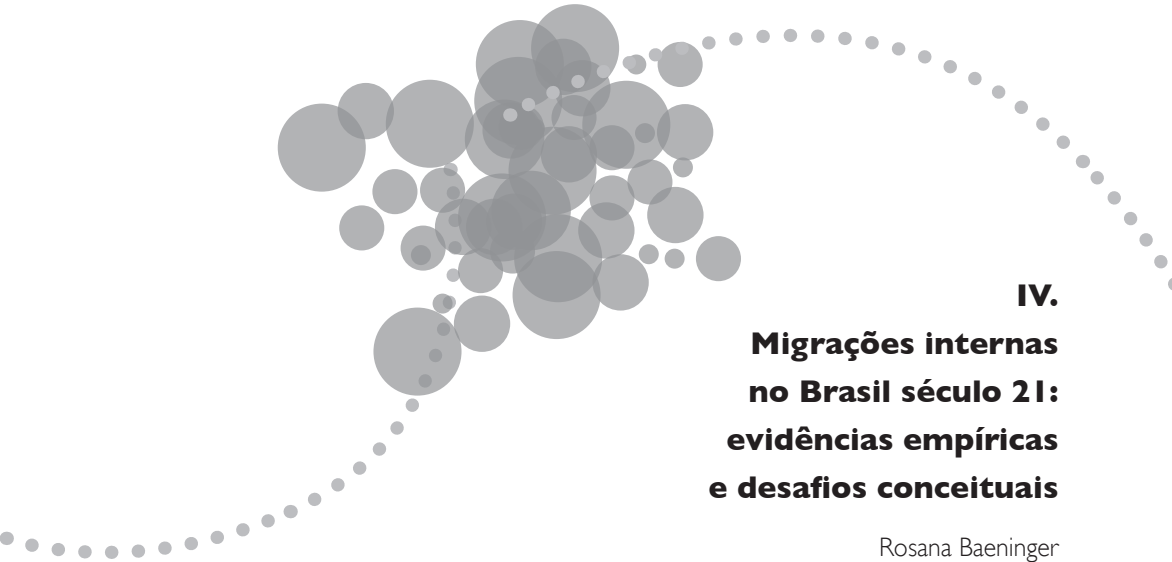
ROMERO, J. L. **Latinoamérica: las ciudades y las ideas.** Argentina: Siglo XXI, 1986. p.12.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, N.; MORENO, J. L. La colonización española siempre exhibió un signo marcadamente urbano. In: **La población de América Latina**, Buenos Aires: Paidós, 1968.

UNITED NATIONS. **United Nations expert group meeting on population distribution, urbanization, internal migration and development, 21-23 January 2008, New York.** 2008 Disponible em: <[www.un.org/esa/population/meetings/EGM\\_PopDist/EGM\\_PopDist\\_Report.pdf](http://www.un.org/esa/population/meetings/EGM_PopDist/EGM_PopDist_Report.pdf)>. Acesso em 12 out. 2011.

VILLA, M. Introducción al análisis de la migración: apuntes de clase. Santiago de Chile: CELADE, 1991 (“notas preliminares”, Serie B, n° 91)

YUKI, K. Urbanization, informal sector, and development. **Journal of Development Economics**, Amsterdam, v.84, 2007.



## **IV. Migrações internas no Brasil século 21: evidências empíricas e desafios conceituais**

Rosana Baeninger

### **Introdução**

O tema das migrações internas no Brasil adquire importância crescente nos estudos de população no século 21. De um lado, as migrações de longa distância redesenham seus trajetos e seus significados; de outro lado, as dinâmicas regionais passaram a imprimir especificidades às migrações urbanas-urbanas.

Este estudo analisa os movimentos migratórios no Brasil, acompanhando as transformações em sua dinâmica nas últimas décadas. Os movimentos migratórios internos no Brasil, dos últimos 60 anos, estão fortemente relacionados aos processos de urbanização e de redistribuição espacial da população, marcados pela intensa mobilidade populacional, e inseridos nas distintas etapas econômicas, sociais e políticas experimentadas pelo país ao longo desse período.

Desse modo, o deslanchar dos processos migratórios recentes tem suas raízes de transformações desde os anos 1980, quando as clássicas interpretações da migração ancorada somente no desempenho econômico



das áreas alcançaram seus limites. O texto recapitula as tendências gerais da migração nos anos 1980 e 1990 no Brasil, a fim de que se possa acompanhar, no longo prazo, a manifestação das migrações internas no país e sua configuração atual. Focalizada no século 21, os processos migratórios nacionais, que imersos em um novo contexto socioeconômico e urbano, imprimem espaços da migração marcados por diferentes “condições migratórias”: áreas de retenção de população, áreas de perdas migratórias e áreas de rotatividade migratória.

Nesse contexto, apresenta-se a seguir algumas reflexões que contemplam o cenário recente das migrações internas no Brasil, com a incorporação do conceito de rotatividade migratória para o entendimento teórico-metodológico dos processos migratórios em curso no país.

### **Panorama das migrações internas**

As análises relativas aos primeiros anos do século 21 comparam as informações sobre os movimentos migratórios para todos os Estados brasileiros, no período 1995-2000, 1999-2004, 2001-2006 e 2004-2009, com base no Censo Demográfico de 2000 e nas Pesquisas Nacionais por Amostra Domiciliar de 2004, 2006 e 2009, respectivamente. Busca-se apresentar os movimentos migratórios contemporâneos, em particular aqueles referentes às migrações na primeira década do século 21.

#### *Breve retrospecto: as tendências a partir dos anos 80*

As mudanças no processo migratório nacional tiveram, a partir dos anos 70, o deslançar de suas transformações. No contexto dos deslocamentos interestaduais, apesar da centralidade migratória no Sudeste - São Paulo e Rio de Janeiro, foram os dois Estados dessa Região que já haviam assistido a uma redução em seus volumes de imigrantes dos anos 70 para os 80 (BAENINGER, 2002). O Sudeste, que chegava a ter um movimento migratório que envolvia quase 5 milhões de pessoas nos anos 70, diminuiu este volume para 4,3 milhões no período 1981-1991.

Na Região Centro-Oeste, os Estados do Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal também diminuíram seus volumes de imigrantes entre esses dois períodos. O Mato Grosso do Sul demonstrava sinais do “fechamento de sua

fronteira” (MARTINE, 1987; 1994) e o Distrito Federal iniciava, no período 1981-1991, seu processo de expansão metropolitana atingindo os municípios do Estado de Goiás, com significativos fluxos migratórios para seu entorno.

Ao longo dos últimos cinquenta anos do século XX, as migrações internas reorganizaram a população no território nacional, onde as vertentes da industrialização e das fronteiras agrícolas constituíram os eixos da dinâmica da distribuição espacial da população no âmbito interestadual, muito embora a primeira vertente detivesse os fluxos mais volumosos. Nesse sentido, as análises a respeito do processo de distribuição espacial da população nos anos 70, e até mesmo durante a década de 80, estiveram baseadas e preocupadas em apontar o crescente e intenso movimento de concentração: da migração, com a predominância do fluxo para o Sudeste; do processo de urbanização, com a enorme transferência de população do campo para a cidade, quando cerca de 15,6 milhões deixaram as áreas rurais nesse período (MARTINE, 1994); e, a concentração da população, manifestada no processo de metropolização.

De fato, essas características representaram e compuseram a sociedade urbano-industrial brasileira (FARIA, 1991), com a concentração tanto de atividades econômicas quanto populacional. É revelador nesse processo, no entanto, que os efeitos da desconcentração relativa das atividades econômicas<sup>1</sup>, iniciados no decorrer dos anos 70, não tivesse tido reflexos imediatos nos deslocamentos populacionais captados pelo censo demográfico de 1980; somente no período 1981-1991 é que esse processo tornou-se mais evidente, sugerindo uma defasagem entre os deslocamentos das atividades econômicas e os deslocamentos de população<sup>2</sup>.

No entanto, além das “trajetórias dominantes” (BRITO, 1997), fenômenos de suma importância para a dinâmica da mobilidade espacial da população já emergiam naquele período. Um deles referia-se ao refluxo de mineiros para seu Estado já nos anos 70<sup>3</sup>, apontando o incipiente processo de reversão emigratória da área; cerca de 35,6% dos imigrantes para o Estado de Minas

<sup>1</sup> Veja-se Negri (1996); Diniz (1995) e Pacheco (1998).

<sup>2</sup> Negri (1996) aponta essa possível defasagem entre dinâmica econômica e dinâmica migratória em seu estudo a respeito do processo de desconcentração da indústria no País.

<sup>3</sup> Brito (1997) indica essa tendência para os anos 70.

Gerais eram de retorno naquele período. O processo de desconcentração das atividades econômicas que marcava o período 1970-1980 beneficiou Minas Gerais, podendo já ter contribuído, nesse período, para a absorção de sua população natural, bem como para atração e, inclusive, refluxo de população.

Outro aspecto a considerar refere-se aos possíveis destinos migratórios nos anos 70. Martine e Carvalho (1989) sintetizam os deslocamentos populacionais, desse período, destacando a ocorrência do aumento no número de Estados expulsores de população e a redução nos receptores. Na verdade, das vinte e seis UF's existentes em 1980, onze delas haviam registrado trocas migratórias positivas com outros Estados, das quais cinco estavam no Norte, indicando que entre 1970-1980 essa fronteira foi capaz de aumentar o número de Estados absorvedores de população no País; no cômputo geral, havia, nos anos 70, mais Estados “perdedores” que “ganhadores” de população<sup>4</sup>. Essa situação inverteu-se na década seguinte, com os anos 80 entrando na história migratória recente do País com o maior número de “espaços ganhadores” nas migrações interestaduais, mesmo tendo o Rio de Janeiro registrado perdas populacionais. Dentre as vinte e sete UF's existentes em 1991, quatorze delas registraram trocas migratórias positivas no período 1981-1991, destacando-se, além dos Estados do Norte (à exceção do Acre), o saldo positivo do Estado de Sergipe (no Nordeste), do Espírito Santo (no Sudeste) e de Goiás (no Centro-Oeste).

De fato, de uma para outra década, ocorreram significativas mudanças econômicas que tiveram rebatimentos sobre os movimentos migratórios. Ao lado do processo de esgotamento das fronteiras agrícolas, o País conviveu com o importante processo de desconcentração relativa da indústria, que implicou na alteração da distribuição das atividades econômicas, em particular as industriais (PACHECO, 1998). Para esse período, pode-se concluir que essa desconcentração relativa da indústria propiciou também fluxos migratórios nessas direções, bem como reteve uma população que potencialmente migraria destas áreas.

<sup>4</sup> Tocantins ainda fazia parte de Goiás.

<sup>5</sup> Eram 15 estados perdedores de população contra 11 ganhadores.

Foi particularmente importante no período 1981-1991, o movimento de retorno aos Estados de nascimento, os quais também contribuíram para a elevação no número de Estados ganhadores. Nos anos 70, o movimento de retorno aos Estados de nascimento representava apenas 11,0% do total da migração nacional, proporção que chegou a dobrar no período 1981-1991, alcançando 24,5% do total; passou-se de um volume anual de retorno de 105.482 pessoas, no período 1970-1980, para 259.582, entre 1981-1991.

Assim, os anos 80 já indicavam a expansão dos espaços da migração (BAENINGER, 1999), tendência que se viu confirmada nos anos 90, particularmente quando se consideram os movimentos intra-regionais e os inter-regionais separadamente.

Na continuidade das mudanças nos movimentos migratórios, as tendências na migração interna no Brasil nos anos 90 apontaram:

- 1) os fluxos migratórios de longa distância reduziram-se, consideravelmente, em particular aqueles que se dirigiam às fronteiras agrícolas;
- 2) mantiveram-se como *área de absorção* de fluxos de longa distância, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal, que canalizaram os fluxos do Nordeste;
- 3) houve a recuperação migratória no âmbito intra-regional de “espaços perdedores” no âmbito nacional, especialmente os Estados nordestinos;
- 4) houve o surgimento e consolidação de pólos de absorção migratória no âmbito inter-regional e intra-regional, com a maior parte dos Estados tornando-se “ganhadores” de população - mesmo que estes ganhos estejam circunscritos a contextos regionais específicos.

A análise dos movimentos migratórios, em anos recentes – anos 2000, como se procederá a seguir indica o reforço da tendência de configuração de novos espaços da migração, agora, no entanto, muito mais relacionados ao âmbito de suas próprias regiões.

### **Migrações internas no Brasil: 1995-2009**

Quando se considera os movimentos migratórios interestaduais e suas trocas migratórias pode-se verificar, do período 1995-2000 para 1999-2004, a manutenção no número de Estados ganhadores de população: 17

Estados entre 1995-2000 e entre 1999- 2004. Entre 2001-2006 e 2004-2009, entretanto, foram, respectivamente, 12 e 13 os Estados com ganhos migratórios, refletindo a situação de trocas migratórias negativas dos Estados da Região Norte, as oscilações nas tendências da migração de alguns Estados da Região Nordeste e a nova posição de São Paulo e Rio de Janeiro no cenário de perdas migratórias no contexto das migrações internas no Brasil.

Ainda que a PNAD 2009 aponte para o decréscimo do saldo migratório negativo do Estado de São Paulo e trocas positivas para o Estado do Rio de Janeiro, no início do século XXI, as migrações internas tornaram-se ainda mais complexas, sem a definição – que anteriormente poderia se visualizar – dos rumos da migração no país, considerando o comportamento verificado em décadas ou quinquênios anteriores.

Os anos 2000 indicam o descolamento da relação migração-industrialização, migração-ocupação de fronteira agrícola, migração-desconcentração industrial, migração-emprego, migração-mobilidade social no contexto atual da economia e da reestruturação produtiva. Essa nova configuração produtiva em âmbito nacional e internacional constitui o pano-de-fundo do dinamismo atual das migrações internas no Brasil, onde os fluxos mais volumosos e de longa distância são compostos de idas-e-vindas, refluxos, re-emigração, outras etapas – que pode ser mesmo o próprio local de origem antes do próximo refluxo para o último destino.

Nesse sentido, as migrações assumem um caráter mais reversível (DOMENACH; PICOUET, 1990) em comparação com décadas anteriores, nas quais as explicações da migração estavam pautadas na capacidade de atração do destino migratório, mesmo que em uma leitura histórico-estrutural (SINGER, 1973). O fenômeno da reversibilidade das migrações internas diz respeito tanto às áreas de origem, com um crescente vai-e-vem, como às de destino, com o incremento da migração de retorno.

É nesse contexto, que a migração interestadual, para o conjunto do país, continuou exibindo decréscimos em seus volumes: passou de 5,2 milhões, entre 1995-2000, para 4,6 milhões, entre 1999-2004, e de 4,4 milhões, de 2001-2006, para 3,2 milhões entre 2004-2009 (tabelas 1 e 2). Esse decréscimo, contudo, não implica em uma tendência à estagnação das migrações; ao contrário, denota outros arranjos da própria migração interna, bem como

seus atuais desdobramentos, com novas modalidades de deslocamentos populacionais em âmbitos locais e regionais.

**TABELA I** - Volumes de imigração, emigração e trocas migratórias por Regiões e Unidades da Federação Brasil, 1995/2000 e 1999/2004

Regiões e UFs	1995/2000			1999/2004		
	I (Imigração)	E (Emigração)	Trocas	I (Imigração)	E (Emigração)	Trocas
Rondônia	83.325	72.734	10.591	49.046	55.239	-6.193
Acre	13.635	16.069	-2.434	14.777	13.212	1.565
Amazonas	89.626	58.658	30.968	64.001	52.928	11.073
Roraima	47.750	14.380	33.370	38.384	13.325	25.059
Pará	182.045	234.213	-52.168	235.111	187.426	47.685
Amapá	44.582	15.113	29.469	32.525	18.281	14.244
Tocantins	95.430	82.513	12.917	82.312	112.004	-29.69
NORTE	556.393	493.680	62.713	516.156	452.415	63.741
Maranhão	100.820	274.470	-173.650	180.924	258.016	-77.092
Piauí	88.736	140.815	-52.079	119.646	113.952	5.694
Ceará	162.926	186.709	-23.783	141.680	120.574	21.106
Rio G. do Norte	77.917	71.286	6.631	73.494	37.284	36.210
Paraíba	102.005	163.485	-61.480	138.328	95.857	42.471
Pernambuco	164.872	280.289	-115.417	179.932	204.868	-24.936
Alagoas	55.967	127.949	-71.982	81.318	85.668	-4.350
Sergipe	52.109	56.921	-4.812	45.843	43.258	2.585
Bahia	250.572	517.930	-267.358	290.343	378.618	-88.275
NORDESTE	1.055.924	1.819.854	-763.930	1.251.508	1.338.095	-86.587
Minas Gerais	447.836	408.659	39.177	429.438	398.460	30.978
Espírito Santo	129.169	95.149	34.020	107.132	108.669	-1.537
Rio de Janeiro	319.749	274.223	45.526	166.036	255.653	-89.617
São Paulo	1.223.809	884.121	339.688	823.557	978.689	-155.132
SUDESTE	2.120.563	1.662.152	458.411	1.526.163	1.741.471	-215.308
Paraná	297.308	336.998	-39.690	260.478	271.182	-10.704
Santa Catarina	199.651	139.665	59.986	214.287	139.268	75.019
Rio G. do Sul	113.395	152.891	-39.496	116.643	146.372	-29.729
SUL	610.354	629.554	-19.200	591.408	556.822	34.586
Mato G. do Sul	97.709	108.738	-11.029	90.071	97.271	-7.200
Mato Grosso	166.297	123.726	42.571	192.691	81.011	111.680
Goiás	372.702	169.887	202.815	315.571	168.574	146.997
Distrito Federal	216.200	188.551	27.649	152.073	199.982	-47.909
C.-OESTE	852.908	590.902	262.006	750.406	546.838	203.568
<b>TOTAL</b>	<b>5.196.142</b>	<b>5.196.142</b>	<b>-</b>	<b>4.635.641</b>	<b>4.635.641</b>	<b>-</b>

Fonte: Fundação IBGE (2000; 2004).

\* Não inclui os imigrantes estrangeiros nem os de UF não especificada.

Para o entendimento deste novo cenário das migrações no país é necessário que se observe as tendências atuais da Região Nordeste. Com uma tendência que se delineia desde os últimos vinte anos, a Região Nordeste continuou o decréscimo em seus saldos migratórios negativos, de 763 mil pessoas, entre 1995-2000, para 86 mil pessoas, entre 1999-2004, alcançando 53 mil e 168 mil pessoas, respectivamente, entre 2001-2006 e 2003-2008.

Entre 2004-2009 o saldo negativo migratório para a região Nordeste manteve-se em 187 mil pessoas, o que indica a força da migração de retorno na composição de sua imigração. Esta nova face e nova fase da imigração para o Nordeste estão relacionadas ao contexto atual da Região Metropolitana de São Paulo, em especial, e do Rio de Janeiro, e a reorganização da indústria no território nacional (COUTINHO, 1998) e internacional (SASSEN, 1988).

No período 1995-2000 apenas Rio Grande do Norte registrava saldo positivo nas trocas migratórias interestaduais, tendência que havia se ampliado para Piauí, Ceará, Paraíba e Sergipe, no período 1999-2004. Entretanto, para o período 2001-2006 e 2003-2008/2004-2009, somente Rio Grande do Norte e Ceará continuam apresentando trocas migratórias interestaduais positivas, com a Bahia registrando saldo positivo entre 2001-2006, mas saldo negativo para o período 2003-2008 e entre 2004-2009 (108.326 pessoas); ressalte-se, contudo, que as oscilações nessas perdas migratórias do Estado da Bahia dizem respeito muito mais aos Estados de Goiás, Pará, Mato Grosso, do que com os estados da Região Sudeste.

As dinâmicas migratórias dos Estados do Nordeste são profundamente marcadas por oscilações em temas de recuperação, absorção e expulsão de suas populações que refletem tanto os processos intra-regionais, como a instabilidade das tendências dos movimentos migratórios de retorno. De um lado, o Rio Grande do Norte e o Ceará vêm conseguindo manter trocas migratórias positivas com as demais UFs, do outro lado, o Estado da Bahia é um dos melhores exemplos; com uma trajetória de perdas migratórias por mais de cinquenta anos – apesar do decréscimo em seu volume como um todo – a PNAD 2006 revelou maior contingente de imigrantes (339.133 pessoas) do que de emigrantes (306.116), com um saldo migratório positivo de 33.017 pessoas para esse Estado. No entanto, a PNAD 2008 e 2009 apontam perdas migratórias de 75 mil pessoas e de 108.326, respectivamente,

para a Bahia. Nesse contexto, torna-se pertinente, mais uma vez destacar, as análises a respeito da reversibilidade das migrações, como aponta Domenach e Picouet (1990).

**TABELA 2** - Volumes de imigração, emigração e trocas migratórias - Unidades da Federação, 2001-2009

Regiões e UFs	2001/2006			2003/2008			2004/2009		
	I	E	Trocas	I	E	Trocas	I	E	Trocas
Rondônia	36.000	56.801	-20.801	40.772	47.555	-6.783	34.249	32.206	2.043
Acre	17.762	13.154	4.608	12.112	8.552	3.560	13.059	13.026	33
Amazonas	51.792	54.600	-2.808	48.307	40.282	8.025	63.102	35.594	27.508
Roraima	36.602	7.071	29.531	17.782	8.441	9.341	15.351	14.675	676
Pará	198.158	174.718	23.440	156.954	154.535	2.419	118.292	160.200	-41.908
Amapá	17.823	19.769	-1.946	13.804	29.121	-15.317	19.987	11.073	8.914
Tocantins	67.730	90.055	-22.325	63.545	69.262	-5.717	50.491	82.316	-31.825
NORTE	425.867	416.168	9.699	353.276	357.748	-4.472	314.531	349.090	-34.559
Maranhão	154.041	220.748	-66.707	102.757	155.762	-53.005	125.387	154.859	-29.472
Piauí	99.490	110.842	-11.352	59.821	63.869	-4.048	74.798	104.822	-30.024
Ceará	174.343	136.014	38.329	111.564	98.968	12.596	93.740	98.073	-4.333
R. G. do Norte	85.063	54.640	30.423	54.220	41.653	12.567	60.182	37.047	23.135
Paraíba	112.330	137.991	-25.661	56.340	86.270	-29.930	74.291	70.917	3.374
Pernambuco	194.317	204.361	-10.044	123.499	133.613	-10.114	100.769	107.334	-6.565
Alagoas	70.769	105.894	-35.125	30.839	66.038	-35.199	43.936	80.757	-36.821
Sergipe	38.472	44.775	-6.303	50.366	36.889	13.477	37.736	36.573	1.163
Bahia	339.133	306.116	33.017	221.228	296.299	-75.071	203.885	312.211	-108.326
NORDESTE	1.267.958	1.321.381	-53.423	810.634	979.361	-168.727	814.724	1.002.593	-187.869
Minas Gerais	417.502	378.067	39.435	319.885	263.585	56.300	288.373	276.196	12.177
Espírito Santo	137.501	82.150	55.351	83.903	8.104	25.799	107.421	54.674	52.747
Rio de Janeiro	210.038	251.634	-41.596	193.793	181.624	12.169	141.459	165.522	-24.063
São Paulo	765.469	972.567	-207.098	621.058	640.710	-19.652	535.376	588.652	-53.276
SUDESTE	1.350.510	1.684.418	-153.908	1.218.639	1.144.023	74.616	1.072.629	1.085.044	-12.415
Paraná	262.629	274.548	-11.919	213.816	202.567	11.249	203.613	171.868	31.745
Santa Catarina	217.714	127.768	89.946	153.209	83.366	69.843	194.033	113.545	80.488
Rio G. do Sul	93.457	130.950	-37.493	67.083	107.893	-40.810	90.036	104.016	-13.980
SUL	573.800	533.266	40.534	434.108	393.826	40.282	487.682	389.429	98.253
Mato G. do Sul	120.126	80.308	39.818	70.358	75.524	-5.166	57.900	50.205	7.695
Mato Grosso	142.130	85.618	56.512	93.458	109.856	-16.398	78.627	90.654	-12.027
Goiás	245.943	172.383	73.560	246.078	146.775	99.303	264.087	135.031	129.056
Distrito Federal	157.092	169.876	-12.784	101.190	120.628	-19.438	149.903	138.037	11.866
C. OESTE	665.291	508.185	157.106	511.084	452.783	58.301	550.517	413.927	136.590
<b>TOTAL</b>	<b>4.463.418</b>	<b>4.463.418</b>	<b>-</b>	<b>3.327.741</b>	<b>3.327.741</b>	<b>-</b>	<b>3.240.083</b>	<b>3.240.083</b>	<b>-</b>

Fonte: Fundação IBGE (2006; 2008; 2009).



A compreensão das migrações no Nordeste passa necessariamente pela nova realidade da Região Sudeste. Os movimentos migratórios, do início do século XXI, transformaram os grandes Estados de atração populacional dos anos 70 - São Paulo e Rio de Janeiro - em áreas de perdas migratórias. Nas PNADs 2006, 2008 e 2009 é possível identificar que a imigração para São Paulo diminuiu para 765.469 em 2001-2006 para 621.058 entre 2003-2008, chegando a 535.376 migrantes nacionais para o período 2004-2009 – quando, no período 1995-2000, esta imigração ainda havia sido de 1.223.809 migrantes interestaduais.

Com isso, nas trocas migratórias, o Estado de São Paulo passou de um ganho de migrantes (339.688), no período 1995-2000, para uma perda de -207.098 pessoas, entre 2001-2006, diminuindo esta perda -19.652 pessoas entre 2003-2008 e -53.276 entre 2004-2009. Deve-se ressaltar que estas perdas podem estar relacionadas, muito mais, às saídas de população da Região Metropolitana de São Paulo, com histórico consolidado de migrações interestaduais – em especial nordestina – do que ao cenário do interior paulista, que vem expandindo suas áreas de migração com o Nordeste mais recentemente (BAENINGER, 2002).

O Rio de Janeiro teve seu volume de imigrantes diminuído de 319.749, entre 1995-2000, para 210.038, entre 2001-2006, com declínio mais intenso, no período 2003-2008, para 193.793 imigrantes e 141.459 no período 2004-2009, embora com menor força que o decréscimo para São Paulo. O saldo migratório negativo foi de -41.596 migrantes, entre 2001-2003, positivo de 12.169 pessoas, no período 2003-2008, voltando a ser negativo entre 2004-2009 (-24.063).

Para as antigas áreas de fronteiras agrícolas, as mudanças nos movimentos migratórios também foram expressivas. Na Região Norte, o início dos anos 2000 aponta a inversão dos processos migratórios em Rondônia. Ainda no período 1995-2000, o Estado registrava trocas migratórias interestaduais positivas (10.591 pessoas), passando para um saldo migratório negativo entre 1999-2004 (-6.193), indicando no período 2001-2006 aumentos em suas perdas migratórias (-20.801 migrantes). Porém, o redesenho dessas áreas com a expansão da “nova fronteira agrícola” (CANO, 2011) já se fez sentir nos movimentos migratórios do período 2003-2008 com declínio das

perdas migratórias, para -6.783, voltando a ter ganhos populacionais entre 2004-2009, em especial Rondônia e Amapá.

Na Região Centro-Oeste, o Mato Grosso do Sul que apresentava tendência de perda de população em 1995-2000 (com saldo negativo de 11.029 migrantes), diminuiu sua emigração, passando a um saldo positivo de 39.818 migrantes, entre 2001-2006. Todavia, no período 2003-2008, esse Estado volta a apresentar trocas migratórias negativa de -5.166 pessoas e oscilando para saldo migratório positivo entre 2004-2009 (7.695 pessoas). Outra tendência inversa no Centro-Oeste é registrada pelo Distrito Federal que de ganhos migratórios, ainda em 1995-2000 (27.649 pessoas), passou para uma perda de população em 2001-2006 de 12.784 pessoas, com maiores volumes (-19.438) negativos no período 2003-2008, mas também voltando a ganhos migratórios entre 2004-2009 (11.866 pessoas). O Estado do Mato Grosso nos três períodos (1995-2000, 1999-2004 e 2001-2006), apresentou saldo positivo em suas trocas migratórias, porém, no período recente (2003-2008), passou a ter saldo negativo de -16.398 pessoas, com perdas migratórias entre 2004-2009 (-12.027 pessoas). Nota-se, portanto, as tênues fronteiras entre as “condições migratórias” mesmo dos atuais pólos migratórios no país.

Finalmente, cabe destacar que, a Região Sul passou a ter saldo positivo no âmbito nacional, de um para outro período: de -19.200, no período 1995-2000, para 40.534 migrantes, entre 2001-2006, com manutenção do saldo de 40.282 pessoas, no período 2003-2008 e de 98.253 migrantes, em função principalmente pelos ganhos migratórios de Santa Catarina.

### **Áreas de rotatividade migratória, áreas de retenção migratória e áreas de perdas migratórias**

Considerando-se o Índice de Eficácia Migratória<sup>6</sup> interestadual, nos períodos 1995-2000, 1999-2004, 2001-2006, 2003-2008 e 2004-2009, nota-se que o país vivencia uma intensa mobilidade da população, com o aumento das áreas de rotatividade migratória, onde o índice de eficácia migratório,

<sup>6</sup> Este índice varia de 0-1; quanto mais próximo de 1 será uma área de forte retenção migratória.

tanto positivo quanto negativo, são bastante próximo de zero (Tabela 3). Ou seja, já não há mais áreas de grande retenção migratória e nem de elevada perda migratória. Isto já fica evidente quando observado o comportamento em termos de grandes regiões brasileiras; da Região Norte a Região Sul os índices de eficácia migratória se situam na faixa entre -0,05 e 0,14, ou seja, muito distante dos extremos do indicador (-1 como área de evasão e +1 como área de retenção migratória), há sim um intenso movimento de rotatividade migratória no Brasil, com o indicador situando-se próximo de zero (entram migrantes e saem migrantes).

Assim, os Estados com índice de eficácia próximo ao de rotatividade migratória – mesmo com valores negativos (entre -0,12 e 0,12) – são no período 2004-2009: Rondônia, Acre, Amazonas, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Distrito Federal, compreendendo dezessete estados brasileiros.

Os Estados com capacidade de retenção migratória (IEM acima de 0,12, com valor superior de 0,30), no período 2004-2009 totalizam apenas 5 estados: Amazonas, Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás.

Já as áreas de perdas migratórias (IEM entre -0,12 e -0,30) são apenas: Pará, Tocantins, Piauí, Alagoas, Bahia. Destaca-se que essas áreas têm apresentado também oscilações em suas “condições migratórias” como demonstra a evolução do IEM.

O entendimento das migrações internas atuais, a partir desse novo olhar para os processos migratórios, conduz à substituição de conceitos historicamente datados, tais como:

- a) áreas de evasão por *áreas de perdas migratórias*;
- b) áreas de atração ou absorção por *áreas de retenção migratória*;
- c) áreas de origem e destino por *áreas/etapas constituintes dos processos de rotatividade migratória*.

Duas dimensões estão particularmente presentes na re-definição desses processos: em primeiro lugar, a própria reversibilidade dos diferentes fluxos migratórios, em especial as oscilações nos volumes de emigração e imigração e suas novas modalidades; em segundo lugar, a menor permanência das condições da migração para a caracterização das áreas.

**TABELA 3** - Índice de eficácia migratória por Regiões e Unidades da Federação Brasil, 1995-2009

<b>UFs</b>	<b>1995/2000</b>	<b>1999/2004</b>	<b>2001/2006</b>	<b>2003/2008</b>	<b>2004/2009</b>
Rondônia	0,07	-0,06	-0,22	-0,08	0,03
Acre	-0,08	0,06	0,15	0,17	0,01
Amazonas	0,21	0,09	-0,03	0,09	0,28
Roraima	0,54	0,48	0,68	0,36	0,02
Pará	-0,13	0,11	0,06	0,01	-0,15
Amapá	0,49	0,28	-0,05	-0,36	0,29
Tocantins	0,07	-0,15	-0,14	-0,04	-0,24
<b>NORTE</b>	<b>0,06</b>	<b>0,07</b>	<b>0,01</b>	<b>-0,01</b>	<b>-0,05</b>
Maranhão	-0,46	-0,18	-0,18	-0,21	-0,11
Piauí	-0,23	0,02	-0,05	-0,03	-0,17
Ceará	-0,07	0,08	0,12	0,06	-0,02
Rio G. Norte	0,04	0,33	0,22	0,13	0,24
Paraíba	-0,23	0,18	-0,1	-0,21	0,02
Pernambuco	-0,26	-0,06	-0,03	-0,04	-0,03
Alagoas	-0,39	-0,03	-0,2	-0,36	-0,30
Sergipe	-0,04	0,03	-0,08	0,15	0,02
Bahia	-0,35	-0,13	0,05	-0,15	-0,21
<b>NORDESTE</b>	<b>-0,27</b>	<b>-0,03</b>	<b>-0,02</b>	<b>-0,09</b>	<b>-0,10</b>
Minas Gerais	0,05	0,04	0,05	0,1	0,02
Espírito Santo	0,15	-0,01	0,25	0,18	0,33
Rio de Janeiro	0,08	-0,21	-0,09	0,03	-0,08
São Paulo	0,16	-0,09	-0,12	-0,02	-0,05
<b>SUDESTE</b>	<b>0,12</b>	<b>-0,07</b>	<b>-0,05</b>	<b>0,03</b>	<b>-0,01</b>
Paraná	-0,06	-0,02	-0,02	0,03	0,08
Santa Catarina	0,18	0,21	0,26	0,3	0,26
Rio Grande do Sul	-0,15	-0,11	-0,17	-0,23	-0,07
<b>SUL</b>	<b>-0,02</b>	<b>0,03</b>	<b>0,04</b>	<b>0,05</b>	<b>0,11</b>
Mato Grosso do Sul	-0,05	-0,04	0,2	-0,04	0,07
Mato Grosso	0,15	0,41	0,25	-0,08	-0,07
Goiás	0,37	0,3	0,18	0,25	0,32
Distrito Federal	0,07	-0,14	-0,04	-0,09	0,04
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>0,18</b>	<b>0,16</b>	<b>0,13</b>	<b>0,06</b>	<b>0,14</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.196.142</b>	<b>4.635.641</b>	<b>4.463.418</b>	<b>3.327.741</b>	<b>3.240.083</b>

Fonte: Fundação IBGE (2000; 2004; 2006; 2008; 2009).

O caso de Estado de São Paulo é indicativo de tais alterações. Considerado o pólo nacional das migrações no Brasil por mais de 50 anos caracteriza-se por distintas “condições migratórias”. Nas principais trocas migratórias ocorridas entre 2004-2009, dentre os estados brasileiros, São Paulo apresentou-se como área de forte perda migratória para os estados da região Sul e Centro-Oeste - com destaque para Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso – e também para o Estado do Amazonas. Com os estados do Pará (na Região Norte) e Rio de Janeiro (na Região Sudeste) constitui área de retenção da migração. Já com os restantes 20 estados brasileiros caracteriza-se como área de rotatividade migratória.

Como se poderia visualizar essa configuração migratória para São Paulo dez anos atrás? Como mantermos a hipótese de que esta tendência atual de rotatividade migratória permanecerá? A passagem de uma “condição migratória” de retenção, perda ou rotatividade migratória para as áreas requer o entendimento da complexidade que o fenômeno migratório assumiu no século XXI, tanto pela generalização do processo de urbanização, quanto pelas modalidades migratórias advindas de deslocamentos de curta distância.

As informações sobre migração da PNAD 2008 indicam os maiores volumes nos fluxos migratórios internos, para o período 2004-2009, entre os seguintes estados:

- Do Maranhão (Região Nordeste) para o Pará (Região Norte) e do Pará para o Maranhão, constituindo o volume fluxo migratório fora da Região Sudeste.
- De São Paulo para a Bahia, Minas Gerais e Paraná: com saldos negativos para SP.
- Do Distrito Federal para Goiás.
- Do Paraná para Santa Catarina.
- Do Rio de Janeiro para Minas Gerais e São Paulo.
- Da Bahia para Goiás.

Nesse contexto de redefinição de áreas de retenção e perdas migratórias, redesenha-se a mobilidade espacial da população no Brasil, com processos migratórios que resultam na *expansão dos espaços de rotatividade migratória*. A tendência de perda migratória do Sudeste, evidenciada já entre 1999-

2004 (CUNHA, 2006; HAKKERT; MARTINE, 2006; BRITO; CARVALHO, 2006), revela a consolidação dos espaços da migração no país, onde a complementaridade migratória - historicamente existente entre Nordeste-Sudeste – se redefine num cenário de rotatividade migratória.

Desse modo, o cenário migratório do século 21 apresenta dois grandes vetores redistributivos nacionais. O primeiro é caracterizado pela “dispersão migratória metropolitana”, que em nível nacional é marcado pelos significativos volumes de migrantes de retorno interestaduais que partem do Sudeste em direção ao Nordeste. No âmbito intra-estadual, esta tendência se evidencia com a conformação de importantes fluxos migratórios metrópole-interior. Nesse sentido, o segundo vetor refere-se a “interiorização migratória”, com trajetórias migratórias de mais curtas distâncias, envolvendo aglomerações urbanas e espaços não-metropolitanos, expressos na maior retenção de população migrante nos estados e nas regiões demográficas. A reversibilidade dos processos migratórios adquire significado distinto quando se contempla dinâmicas urbano-regionais específicas.

Podem-se caracterizar os espaços da migração no Brasil nos últimos anos da seguinte maneira:

- i. Área de retenção migratória nacional e regional, ou seja, o novo pólo das migrações, o Estado de Goiás, situado na região Centro-Oeste e área de expansão do complexo grãos-carne no país;
- ii. Áreas de retenção migratória regional, estados do Mato Grosso (Região Centro-Oeste), Pará (Região Norte), Rio Grande do Norte (Região Nordeste), Espírito Santo (Região Sudeste) e Santa Catarina (Região Sul);
- iii. Área de rotatividade migratória nacional: São Paulo e Rio de Janeiro, em especial suas metrópoles - expressões territoriais do fordismo nos anos 1970/1980 no Brasil.

É nesse sentido, que se pode observar nas migrações internas do Brasil, na primeira década do século 21, uma faixa que se estende do Mato Grosso passando por Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí até o Pará, caracterizada pelas as maiores áreas de retenção migratória. Já o outro corredor da migração nacional é historicamente conformado pelos fluxos Nordeste-Sudeste, e agora pelos seus reflexos Sudeste-Nordeste, onde transitam os volumes mais

elevados da migração do país, com intensas áreas de rotatividade migratória; reconfiguram-se espacialidades migratórias em âmbito sub-regional, como são os casos de Minas Gerais, Bahia e São Paulo.

Essas espacialidades sub-regionais também é observada na Região Sul, com o Estado de Santa Catarina. Já no Norte/Nordeste do país, as novas áreas de expansão da fronteira agrícola, ganham importância na recepção dos fluxos migratórios do Pará e da atual retenção migratória de Roraima.

### **Rotatividade migratória: conceito para as migrações urbanas**

O fenômeno migratório atual apresenta especificidades que indicam tanto sua complexidade, advinda do processo de reestruturação urbana e econômica, quanto seu importante papel na conformação de espaços regionais e locais. O entendimento do fenômeno como processo histórico-social, como já indicava Singer (1973), constitui a raiz do entendimento também para os processos migratórios urbanos atuais.

As localidades de partida e chegada, contudo, não se configuram mais como as antigas áreas de origem e destino conforme pensadas para a migração rural-urbana desde suas formulações clássicas (LEE, 1960; SINGER, 1973). O expressivo retorno migratório revela configurações da migração e de trajetórias urbano-urbanas não contempladas nos conceitos datados em seu tempo histórico.

Poder-se-ia, então, recorrer ao conceito de circulação para as análises dos processos migratórios atuais?

Zelinsk (1971) define circulação como uma etapa de transição para movimentos migratórios permanentes, diferenciando circulação de migração, uma vez que a primeira não implica em mudança de residência e com restrita temporalidade. Nesta mesma direção, Chapman e Prothero (1985) denominam circulação como um conceito que substitui migração, quando não há mudança permanente de residência.

Skeldon (1990, p.293) destaca:

(...) the process of wage labor circulation must refer to many interrelated macro factors – land inequality, pauperization, uprooting, rural exodus, conditions maintaining both rural and urban poverty, disarticulation of links between village and town, spatial-economic disorganization, urban polarization of resources, the

parasitic character of urban areas and possibly many more. Collectively these may be called the working of a syndrome of poverty and mobility. Wage labour circulation is just one manifestation of this syndrome.

Essas interpretações conceituais, portanto, ainda estão baseadas em um excedente populacional na origem rural que circula por trabalhos sazonais ou temporários no lugar de destino. Ainda na perspectiva das migrações rurais-urbanas, a circulação traduziria a complementaridade dos deslocamentos de população; tais conceitos partem de uma sociedade em transição para o mundo urbano, onde as mudanças na estrutura agrária geram um contingente de “força de trabalho móvel” (SPAAN, 1999).

A circulação, em sua formulação clássica, traduz a força de trabalho disponível em meio às transformações geradas pelo urbano e pela industrialização. Considera-se, contudo, que este conceito de circularidade, na etapa atual da sociedade urbanizada encontra limites para contemplar a complexidade do fenômeno migratório, uma vez que se baseiam em áreas de origem menos dinâmicas para áreas de destino com dinâmicas produtivas e capacidade em emprego, mesmo que temporários ou sazonais. O olhar é para o destino migratório.

O conceito de rotatividade migratória contempla, por sua vez, como primeiro pressuposto, tratar-se de um fenômeno migratório eminentemente urbano e que- também no âmbito das migrações internas – constitui um fato social total (SAYAD, 1990). Ou seja, a imigração e a emigração fazem parte de um mesmo processo social, sendo um fenômeno que comporta transformações na esfera social, na dimensão econômica e cultural no local de partida e de chegada; Sayad (1999) se refere ao conceito de *double absence* para o entendimento das migrações internacionais nessa perspectiva.

A segunda premissa do conceito de rotatividade migratória vincula-se à expansão clássica do capitalismo com a circulação de capital, mercadorias e pessoas, construindo um excedente populacional. No contexto atual, esse é um excedente populacional urbano gerado tanto na área de origem como na área de destino, que será rotativo dependendo das necessidades do capital e da inserção dessas localidades na divisão social e territorial do trabalho em âmbito nacional e internacional. A rotatividade da mão de obra nos processos migratórios – via rotatividade migratória – contribuirá para



atender as demandas e custo da força de trabalho nos locais de chegada e de partida.

A releitura do conceito de força de trabalho móvel pode ser contemplada como uma dimensão das migrações internas urbanas da atualidade. No contexto atual da reestruturação da economia em nível internacional e seus rebatimentos em âmbitos locais (HARVEY, 1992) a força de trabalho móvel urbana tende a crescer, em especial em uma economia baseada nos serviços, com a fluidez também dos movimentos migratórios no atual processo de urbanização.

O conceito de rotatividade migratória pressupõe ainda a dimensão espacial para o entendimento dos processos migratórios (VILLA; RODRIGUEZ, 1994) e, mais que isto, seus espaços de vida (COURGEAU, 1988), com idas-e-vindas, retornos, temporalidades limitadas.

Nesse sentido, as explicações das dinâmicas migratórias internas no país têm se aproximado cada vez mais de aportes teóricos acerca das migrações internacionais, quer seja na vertente do tema das redes sociais (MASSEY et al., 1998), quer seja na vertente da demanda por trabalhadores, como indicado por Krissman (2005).

É no espaço de vida (COURGEAU, 1988), no campo social (BOURDIEU, 1997) onde agentes “ocupam posições relativas em um espaço de relações que, ainda que invisível e sempre difícil de expressar empiricamente, é a realidade mais real (...) e o princípio real dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos”, constituindo os espaços sociais da migração.

### **Considerações finais**

As evidências empíricas acerca das migrações internas no Brasil conduzem a novos olhares para a interpretação dos movimentos migratórios e sua descrição, bem como impõe enorme desafios conceituais.

Em termos empíricos, o elemento que mais chama a atenção se refere à complementaridade migratória - como transferências de população do Nordeste para o Sudeste -, que parecia ter diminuído nos anos 80, volta a ser retomada nos 90, porém se nos redesenha 2000. O Nordeste registrava um total de 1,3 milhão de emigrantes para outras regiões, em 1986-1991,

elevando-se para 1,8 milhão em 1995-2000; a partir dos anos 2000 diminui para o patamar de 1,3 mil emigrantes no período 2001-2006, e para 980 mil emigrantes entre 2003-2008, mas voltando a um milhão entre 2004-2009. Essas oscilações nos volumes da imigração e emigração entre o Nordeste e Sudeste parecem confirmar as enormes idas-e-vindas, o caráter reversibilidade dos movimentos migratórios internos de longa distância no Brasil.

As migrações no século 21 redefinem seus pólos, configurando mais áreas de retenção da migração do que áreas com uma tendência polarizadora de longa permanência, como foi o caso do Sudeste nos últimos cinquenta anos. Essas modificações são resultados de inúmeras transformações ocorridas no cenário econômico internacional e nacional, que trouxeram efeitos em termos políticos e econômicos. Tais mudanças exercem efeitos sobre a decisão de migrar, e num contexto mais atual, sobre a decisão de permanecer ou não na Região/Estado para a qual migrou em tempos passado.

Entretanto, os volumes de imigração e emigração entre Nordeste-São Paulo não deverão ser muito menores. Em um contexto de enormes transformações na dinâmica produtiva, onde o setor terciário tem importante papel – quer seja nas metrópoles do Sudeste ou do Nordeste - e o emprego na indústria oscila conforme o mercado internacional, a rotatividade migratória tenderá a se consolidar, marcando uma nova fase do processo de redistribuição espacial da população brasileira.

Nesse contexto, torna-se cada vez mais evidente a complexidade do entendimento das migrações internas na sociedade brasileira do século 21. Encontrar caminhos teórico-metodológicos para a nova leitura das migrações internas no Brasil requer considerar que para a conceitualização de rotatividade migratória torna-se importante destacar que estamos diante de uma nova sociedade: reflexiva (GIDDENS, 1991), de risco (BECK, 1992), da tecnologia da informação (CASTELLS, 1999). Assim, no caso da compreensão de espaços de “partida e chegada” tão difusos é imprescindível considerar a articulação de processos locais ao âmbito regional e global, que promovem “mecanismos de desencaixe” da sociedade (GIDDENS, 1991), com reflexos nos processos de urbanização e de redistribuição espacial da população nos variados contextos regionais.

Por sua vez, as novas territorialidades e os espaços da migração aceleram seu processo de emergência na sociedade de riscos. Nesta, os riscos são compartilhados (OJIMA, 2003) e, portanto, a rotatividade migratória – marcada por entradas e saídas – está imersa em um conjunto de “sistemas peritos” da sociedade (GIDDENS, 1991): desde a facilidade de transportes até a conformação de novos espaços da migração no âmbito local e regional. A intensificação de áreas com rotatividade migratória no país indica a fluidez da força de trabalho em espaços compartilhados da sociedade de risco. Esse parecer ser um caminho promissor para o aprofundamento das interpretações acerca do fenômeno migratório na contemporaneidade, bem como para o processo de configuração de espaços regionais.

## Referências

BAENINGER, R. Expansão, redefinição ou consolidação dos espaços da migração em São Paulo? Análises a partir dos primeiros resultados do Censo 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2002.

\_\_\_\_\_. **Região, MetrÓpole e Interior:** espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes - Brasil, 1980-1996. 1999. 243f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BECK, U. **Risk society:** towards a new modernity. Sage Publications: London, 1992.

BILSBORROW, R. E. (Org.). **Migration, urbanization and development:** new directions and issues. New York: UNFPA/Kluwer, 1996.

BOURDIEU, P. Efeitos do lugar. In: \_\_\_\_\_ (Coord.). **A miséria do mundo.** Petrópolis: Vozes, 1997.

BRANDÃO, C.A. **TerritÓrio e desenvolvimento:** as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.

BRITO, F.; CARVALHO, J. A. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n.22, 2006.

\_\_\_\_\_; GARCIA, R.; SOUZA, R. As tendências recentes das migrações interestaduais e o padrão migratório. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, 2004, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2004.

\_\_\_\_\_. **População, espaço e economia numa perspectiva histórica: o caso brasileiro.** 1997. Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Econômicas, CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte, 1997.

CANO, W. **Novas determinações sobre a questão regional e urbana após 1980.** Campinas: IE/UNICAMP, 2011. (Texto para Discussão, 193).

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAPMAN, M.; PROTHERO, R. M. **Circulation in Third World countries.** Londres: Routledge & Kegan Paul, 1985.

COURGEAU, D. Nuevos enfoques para medir la movilidad espacial interna de la población. **Notas de Población**, Santiago de Chile, n.50, 1990.

\_\_\_\_\_. Méthodes de mesure de la mobilité spaciale: migration internes, mobilité temporaire, navettes. **L'Institut National D'Estudes Démographiques.** Paris, 1988.

COUTINHO, L. Cenários exploratórios do Brasil 2020: comentário. **Revista ANPEC**, Brasília, n.4, 1998.

CUNHA, J. M. P. A migração no Brasil no começo do Século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n.22, 2006.

\_\_\_\_\_; BAENINGER, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. **Caderno CRH**, Salvador, v.18, n.43, 2005.

\_\_\_\_\_. **Urbanización, redistribución espacial de la población y transformaciones socioeconómicas en América Latina.** Santiago de Chile: CELADE/FNUAP, 2002. (Serie Población y Desarrollo, 30).

\_\_\_\_\_. (Des) continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1990/1991: qual o efeito da crise. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1998.

DINIZ, C. C. Dinâmica regional recente e suas perspectivas. In: AFFONSO, R.; SILVA, P. L. B. **A federação em perspectiva: ensaios selecionados.** São Paulo: Fundap, 1995.

DOMENACH, H.; PICOUET, M. El carácter de reversibilidad en el estudio de la Migración. **Notas de Población**, Santiago de Chile, n.49, 1990.

EBANKS, E.G. **Determinantes socioeconómicos de la migración interna.** Santiago de Chile: CELADE, 1993.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil: tendências e perspectivas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.29, 1991.

FUNDAÇÃO IBGE. **PNAD 2009**. Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. **PNAD 2008**. Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. **PNAD 2006**. Rio de Janeiro, 2006.

\_\_\_\_\_. **PNAD 2004**. Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HAKKERT, R.; MARTINE, G. Tendências migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n.22, 2006.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

KRISSMAN, F. Sin coyote ni patrón: why the “Migrant Network” fails to explain International Migration. **International Migration Review**, US, v.39, n.1, 2005.

LATTES, A. E. Population distribution in Latin America: is there a trend towards population deconcentration? In: UNITED NATIONS. **Population, distribution and migration**. New York, 1998.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980. (Original 1960).

MARTINE, G. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (Org.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento (Federalismo no Brasil)**. São Paulo: FUNDAP/Editora UNESP, 1995.

\_\_\_\_\_. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Brasília, 1994. (Textos para Discussão, 329).

\_\_\_\_\_; CARVALHO, J. A. M. **Cenários demográficos para o século 21 e algumas implicações sociais**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989. (Trabalho apresentado no Seminário Brasil Século XXI).

\_\_\_\_\_. Migração e metropolização. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.1, n.2, 1987.

\_\_\_\_\_; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.1, n.2, 1984.

MASSEY, D. et al. **Worlds in motion: understanding international migration at the end of the millennium**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880-1990)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

OJIMA, R. **Instituições políticas e mudança ambiental: os novos arranjos institucionais na gestão de recursos hídricos e suas interfaces políticas**. 2003. 157f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da nação**. Campinas, IE/UNICAMP, 1998.

\_\_\_\_\_; PATARRA, N. L. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 1997, Curitiba. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1997.

SASSEN, S. **The mobility of labor and capital**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SAYAD, A. **La double absence: des illusions de l'émigré aux souffrances de l'immigré**. Paris: Seuil, 1999.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: \_\_\_\_\_. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense/CEBRAP, 1973.

SKELDON, R. **Population mobility in developing countries**. London: New York: Bedhaven Press, 1990.

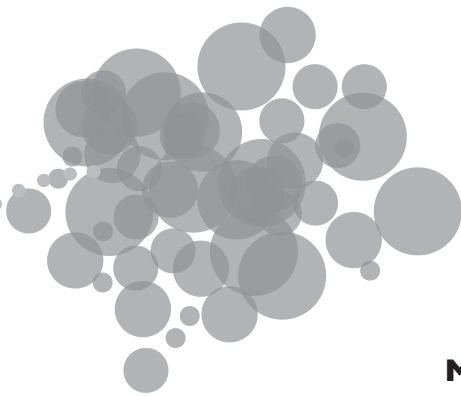
SPAAN, E. **Labour circulation and socioeconomic transformation: the case of East Java, Indonesia**. Netherlands Interdisciplinary Demographic Institute, n.56, 1999.

STARK, O.; TAYLOR, J. E. Relative deprivation and international migration. **Demography**, Chicago, v.26, n.1, 1989.

VILLA, M.; RODRIGUEZ, J. Dinámica sociodemográfica de las metrópolis latinoamericanas. **Documentos Docentes**, Santiago de Chile, 1994.

ZELINSKY, W. The hypothesis of the mobility transition. **Geographical Review**, New York, v.61, n.2, 1971.





## V.

### **Mobilidades contemporâneas: distribuição espacial da população, vulnerabilidade e espaços de vida nas aglomerações urbanas**

Eduardo Marandola Jr.

#### **Distribuição espacial da população e ambiente**

A vida nas metrópoles brasileiras tem sofrido alterações significativas nos últimos 30 anos, produzindo novos padrões espaciais e sociodemográficos que incidem diretamente na qualidade e no padrão de vida das pessoas. Dois traços desta nova forma metropolitana são especialmente relevantes para compreender estas transformações e suas implicações: a **mobilidade** e a **vulnerabilidade**. Nos dois casos, a relação população-ambiente está no cerne de toda a discussão, ocupando diretamente os estudiosos do campo. A partir destes dois temas estruturam-se as demais questões, sendo tratadas especialmente em duas escalas: a da **cidade** e a da **região** (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2007). A articulação entre elas se dá justamente pela preocupação com a distribuição espacial da população e suas implicações.



A potência desta temática está na articulação inerente que este processo promove entre temas, disciplinas e processos. A distribuição espacial da população envolve direta e indiretamente todos os processos que animam a vida social e promovem interações espaciais nas várias escalas. Não é à toa que é central nos estudos de população e ambiente, assim como de toda uma sociologia e geografia contemporâneas que consideram a mobilidade como um fenômeno expressivo da sociedade atual (CRESSWELL, 2006; URRY, 2007; BAUMAN, 2007; ORFEUIL, 2008).

A distribuição espacial perpassa, portanto, desde os deslocamentos cotidianos no bairro até os grandes fluxos migratórios intercontinentais. Associada à idéia de interações espaciais e de mobilidade social, envolve a própria mecânica do dinamismo da sociedade: deslocamentos, mudanças, redistribuições, relações, composições, densidades, vazios, espaços de conexão, intervalos, fronteiras.

Isso é muito palpável quando observamos as aglomerações urbanas que se generalizaram pelo mundo: grandes áreas conturbadas que formam regiões mantidas por fortes interações espaciais, trocas populacionais e deslocamentos cotidianos. Os riscos estão presentes tanto na pausa quanto no movimento, e por isso a vulnerabilidade está nos lugares e também nos deslocamentos. Fica evidente a relação entre a mobilidade e a vulnerabilidade, seja em termos espaciais (lugar-fora do lugar) seja em termos sociais (comunidade-fora da comunidade). A ambivalência da mobilidade em promover ou proteger de riscos tornou-se um tema essencial para pensar tanto os padrões de distribuição espacial da população quanto às conseqüências da hipermobilidade e dos riscos contemporâneos.

Refletindo sobre este campo de investigação, alguns autores tem enfatizado a necessidade de abordagens em pequenas áreas e em diferentes escalas, visando à apreensão multidimensional dos fenômenos (HOGAN, 2000; TORRES, 2000). Estas interações ainda estão por ser mais bem delineadas, embora o conjunto dos trabalhos esteja avançando nesta direção. Por outro lado, tem-se apontado a necessidade de avançar epistemologicamente, abordando a relação população-recurso para além de uma relação causal simples, lembrando que o impacto da população está mediado por “la cultura y la tecnología, por patrones de producción y de consumo” (LEFF, 2000,

p.252). Neste sentido também há avanços, principalmente ao se compreender a dimensão social e política da degradação ambiental e dos riscos vividos pelas populações.

A confluência de abordagens também tem sido relevante, pois a questão da distribuição espacial da população é fundamental tanto no contexto urbano quanto no regional, recebendo tratamentos metodológicos complementares. Assim, tanto a migração quanto o ambiente são abordados por diferentes ângulos, com ênfase nas interações sociedade-natureza e na produção social do espaço urbano. Estes estudos tem revelado dimensões essenciais do binômio mobilidade-ambiente, além de apontar para relações sociais perversas em diferentes níveis (HOGAN, 1998; 2005).

Em um contexto metropolitano ou de aglomeração urbana, entre os fenômenos migratórios mais relevantes está a mobilidade diária entre as cidades da região. Esta mobilidade ocorre nas duas escalas (urbana e regional) incrementando questões relevantes para o ambiente. A espacialidade destes fenômenos resulta num quadro particular de vulnerabilidade, diante de perigos específicos decorrentes deste comportamento populacional.

Neste sentido, é fundamental que haja estratégias para compreender e investigar a mobilidade para além do binômio casa-trabalho, em sua riqueza de durações, direções, motivos etc. É para isso que o conceito de espaço de vida tem sido utilizado, visando uma perspectiva mais complexa da mobilidade populacional.

O objetivo deste texto é discutir a relação mobilidade-vulnerabilidade no contexto das aglomerações urbanas, a partir do conceito de espaço de vida. O desenho destes espaços de vida reflete as tendências de mobilidade observadas nos dados secundários, mas não se limita a isso. Ele é animado pela informação qualitativa da experiência da metrópole (a própria história de vida da pessoa), podendo revelar também aspectos particulares e circunstanciais (ligados ao lugar, à comunidade, às características demográficas, ou a outros círculos coletivos que a pessoa está inserida) que interferem diretamente na vulnerabilidade da pessoa, do grupo ou do lugar. Assim, fenômenos apreendidos na escala regional ou da cidade são complementados com um olhar da escala micro, permitindo incrementar as informações quantitativas com dados qualitativos, um dos maiores desafios que se apresenta para os pesquisadores atualmente.

## **Mobilidade e vulnerabilidade nas aglomerações urbanas**

A mobilidade é fenômeno fundante da trama socioespacial das aglomerações urbanas contemporâneas, revelando dinâmicas globais, regionais e locais num mesmo plano. Está na base da estrutura causal da atual forma metropolitana (espraiada, dispersa), mas é também consequência desta forma. Por este ângulo, é possibilitada pelas novas tecnologias de comunicação e transporte, permitindo a dissociação residência-trabalho, um dos elementos fundamentais da alteração dos padrões de mobilidade diária que ocorria entre estes dois polos (ASCHER, 1998). Este fato, somado à crescente participação da mulher no mercado de trabalho, à flexibilização do mundo do trabalho e ao aumento da escolaridade e da necessidade de educação (cursos diversos), tem contribuído para a complexificação das viagens realizadas por um núcleo familiar ou por um indivíduo diariamente. A emergência de uma metáfora rizomática para compreender a metrópole e a sociedade contemporânea é uma das manifestações deste pensamento em rede, expresso na morfologia urbana e no padrão de mobilidade das pessoas (CASTELLS, 1999; CADAVAL; GOMIDE, 2002).

As consequências em termos de fragilização da infraestrutura, dificuldades de acessibilidade e de mobilidade e de outros riscos provenientes deste modelo são evidentes à medida que as carências sociais e urbanas compõem grande parte da paisagem nas zonas de expansão urbano-metropolitana (ASCHER, 1998; TORRES, 2002; OJIMA, 2005). A estas consequências de curto e médio prazo, temos a degradação e a poluição ambiental, que se espalham por um território maior, atingindo terras agricultáveis e recursos hídricos importantes, trazendo consequências de médio e longo prazo (HOGAN; CARMO, 2001). Tais processos podem causar alterações na distribuição espacial da população, produzindo movimentos de atração, expulsão ou retenção, produzindo rebatimentos na segregação residencial e nos movimentos pendulares e, conseqüentemente, no sistema de transportes e no padrão de mobilidade.

Em vista disso, o tamanho, a duração e a complexidade (bifurcações e baldeações) dos trajetos diários que as pessoas tem de fazer estão em crescente aumento nas regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

Muito tempo se passa no carro ou no transporte coletivo, seja porque a distância é longa mesmo, seja por causa do trânsito que já não tem condições de trafegabilidade. Os custos aumentam na mesma proporção da necessidade ou das melhorias de infraestrutura. Além disso, com as dificuldades de gestão dos transportes públicos ao congregar as esferas municipal e estadual (representando a gestão metropolitana), o trânsito, a infraestrutura viária e os sistemas de transportes públicos apresentam um dos mais importantes “gargalos” a se resolver numa região integrada, mas também uma das tarefas mais complexas para o planejamento e a gestão compartilhada (JUNQUEIRA FILHO, 2002; BRASIL, 2004a; 2004b).

A hipermobilidade tem se tornado um fenômeno importante na sociedade contemporânea, influenciando diretamente na reprodução social do cotidiano e nos estilos de vida (JARVIS; PRATT; CHENG-CHONG WU, 2001). Aumenta assim a preocupação com a crescente desvinculação entre a pessoa e sua comunidade, seu lugar. Não que os laços elementares inerentes à relação homem-meio percam sua importância (TUAN, 1980; BACHELARD, 1993). Ao contrário, eles nunca foram tão fundamentais. No entanto, estes, enquanto fenômenos locais, tem uma abrangência limitada, perdendo gradativamente sua efetividade enquanto proteção à medida que aumenta a distância e o tempo do deslocamento (MARANDOLA JR., 2005a; 2008a). Assim, no contexto da mobilidade metropolitana atual, as pessoas passam a percorrer trajetos regionais, o que diminui a efetividade de mecanismos de proteção existencial, como a casa, a comunidade, a família e o lugar (GIDDENS, 2002; MARANDOLA JR., 2008b).

O movimento (ligado à velocidade e à hipermobilidade) ajuda no estabelecimento de relações espaciais e culturais mais efêmeras. Sem o tempo necessário para o envolvimento (TUAN, 1983), tais relações são frágeis, deixando a pessoa vulnerável. Claudelir Clemente, estudando migrantes transnacionais, notou com propriedade esta problemática: “Hoje [...] não se pode deixar de entender que estas maneiras de socialização do espaço e do tempo apontam para um aspecto do território que, por vezes, não se presta atenção: a sua efemeridade, o seu movimento.” Tanto pequenos grupos de migrantes morando em outros países quanto aqueles que vivem em movimento (seja transnacional ou não) possuem suas relações

identitárias estremecidas, aumentando com isso sua vulnerabilidade diante de diferentes riscos. Em vista disso, os ritos sociais desempenham papel de fronteiras, ajudando a delimitar e ajudar a permanência de um território. “Disto se depreende que as comunidades conscientes da fragilidade do território realizam constantes ritualizações, diuturnamente, para não se perderem nos fluxos desterritorializantes que convergem para o lugar” (CLEMENTE, 2005, p.3).

A saída para estabelecer relações de proteção nestes casos é o reforço de relações solidárias, como a amizade, a cultura e a família. Os sistemas de proteção ficam dispersos no espaço, mantendo conexões em redes de relacionamentos que, em geral, não possuem a figura da comunidade. O indivíduo ainda possui alguns lugares de referência, pois esta é uma condição *sine qua non* da existência humana (CASEY, 1997; HEIDEGGER, 2002), mas a figura da comunidade, enquanto um coletivo espacialmente localizado que produz segurança, sentimento de pertença e identidade (BAUMAN, 2003), dificilmente consegue ser restabelecido.

Enquanto fator demográfico mais significativo na distribuição populacional no espaço (HOGAN, 1998), a mobilidade é também um dos fenômenos mais importantes na distribuição de perigos, bem como na configuração de diferentes vulnerabilidades, quando pensamos em termos de pessoas e famílias e na produção de riscos e perigos, ou quando pensamos em áreas específicas. O migrante já tende a ser vulnerável no novo lugar, por não estar adaptado ao ambiente e à comunidade, faltando-lhe conhecimentos acumulados culturalmente (FRÉMONT, 1980; McPHEE, 1990). Por outro lado, a presença de grandes contingentes de migrantes pendulares num lugar de elevada poluição ou vulnerabilidade ambiental pode contribuir para o agravamento da questão, devido ao não compromisso ou mesmo a não permanência (estão sempre de passagem) no lugar de trabalho ou estudo (HOGAN, 1992; 1993). Entretanto, os lugares onde moram muitos migrantes que passam pouco tempo em casa podem sofrer do mesmo tipo de desagregação social, influenciando na forma como a comunidade se engaja ou não no cuidado e no enfrentamento de perigos e tensões ambientais. O conhecimento territorial e o envolvimento com o lugar são essenciais no enfrentamento de perigos e na constituição de estratégias coletivas de

resposta e da sensação de segurança (BAUMAN, 2003; MARANDOLA JR.; HOGAN, 2009; MARANDOLA JR.; DAL GALLO, 2010).

Por outro lado, nos trajetos entre os lugares, cresce o efeito “túnel” nas viagens diárias (ASCHER, 1998). As pessoas trafegam por grandes distâncias sem estabelecer nenhum contato com o longo espaço metropolitano que fica entre os dois pontos. Às vezes, nem mesmo o contato visual, pois cansados por acordar cedo ou por ter trabalhado o dia todo, viajam cochilando cabisbaixos até o ponto de parada. Todo este espaço indiscriminado que não faz parte da experiência das pessoas é potencialmente perigoso, pois ali o homem não goza dos mecanismos de proteção ligados ao lugar e à comunidade. Ali o homem está “solto no mundo” (contraposição ao enraizamento do lugar e da comunidade), potencialmente mais vulnerável (MARANDOLA JR., 2008a; 2008b).

A mobilidade, portanto, é um dos fenômenos que operacionaliza a fragmentação do eu (dimensão existencial) e da comunidade, desagregando recursos (sociais, culturais, financeiros e espaciais) e contribuindo significativamente para o aumento da vulnerabilidade não apenas diante de riscos ambientais, mas também dos demais perigos que atingem as populações metropolitanas. Não se trata de culpar a mobilidade pela vulnerabilidade, mas de identificar no padrão de mobilidade elementos que apontam relações específicas que resultam em diferentes formas de enfrentamento dos riscos. A mobilidade não é sinônimo de vulnerabilidade; diferentes populações, em diferentes contextos socioespaciais e demográficos terão situações específicas em relação aos riscos e perigos (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2005; HOGAN; MARANDOLA JR., 2005).

Em vista disso, é importante conhecer os padrões de mobilidade, para além das informações origem-destino ou dos motivos de viagens. Estes são fundamentais para tecer quadros gerais dos padrões de mobilidade e de interações espaciais. No entanto, é necessário olhar mais de perto, aproximando a escala de análise para poder detectar nuances e detalhes que caracterizam os padrões de mobilidade existentes numa região metropolitana. Com este intuito, resgatamos a noção de **espaço de vida** para poder objetivar os movimentos pessoais, abrindo a possibilidade de conectar os fenômenos da escala vivida à escala dos grupos demográficos (MARANDOLA JR., 2008a).

## **Espaço de vida: um conceito heurístico para o estudo da mobilidade**

As formas de mobilidade humana tem evoluído continuamente, concomitantemente com o desenvolvimento das tecnologias de transporte e comunicação. Neste devir, os engenheiros e tecnólogos tem buscado o aumento da velocidade, diminuindo conseqüentemente o tempo do deslocamento, a otimização de recursos (financeiros, materiais e humanos) e a diminuição dos perigos e dos riscos envolvidos. Neste sentido, um olhar setorial nos meios de transporte e sua infraestrutura revela claramente que, numa perspectiva histórica, os riscos envolvidos tem diminuído sensivelmente. No entanto, os novos padrões de mobilidade e de reprodução da própria sociedade nos reservam outros riscos.

Estes estão associados a dois fenômenos de duas escalas distintas: a ampliação e esgarçamento do **espaço de vida**, que era **local** e tornou-se **regional**, e as repercussões da **Sociedade de Risco** na experiência **mediata** e **imediate** da metrópole.

Temos perseguido a discussão acerca do **espaço de vida** no contexto dos estudos metropolitanos, buscando uma aproximação entre Demografia e Geografia. Nosso intuito tem sido o de incorporar preocupações humanistas à discussão da mobilidade espacial da população, utilizando-se para isso os conceitos de lugar, território e espaço existencial (MELLO; MARANDOLA JR., 2005) com o foco nos modos de vida (MARANDOLA JR., 2005; 2008a), de um lado, trazendo a questão da mobilidade numa perspectiva interdisciplinar para pensar o planejamento e a participação (MARANDOLA JR.; MELLO, 2009) e a busca do lugar (MELLO et al., 2004), por outro.

Esta noção responde à necessidade de repensar os modelos explicativos tradicionais da mobilidade. Tanto os modelos neoclássicos quanto os neomarxistas mostram-se, no contexto da metrópole contemporânea, insuficientes para compreender as novas formas de mobilidade, conectividade e formas urbanas, condicionantes e condicionados pelos novos modos de vida. Enquanto os primeiros tendiam a encarar a mobilidade como um ato individual, quase natural, para equilibrar demandas de força de trabalho, os segundos tendiam a entender a migração como mobilidade forçada,

diretamente relacionada à formação de exército trabalhador de reserva, numa perspectiva histórico-estrutural. Ambas mostram-se limitadas, seja por focar apenas as razões particulares, seja por procurar explicações gerais. Segundo Olga M. S. Becker:

[...] parece essencial que se considere com maior cuidado as abstrações e que se trabalhe com um montante maior de dados empíricos em espaços diferenciados. Assim, estar-se-ia considerando o 'particular' juntamente com o 'geral' na análise dos deslocamentos espaciais da população (BECKER, 1997, p.358).

Assim, o espaço de vida aparece como possibilidade de não apenas integrar abordagens micro e macro, mas também quanti-quali, com o intuito de trazer à discussão o significado do viver metropolitano. Como?

Propomos realizar um salto qualitativo a partir da noção de espaço de vida trabalhada por Courgeau, mantendo-a operacional, objetiva. Assim, **o espaço de vida é composto por todos os lugares e itinerários que a pessoa percorre diariamente**. Evidentemente, é possível categorizar de maneira simples tais lugares através de sua funcionalidade: serviços, trabalho, lazer, estudo, visitas, compras e assim por diante. Seria possível também quantificar as distâncias, os tempos, as formas de deslocamento e as sazonalidades de frequência. Neste respeito, entendemos o espaço de vida como o espaço da vida da pessoa, por onde ela desenvolve seu cotidiano.

Ter esta cartografia é um primeiro passo para levantar a complexidade dos movimentos metropolitanos. Através deles poderemos visualizar as viagens diárias de curta e longa distância, vislumbrando possíveis interações espaciais que não apenas aquelas centro-periferia (MARANDOLA JR., 2008a). O espaço metropolitano parece hoje ter passado de uma rede solar para uma rede dendrítica, em muitos aspectos, ou em outros casos, para uma rede de múltiplos circuitos, o que nos apresenta muitos outros fluxos e conexões que nos modelos tradicionais de redes e interações espaciais não estavam previstos (CORRÊA, 1997).

O espaço de vida das pessoas na metrópole espraiada e fragmentada tem aumentado grandemente, produzindo o seu esgarçamento. Se antes nossa vida se desenrolava num território muito mais circunscrito, onde poderíamos nos aproximar melhor da idéia de comunidade, onde a escala local predominava, hoje temos um espaço de vida que se desenvolve no



âmbito regional, numa escala que quase foge da cognição humana, trazendo-nos muito mais informações mediadas, de segunda e de terceira mão, dificultando assim nosso posicionamento no mundo (PINHEIRO, 2004) e a conformação da segurança ontológica (GIDDENS, 2002) e da identidade (BOURDIN, 2001). A busca de segurança através da comunidade pode tornar-se um laço, uma busca de proteção que traz o cerceamento da liberdade (BAUMAN, 2003), mas este é apenas mais um dos paradoxos insolúveis da modernidade.

Esta situação é agravada pela natureza da nossa sociedade contemporânea. Esta tem produzido riscos à escala global, estando na própria lógica de reprodução social a produção de riscos cada vez mais onipresentes, imprevistos e danosos (BECK, 1992). Nossa dificuldade em lidar com a chamada sociedade de risco é quase incomensurável, haja vista a imprevisibilidade da própria natureza dos riscos. Além disso, como eles se posicionam na base da reprodução social e não mais circunscritos a espaço-tempos específicos, sua identificação, percepção e gestão ficou muito mais complicada (MARANDOLA JR.; HOGAN, 2004). Temos cada vez menos elementos para avaliar os riscos, o que dificulta a tomada de decisão sobre quais riscos correr e como dar resposta aos que não temos como evitar.

Em vista disso, a ideia de comunidade, como mostra Bauman (2003), representa um alento e uma busca por segurança no mundo atual, embora frequentemente se mostre falaciosa. Por outro lado, Bourdin (2001) traz a mesma necessidade no âmbito do local, como sendo a dimensão da vida próxima, onde não há distância (como na comunidade), onde o sentimento de pertença e a perspectiva de identidade manteriam não apenas a coesão social, mas também a segurança e o enraizamento necessário.

Este é o aparente paradoxo da vida metropolitana: o aumento escalonar da mobilidade (resultado da dissociação casa-trabalho, num primeiro momento, mas também da fragmentação do tecido metropolitano e do aumento de interações espaciais cada vez mais complexas) tira o homem do lugar, do local, da comunidade, tornando seu espaço de vida cada vez mais esgarçado e, por isso, menos denso, mais impreciso, menos coeso. Esta situação líquida produz ambivalências entre o desejo de estabilidade e enraizamento e a necessidade de movimento e fluidez (BAUMAN, 1999).

Mas a questão da pertença levanta muitos outros problemas a equacionar. Mesmo que se busque o “entre-nós” no local, na comunidade, não construímos nossa identidade apenas na experiência imediata. As camadas de mediação de cultura e de todas as escalas coletivas em que estamos inseridos são cruciais no desenho do que François Ascher chama de multipertença:

A multipertença simultânea de cada indivíduo a diversos grupos com diferentes referências, mutável, além do mais, em função dos ciclos de vida, dá assim uma aparência caótica ao espaço dos modos de vida! Cada personalidade joga em registros cada vez mais variados com referências ora à família, ora ao grupo socioprofissional, à categoria etária, à origem geográfica, religiosa, ou a qualquer outra afinidade pessoal (ASCHER, 1998, p.79).

Esta complexidade de processos de construção do eu e a cada vez mais complexa relação indivíduo-coletividade, em suas diversas escalas, dificulta este tipo de relação identitária. O “eu” tornou-se mais fragmentado em nossa sociedade, com sua multiplicidade de referências, tornando-se fundamental pensar não apenas as diferenças escalares de ocorrência e análise dos fenômenos, como também promover uma postura trans-escalar de análise (MARANDOLA JR., 2004).

Ascher (1998) levanta ainda a problemática da retração das relações imediatas, de vizinhança. Segundo o autor, a vizinhança está cada vez mais enfraquecida, enquanto o homem metropolitano<sup>1</sup> perde as referências que lhe eram tradicionais. Em primeiro lugar, o local de trabalho deixa de ser uma referência social. Com a flexibilização dos horários e as distâncias cada vez maiores entre casa-trabalho, fica cada vez mais difícil desenvolver laços com pessoas que se vêem de forma mais esporádica, que moram longe demais para visitas frequentes, ou que tem modos de vida distintos. O trabalho, referência fundamental no modo fordista, em tempos de flexibilização e de metápoles, não o é mais (SENNETT, 1999).

No entanto, Ascher afirma que a vizinhança também não é este ponto de referência. Com a centralização de equipamentos de grande porte de serviços e lazer nos espaços metropolitanos (hipermercados, shoppings, parques temáticos etc.) e a tendência cada vez maior dos bairros serem

---

<sup>1</sup> Ascher (1998) trabalha com a ideia de metápole, como a expressão das novas formas produzidas pela metropolização contemporânea.

unicamente locais residenciais, as pessoas passam a utilizar os serviços longe de casa, perdendo assim o convívio de vizinhança e, conseqüentemente, o senso de bairro e de comunidade. Não é à toa que muitos incorporadores incluem nas propagandas de condomínios a convivalidade e o “modo de vida comunitário” como características destes empreendimentos. Mesmo as crianças tem uma mobilidade muito acentuada, em geral com os pais ou com transportes fretados, desenvolvendo desde cedo relações mais elásticas entre os pontos de referência no espaço.

Porém, Ascher se esquece do seu próprio argumento, refeito e reformulado em diversos pontos da obra para contradizer vários argumentos contrários às suas teses: a alta mobilidade é justamente o que permite o deslocamento original, que leva as pessoas para longe de suas relações primárias, familiares e de vizinhança. Se o “nós” está disperso pela metápole, e não apenas na vizinhança, é exatamente pela existência da metápole e da hiper mobilidade que isto é possível. Aqui, as questões de pertencimento, lugar e identidade ajudariam mais na compreensão do que a dissolução dos laços elementares. A verdade é que o homem não vive sem estes laços, sem alguma forma de identificação coletiva e individual. Se na metápole esta identidade não está no lugar, na vizinhança, o homem se vale, como sempre se valeu, dos meios técnicos e demais para consolidar tais laços. Na metápole, estes estão dispersos, mas tão presentes quanto em uma pequena cidade ou uma região rural, com diferentes naturezas, mas “enraizando” o homem da mesma forma.

E é justamente na tensão liberdade-segurança que o espaço de vida esgarçado e a comunidade/localidade aparecerão como forte metáfora no nosso tempo. O que todos buscam é o seu lugar, mas quem pode de fato escolher para onde vai são poucos. Assim, para atender a esta busca do lugar, da segurança e proteção empreendida pelo segmento populacional que alimenta o mercado imobiliário:

[...] todo o sistema metropolitano tem de ser ajustado, e neste modelo residem [...] outros riscos que atingem a todos. Entre estes, os riscos diretamente envolvidos no deslocamento (itinerários) são um dos mais nefastos, pois fora do lugar as pessoas são mais vulneráveis, não contando com meios de proteção (MELLO et al., 2004, p.19).

Contudo, precisamos avançar na compreensão das relações entre perigo-liberdade e proteção-comunidade, procurando identificar as repercussões da mobilidade e da busca do lugar impressas no espaço de vida das pessoas. Para fazer isso, precisamos dotar primeiro o espaço de vida de uma dimensão qualitativa, que envolve a afetação das pessoas pelo espaço e os diferentes envolvimento que estabelecemos com cada lugar e cada ponto do nosso espaço de vida. Fazemos isso a partir de alguns conceitos-chave da geografia humanista, do interacionismo simbólico e da filosofia fenomenológica.

### **Objetivando e qualificando a mobilidade**

A noção de espaço de vida foi levada à demografia por Daniel Courgeau, em seu empenho de ultrapassar o lugar comum nas investigações sobre mobilidade (COURGEAU, 1988; 1990). Courgeau tentava modificar as formas de mensuração dos movimentos, incorporando aos dados temporais os dados espaciais. Assim ele teria lugares e itinerários conectados por movimentos com duração, distância e fluxos populacionais. Para permitir tal mensuração, o autor teve de abrir mão da informação qualitativa, encarando todos os lugares da mesma forma, sem considerar a hierarquização que cada pessoa estabelece entre os lugares de seu espaço de vida, seja pela função, pelo envolvimento ou pelo subjetivo (FRÉMONT, 1980).

Antes de Courgeau dar este tratamento, espaço de vida foi utilizado enquanto componente subjetivo do espaço social por Lewin (1951 *apud* BUTTIMER, 1980) e aplicado posteriormente de forma mais ampla na geografia do espaço vivido de Armand Frémont, na década de 1970. Frémont (1980) relaciona o espaço de vida à biografia da pessoa, como conseqüência de um inventário dos lugares freqüentados por um homem no decorrer de sua vida, restituindo os valores que ele atribuiu a cada um deles. A partir deste levantamento, procura (1) a hierarquização e as estruturas do território freqüentado, assim como (2) as imagens, motivações, alienações e impulsos. O primeiro é o espaço de vida, que descreve o conjunto de lugares e itinerários do homem, enquanto o espaço vivido é a dimensão subjetiva (qualitativa) da existência.

Utilizamos espaço de vida no mesmo sentido: “o espaço da vida da pessoa, por onde ela desenvolve seu cotidiano” (MARANDOLA JR., 2005a,

p.8). Ela é uma noção chave que tem servido de ensejo para uma aproximação profícua entre Geografia e Demografia. Esta investigação tem se desenvolvido no sentido de, por um lado, manter a noção de espaço de vida estritamente objetiva enquanto incorporamos, por outro lado, uma dimensão qualitativa, procurando hierarquizar os lugares a partir da experiência do próprio indivíduo. Para isso nos utilizamos de metodologias qualitativas como a história de vida e a entrevista não-diretiva, além da arqueologia fenomenológica (método de busca das essências), enquanto pressuposto teórico-metodológico para leitura e análise das biografias (MARANDOLA JR., 2004; 2005b).

Esta proposta está alicerçada na tradição dos estudos humanistas e culturais em Geografia, que se inspira numa abordagem fenomenológico-existencialista de pesquisa, partindo das experiências pessoais, do espaço vivido, em direção ao significado do relacionamento do homem com o espaço. Esta tradição incorpora a existência humana às análises acadêmicas, procurando complexificar a realidade em foco com a perspectiva oblíqua da realidade (BUTTNER, 1976; MARANDOLA JR., 2005c; BELLAVANCE, 1999).

Utilizamos conceitos que permitem qualificar as relações simbólicas e experienciais com uma espacialidade específica, ampliando a partir da morfologia e da topologia (posições e situações) o sentido de lugar e segurança, entre pausas e movimentos. **Lugar** (BUTTNER, 1980; TUAN, 1983), **território** e **territorialidade** (BONNEMAISON, 2002; 2005; MARANDOLA JR., 2008a; 2008b), **mundo circundante** (*Umwelt*) (GIDDENS, 2002; GOFFMAN, 1982), **comunidade** (BAUMAN, 2003; BORDIN, 2001) e **habitar** (HEIDEGGER, 2001a; 2001b)<sup>2</sup> são apenas alguns que permitem realizar tal qualificação. Eles nos permitem manter a idéia de espaço de vida objetiva enquanto conjunto de lugares e itinerários que uma pessoa percorre em sua história de vida, mas qualificando-a a partir da hierarquização subjetiva dos lugares, o desenho de territórios e de comunidades e o estabelecimento e fortificação do mundo circundante. O habitar é a expressão de todo este ser e estar na metrópole, permitindo-nos analisar os fenômenos de maneira integrada.

<sup>2</sup> Detalhes da construção da metodologia e da aplicação dos conceitos podem ser vistos em Marandola Jr. (2006; 2008a) e Marandola Jr. e De Paula (2011).

Como as histórias de vida estão vinculadas ao próprio espaço de vida (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 1988), procuramos através de entrevistas com pessoas que moram em diferentes situações (diferentes formas de habitar), reconstituir sua história de vida mapeando numa base cartográfica regional o seu espaço de vida, nas diferentes faixas etárias. A reconstituição envolve a pontuação de todos os lugares e trajetos componentes do espaço de vida.

Os espaços de vida revelam também as mudanças na experiência da mobilidade em cada faixa etária, colocando diferentes necessidades, padrões e significados para crianças, jovens, adultos ou idosos. De outro lado, questões de gênero e distintas composições familiares configuram espaços de vida distintos, o que permite relacioná-los à própria trajetória do domicílio ou do núcleo familiar (MARANDOLA JR.; GUEDES; SILVA, 2010).

A qualificação de toda informação cartografada é feita por meio da narrativa da própria pessoa do seu envolvimento com os lugares, os hábitos e os costumes, bem como os medos, insegurança e angústia referentes a certos lugares ou situações.

O resultado são descrições de diferentes formas de habitar que ao serem objetivadas nos espaços de vida, nos permitem relacioná-las à distribuição espacial da população, pois a mobilidade é o conjunto de processos individuais (corporais), sociais (produção material e significados) e físicos (infraestrutura e deslocamentos) (KELLERMAN, 2006; URRY, 2007). Assim, o estudo dos espaços de vida faz sentido enquanto manifestação de processos diferentes que expressam narrativas que transgridem a individualidade (mantendo o valor da particularidade), revelando elementos essenciais para pensar como se desenham padrões de mobilidade e os mecanismos de proteção e risco que concorrem na delimitação da vulnerabilidade das populações e seus lugares.

### **Mobilidade-vulnerabilidade nas aglomerações urbanas**

A estruturação do tecido metropolitano disperso promove padrões de mobilidade complexos que envolvem diferentes cidades, trajetos, atividades e meios de transporte simultaneamente. Esta complexidade dificulta a ação de mecanismos de proteção, favorecendo o risco em cada uma destas atividades, de forma setorial, e a vulnerabilidade das populações, de forma mais ampla.

Um passo para discutir melhor esta temática, portanto, é aprofundar o conhecimento das configurações e formas dos distintos espaços de vida. Eles poderão revelar conexões e interações espaciais insuspeitas (ao mesmo tempo em que reforçam aquelas indicadas nos processos maiores de distribuição espacial da população), abrindo a possibilidade de vislumbrarmos as diferentes ligações entre os pontos da metrópole. Por outro lado, acrescentar a dimensão qualitativa ao espaço de vida, procurando o qualitativo de lugares e as diferentes experiências urbanas, poderá contribuir para compreender o sentido daquele espaço de vida e daquelas conexões. Isso permite ir além de conhecer os padrões de mobilidade, em direção a uma perspectiva mais integrada da mobilidade, que incorpore a morfologia urbano-regional aos sentidos e significados atribuídos socialmente e à experiência destes processos, numa perspectiva que leve em consideração a dinâmica demográfica como qualitativo das três dimensões.

A relação entre espaço de vida, mobilidade, riscos e vulnerabilidades também é um campo instigante que ainda está por ser mais bem delineado. Precisamos de mais levantamentos empíricos de diferentes espaços de vida colocados em perspectiva com pesquisas mais gerais (como a de Origem-Destino e de pendularidade do próprio Censo), para acompanhar as reflexões das mudanças na redistribuição espacial da população e suas implicações para os lugares, as pessoas e a própria macro-organização metropolitana.

Neste aspecto, a perspectiva mais promissora, sem dúvida, é a possível influência da mobilidade – objetivada no espaço de vida – no desenho das diferentes vulnerabilidades, seja no âmbito do habitar, seja na perspectiva de grupos específicos. As possibilidades abertas nos fazem prospectar que a relação entre os lugares e os itinerários, articulados num território a partir do espaço existencial, são fundamentais no dimensionamento das vulnerabilidades, constituindo-se num ponto-chave para compreensão do ajustamento e enfrentamento de riscos e perigos de diferentes dimensões. Estes atingem as pessoas de diferentes maneiras, de acordo com sua posição no espaço. É necessário investigar a ambivalência do papel da mobilidade para compreender melhor os temas da relação mobilidade-habitar-riscos-vulnerabilidade.

Evidentemente, as relações entre perigo-liberdade e proteção-comunidade, também estão por serem melhor delineadas, sendo importantes

norteadores que precisam ser considerados. Para isso, precisamos atentar de forma especial à articulação entre as escalas e às conseqüentes mediações que atingem o habitar e a própria experiência das pessoas.

Por fim, o espaço de vida é uma noção que permite pensar a distribuição espacial da população, potencializando a descrição da mobilidade ao longo da biografia da pessoa. Permite associar dados quantitativos e qualitativos, ao mesmo tempo em que possibilita aprofundar o conhecimento dos mecanismos e elementos que interferem no desenho das diferentes vulnerabilidades. Aproximar-se destes mecanismos é um passo importante para poder auxiliar no gerenciamento dos riscos e na diminuição da vulnerabilidade oriundas da relação população-ambiente, de forma mais ampla, no contexto das aglomerações urbanas contemporâneas.

## Referências

ASCHER, F. **Metapolis**: acerca do futuro da cidade. Oeiras: Celta, 1998.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. Tradução de Antonio de P. Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

\_\_\_\_\_. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

\_\_\_\_\_. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BECK, U. **Risk society**: towards a new modernity. Tradução de Mark Ritter. London: Sage, 1992.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BELLAVANCE, G. Proximidade e distância da cidade: a experiência da cidade e suas representações. **Intersecções**, Rio de Janeiro, Ano I, n.1, 1999.

BONNEMAISON, J. **Culture and space**: conceiving a new cultural geography. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

\_\_\_\_\_. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDHAL, Z. (Org.). **Geografia cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.



BOURDIN, A. **A questão local**. Tradução de Orlando dos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL. Ministério das Cidades. Política nacional de mobilidade urbana sustentável. **Cadernos MCidades**, Brasília, n.6, nov.2004a.

\_\_\_\_\_. Trânsito, questão de cidadania. **Cadernos MCidades**, Brasília, n.7, nov.2004b.

BUTTIMER, A. Home, reach, and the sense of place. In: \_\_\_\_\_; SEAMON, D. (Ed.). **The human experience of space and place**. London: Croom Helm, 1980.

\_\_\_\_\_. Grasping the dynamism of lifeworld. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v.66, n.2, 1976.

CADAVAL, M. E. G.; GOMIDE, A. Mobilidade urbana em Regiões Metropolitanas. In: FONSECA, R. B.; DAVANZO, A. M. Q.; NEGREIROS, R. M. C. (Org.). **Livro verde: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas**. Campinas: IE/UNICAMP, 2002.

CASEY, E. S. **The fate of place: a philosophical history**. Berkeley: University of California Press, 1997.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide V. Majer. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CLEMENTE, C. C. Analisando territórios e laços sociais de pessoas que vivem em mobilidade internacional. In: Encontro Nacional Sobre Migração, 4., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2005. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

COURGEAU, D. Nuevos enfoques para medir la movilidad espacial interna de la población. **Notas de Población**, Santiago de Chile, v.18, n.50, ago.1990.

\_\_\_\_\_. **Méthodes de mesure de la mobilité spatiale: migrations internes, mobilité temporaire, navettes**. Paris: Éditions de L'Institut National d'Études Démographiques, 1988.

CRESWELL, T. **On the move: mobility in the modern western world**. New York: Routledge, 2006.

FRÉMONT, A. **Região, espaço vivido**. Tradução de António Gonçalves. Coimbra: Almedina, 1980.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo**. Tradução de Márcia de S. Cavalcante. 12.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. Construir, habitar, pensar. In: \_\_\_\_\_. **Ensaio e conferências**. Tradução de Márcia S. C. Schuback. Petrópolis: Vozes, 2001a.

\_\_\_\_\_. "...poeticamente o homem habita ...". In: \_\_\_\_\_. **Ensaio e conferências**. Tradução de Márcia S. C. Schuback. Petrópolis: Vozes, 2001b.

HOGAN, D. J. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.22, n.2, jul./dez. 2005.

\_\_\_\_\_; MARANDOLA JR., E. Toward an interdisciplinary conceptualization of vulnerability. **Population, Space and Place**, Inglaterra, n. 11, 2005.

\_\_\_\_\_; CARMO, R. L. Distribuição espacial da população e sustentabilidade: alternativas de urbanização no Estado de São Paulo, Brasil. **Idéias**, Campinas, v.8, n.2, 2001.

\_\_\_\_\_. A relação entre população e ambiente: desafios para a demografia. In: TORRES, H. G.; MOURA, H. C. (Org.). **População e meio ambiente**: debates e desafios. São Paulo: Senac, 2000.

\_\_\_\_\_. Mobilidade populacional e meio ambiente. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.15, n.2, jul./dez. 1998.

\_\_\_\_\_. População, pobreza e poluição em Cubatão, São Paulo. In: MARTINE, G. (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento**: verdades e contradições. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

\_\_\_\_\_. Migração, ambiente e saúde nas cidades brasileiras. In: \_\_\_\_\_. VIEIRA, P. F. **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

JARVIS, H.; PRATT, A. C.; CHENG-CHONG WU, P. **The secret life of cities**: the social reproduction of everyday life. Harlow: Prentice Hall, 2001.

JUNQUEIRA FILHO, L. M. Transporte, trânsito, tráfego e logística urbana. In: FONSECA, R. B.; DAVANZO, A. M. Q.; NEGREIROS, R. M. C. (Org.). **Livro verde**: desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas. Campinas: IE/UNICAMP, 2002.

KELLERMAN, A. **Personal mobilities**. London: Routledge, 2006.

LEFF, E. Demografía y ambiente. In: \_\_\_\_\_. **Saber ambiental**: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder. Mexico: Siglo Veintiuno; PNUMA, 2000.

MARANDOLA JR., E.; DE PAULA, L. T. Espaços de vida migrantes: mobilidade e insegurança existencial na Região Metropolitana de Campinas. **Caderno de Metr pole**, São Paulo, 2011. (Prelo).

\_\_\_\_\_; DAL GALLO, P. M. Ser migrante: implica es existenciais e territoriais da migra o. **Revista Brasileira de Estudos de Popula o**, São Paulo, v.27, n.2, jul./dez.2010.

\_\_\_\_\_; GUEDES, G. R.; SILVA, R. B. Perfis de mobilidade nas regiões metropolitanas do interior de São Paulo. **Papeles de Población**, México, v.16, n.66, 2010.

\_\_\_\_\_; HOGAN, D. J. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implica es metodológicas de uma velha questão. **Revista Brasileira de Estudos de Popula o**, São Paulo, v.26, n.2, jul./dez.2009.

\_\_\_\_\_; MELLO, L. F. A abordagem do lugar no planejamento urbano. **Geografares**, Vitória, v.7, 2009.

\_\_\_\_\_. **Habitar em risco**: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana. 2008a. 278f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

\_\_\_\_\_. Entre muros e rodovias: os riscos do espaço e do lugar. **Antropolítica (UFF)**, v.24, 2008b.

\_\_\_\_\_; HOGAN, D. J. Em dire o a uma demografia ambiental? Avalia o e tendências dos estudos de popula o e ambiente no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos da Popula o**, São Paulo, v.24, n.2, jul./dez.2007.

\_\_\_\_\_. Mobilidade e vulnerabilidade nos espaços de vida de Campinas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2006.

\_\_\_\_\_; HOGAN, D. J. Vulnerabilidades e riscos: entre Geografia e Demografia. **Revista Brasileira de Estudos de Popula o**, São Paulo, v.22, n.1, jan./jun.2005.

\_\_\_\_\_. Espaço de vida e mobilidade nas metrópoles: a luminosidade do lugar e a experiência dos riscos e vulnerabilidades. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA – SIMPURB, 9., 2005, Manaus. **Anais...** Manaus: UFAM, 2005a. (CD-ROM).

\_\_\_\_\_. Arqueologia fenomenológica: em busca da experiência. **Terra Livre**, São Paulo, v.2, n.25, 2005b.

\_\_\_\_\_. Humanismo e a abordagem cultural em geografia. **Geografia**, Rio Claro, v.30, n.3, set./dez.2005c.

\_\_\_\_\_. Uma ontologia geográfica dos riscos: duas escalas, três dimensões. **Geografia**, Rio Claro, v.29, n.3, set./dez.2004.

\_\_\_\_\_; HOGAN, D. J. O risco em perspectiva: tendências e abordagens. **Geosul**, Florianópolis, v.19, n.38, jul./dez.2004.

MELLO, L. F.; MARANDOLA JR., E. Life spaces, mobility and metropolis: dialogue with Geography. In: INTERNATIONAL UNION FOR THE SCIENTIFIC STUDY OF POPULATION – INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE – IUSSP, 25., 2005, Tours. **Anais...** Tours: IUSSP, 2005. (CD-ROM). Disponível em: <<http://iussp2005.princeton.edu>>.

MELLO, L. F. et al. A busca do lugar: mobilidade e riscos no espaço metropolitano de Campinas. In: SEMINÁRIO SOBRE QUESTÃO AMBIENTAL URBANA: EXPERIÊNCIAS E PERSPECTIVAS, 1., 2004, Brasília. **Anais...** Brasília: Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais, Universidade de Brasília, 2004. (CD-ROM).

McPHEE, J. **The control of nature**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1990.

OJIMA, R. Periferização e as formas urbanas contemporâneas: repensando os riscos na metrópole. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA – SIMPURB, 9., 2005, Manaus. **Anais...** Manaus: UFAM, 2005. (CD-ROM).

ORFEUL, J. **Une approche laïque de la mobilité**. Paris: Descartes & Cie, 2008.

PINÇON, M.; PINÇON-CHARLOT, M. Histoires de vie, espace de vie. **L'Espace Géographique**, França, n.2, 1988.

PINHEIRO, J. Q. Experiência “ambiental” de ambientes representados. In: GÜNTHER, H.; \_\_\_\_\_; GUZZO, R. S. L. (Org.). **Psicologia ambiental: entendendo as relações do homem com seu ambiente**. Campinas: Alínea, 2004.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

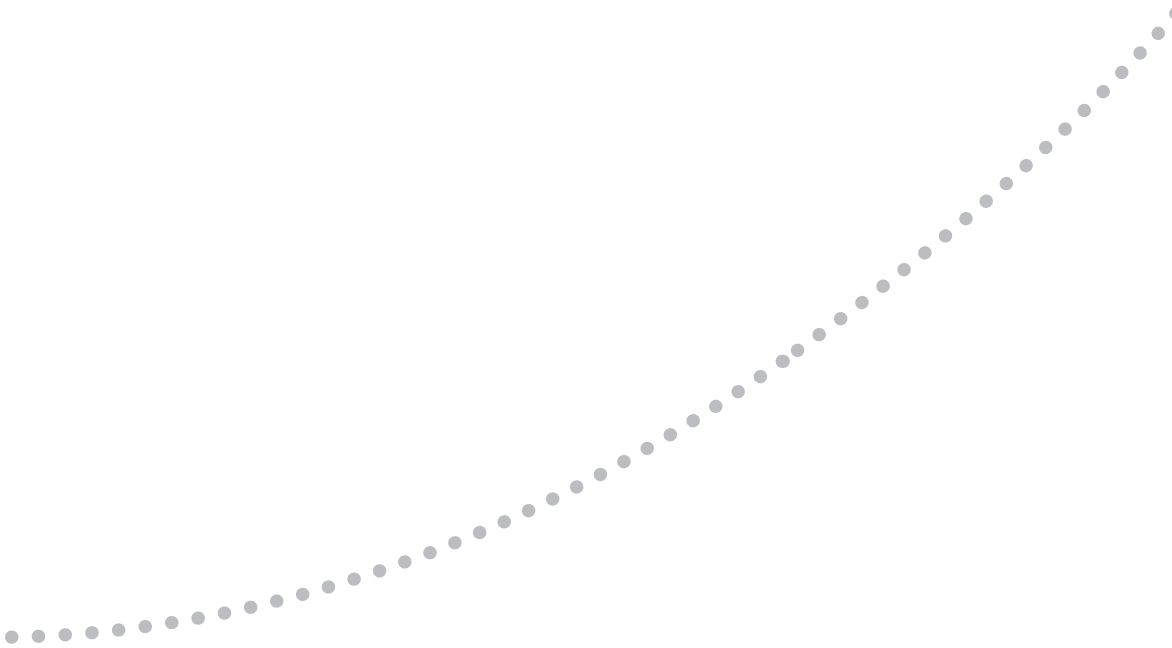
TORRES, H. G. Migration and the environment: a view from Brazilian metropolitan areas. In: HOGAN, D. J.; BERQUÓ, E.; COSTA, H. S. M. (Org.). **Population and environment in Brazil: Rio + 10**. Campinas: CNPD/ABEP/NEPO, 2002.

\_\_\_\_\_. A demografia do risco ambiental. In: \_\_\_\_\_; MOURA, H. C. (Org.). **População e meio ambiente: debates e desafios**. São Paulo: Senac, 2000.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.

\_\_\_\_\_. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1980.

URRY, J. **Mobilities**. London: Polity, 2007.





## **VI. Mobilidade espacial, vulnerabilidade e segregação socioespacial: reflexões a partir do estudo da RM de Campinas, 2007\***

José Marcos Pinto da Cunha

### **Introdução**

Este ensaio visa realizar uma reflexão sobre as possíveis relações entre a mobilidade espacial, vulnerabilidade e os processos de segregação socioespacial da população nas grandes aglomerações urbanas. Tal reflexão, que é fruto de uma experiência concreta de pesquisa, parte do pressuposto de que a mobilidade espacial (e particularmente a residencial) pode não apenas ter impactos importantes sobre a segregação, mas também ter efeitos diferenciados sobre a vulnerabilidade das famílias ou indivíduos, particularmente aqueles de baixa renda.

Por um lado, a mobilidade espacial pode configurar-se como uma estratégia a partir da qual seja possível enfrentar o problema habitacional, um dos principais dilemas a serem enfrentados pela população para permanecer

---

\* Este ensaio representa uma versão reduzida do artigo publicado na revista *Notas de Población*, n. 93 de 2011 sob o título "Mobilidade espacial, vulnerabilidade e segregação socioespacial: reflexões a partir do estudo da RM de Campinas, 2007". O autor agradece aos editores da revista a autorização para esta reprodução parcial.

na metrópole. Por outro lado, com a mobilidade também se pode adquirir, perder ou reduzir ativos importantes para a reprodução social, como por exemplo, relações sociais, familiares ou, de maneira mais geral, capital social.

Desta forma, e tendo em vista o papel chave da noção de ativos sobre o conceito de vulnerabilidade, a relação entre mobilidade e vulnerabilidade poderia ser estabelecida a partir da perspectiva de que o deslocar-se no espaço metropolitano teria implicações importantes sobre a forma de acesso a um conjunto de ativos. Nesse sentido, pode-se vislumbrar outro caminho para relacionar vulnerabilidade e mobilidade, a partir da relação de ambos com a segregação socioespacial.

De fato, no caso da migração para as periferias no Brasil poderia ocorrer uma deterioração das condições de vida dos migrantes, na medida em que tal mudança de residência implicaria na dificuldade de acesso e/ou piora da qualidade de serviços públicos já que, como mostram vários estudos em metrópoles brasileiras (MARQUES; TORRES, 2005; MARQUES, 2005; CUNHA et al., 2009; AZEVEDO, 2009), estas periferias são, de maneira geral, locais onde tais serviços são de pior qualidade. A partir dessa linha de argumento, portanto, pode-se pensar na relação mobilidade, vulnerabilidade e segregação socioespacial a partir da noção de “geografia de oportunidades”, enfoque que enfatiza as consequências de se viver em determinados lugares em termos das limitações ao acesso às estruturas de oportunidades oferecidas pela região em termos da infraestrutura, mercado de trabalho, políticas públicas etc. (GALSTER; KILLEN, 1995).

Com base em resultados de vários estudos realizados no âmbito de um projeto maior<sup>1</sup>, utilizando dados levantados em uma pesquisa domiciliar realizada na Região Metropolitana de Campinas em 2007, esse trabalho apresenta reflexões sobre as relações entre os fenômenos da mobilidade espacial, segregação socioespacial e vulnerabilidade, visando contribuir para a melhor compreensão da dinâmica sócio-demográfica das grandes aglomerações urbanas.

---

<sup>1</sup> Trata-se do projeto Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sócio-demográfica nas Metrópoles do Interior Paulista: Campinas e Santos, financiado pela FAPESP e CNPq.

## **Mobilidade espacial, desigualdades regionais e a produção social do espaço no Brasil**

Ao se pensar nas várias modalidades de mobilidade espacial da população, desde aquelas mais clássicas, envolvendo a migração de mais longa distância ou do tipo rural-urbano, até aquelas mais contemporaneamente enfatizadas, como a mobilidade pendular, não se pode deixar de considerar as condições contextuais e estruturais que as condicionam, sob pena de se perder de vista a distinção muito adequadamente feita por Singer (1973) entre as “causas” (estruturais) e “motivos” (individuais) destes deslocamentos.

Embora não se deseje alongar essa discussão nesse trabalho, o estudo mencionado tornou-se, sem dúvidas, uma referência para as análises da migração no Brasil e certamente na América Latina, na medida em que deslocou a discussão dos condicionantes do fenômeno para a posição de classe dos indivíduos, e não sobre suas intenções e/ou preferências. Para Singer não seriam as pessoas que seriam postas em movimento, mas as classes sociais, sendo, portanto, de cunho social e não individual o primeiro determinante do fenômeno.

Outros autores em momentos próximos também tiveram contribuições semelhantes e importantes, como Balán (1980) e Gaudemar (1977), que, entre outros aspectos, destacaram a importância das desigualdades regionais como condicionantes da migração, estas consideradas à luz dos processos históricos de formação de nossas sociedades, estruturados com base não apenas numa distribuição desigual da riqueza e do progresso técnico entre as várias camadas sociais, mas também e, sobretudo, pelas assimetrias espaciais que nortearam todo o desenvolvimento de nossos países.

Obviamente que a contribuição seminal de Singer por focar um fenômeno datado historicamente e localizado espacialmente, a saber, a migração rural-urbana nos países em desenvolvimento, implicou na necessidade de uma atualização, particularmente tendo em vista as tendências pós anos 80. No âmbito dos estudos demográficos no Brasil, essa releitura dos processos em curso foi feita por autores como Brito, 2000 e Matos, 1995; Pacheco e Patarra, 1997; Baeninger, 2000; Cunha e Baeninger, 2007 entre outros,



sobretudo tendo em vista a complexidade e diversidade cada vez maior dos fluxos migratórios<sup>2</sup>.

Essas questões ficam bem documentadas em um trecho do texto de Pacheco e Patarra (1997):

Há muitas interrogações sobre a natureza dos movimentos migratórios recentes no Brasil. As características desses movimentos, a partir dos anos 80, justificam a afirmação de estarmos diante de novos padrões migratórios. Ou estar-se-ia diante de resultados de efeitos conjunturais das oscilações entre momentos de crescimento e momentos de crise e estagnação que se desenrolaram ao longo da década passada? Seriam esses efeitos determinados por processos anteriores de desconcentração industrial, os quais com certa defasagem, influenciariam os novos fluxos? Estariam essas novas características migratórias já refletindo o contexto internacional, com perversas conseqüências em níveis crescentes de desemprego, subemprego e informalidade nas relações de trabalho? (...) estar-se-ia frente à concomitância de movimentos típicos de etapas anteriores do desenvolvimento industrial com movimentos típicos da atual fase de internacionalização da economia?" (PACHECO; PATARRA, 1997, p.458).

Nos dias de hoje, os fluxos migratórios de mais longa distância não apenas estão perdendo a força que apresentavam até meados dos anos 80, tendo em vista mudanças importantes tanto nas áreas emissoras quanto receptoras, como também começam a apresentar novas características, como a intensificação do retorno, ou mesmo mudança na seletividade por sexo, idade, condição social etc. dos migrantes.

No caso específico da migração de retorno, talvez uma das grandes novidades da migração interna no Brasil a partir dos anos 1990, não se trata obviamente de um fenômeno novo na história migratória do país. Contudo, o que chamou a atenção foi a sua importância relativa no conjunto dos movimentos internos, passando de 11% nos anos 70 (BAENINGER, 2008) para mais de quase 30% no começo do século XXI (CUNHA, 2006) sendo este impacto muito maior em antigas áreas de expulsão demográfica como o Nordeste e Minas Gerais. Tal fenômeno no entanto, não parece ter se configurado em resposta a importantes mudanças nos locais de origem:

---

<sup>2</sup> Na verdade, acredita-se que tal diversidade já existia no passado, no entanto, a questão da migração rural-urbana era tão marcante e decisiva para o processo de redistribuição espacial da população no Brasil e para o crescimento das cidades e regiões que pouco se atentava para outras modalidades de movimentos populacionais. O próprio Censo Demográfico começa a coletar informações mais detalhadas em termos espaciais apenas a partir de 1980.

Portanto, se o retorno aumentou em volume e, sobretudo, sua importância relativa na imigração registrada por algumas regiões brasileiras, como o Nordeste, ele parece ter ocorrido menos pelo aparecimento de oportunidades nos Estados de origem, e mais pelas dificuldades de permanência nas áreas mais atrativas (fossem elas aquelas de maior desenvolvimento urbano ou áreas de fronteira). A constatação de uma volta mais concentrada para os municípios de nascimento, muitos deles localizados nas zonas mais deprimidas do país, como é o caso do agreste e sertão, apenas reforça a tese de um retorno por desalento ou incapacidade de inserção nos maiores centros (CUNHA, 2006, p.397).

Assim, os condicionantes podem ser encontrados tanto nas áreas de origem quanto nas de destino: a crise econômica dos anos 90; a deterioração dos mercados de trabalho; a reestruturação produtiva e modificação do perfil requerido de mão-de-obra, sobretudo no setor secundário; a consequente terciarização da economia; o progressivo fechamento das fronteiras agrícolas; as políticas sociais, especialmente aquelas voltadas às transferências monetárias etc. (CUNHA, 2006; CUNHA; BAENINGER, 2005).

Obviamente que tais transformações tiveram impactos decisivos sobre a dinâmica demográfica e expansão territorial de nossas metrópoles. Enquanto no período enfocado por Singer a questão era o inchamento destas áreas, particularmente aquelas do sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro, hoje a situação apresenta-se distinta com um crescimento menor destas aglomerações.

Em um estudo desenvolvido para o conjunto das RMs institucionalizadas do país, Cunha (2001) mostrou que a redução observada do crescimento demográfico tinha no componente migratório um elemento importante. Assim:

(...) o crescimento demográfico das RMs brasileiras sofreu uma redução significativa a partir dos anos 80, fato que apesar de refletir a forte queda da fecundidade, a exemplo do que ocorreu com a população brasileira, está também muito atrelado à redução da intensidade migratória para essas áreas, sobretudo aquelas do Sudeste, como São Paulo e Rio de Janeiro (CUNHA, 2002, p.22).

De fato, mesmo no caso daquelas RMs que ainda cresciam de forma significativa nos anos 80 e 90, também ficava claro que tal comportamento era reflexo das tendências da migração no país. Assim, Minas Gerais e Paraná “não por coincidência, foram justamente as Unidades da Federação que mais se ‘beneficiaram’ das mudanças migratórias operadas no país”

(CUNHA, 2002, p.22). Tal situação, ainda segundo o estudo, estaria associada à recuperação desses estados “em função do crescimento da atratividade de suas áreas metropolitanas que (...) experimentaram um importante crescimento econômico, sobretudo, em função do desenvolvimento de atividades industriais como, por exemplo, a automotiva” (CUNHA, 2002, p.22).

No entanto, mesmo crescendo menos, as RMs ainda representam grandes desafios não apenas pela grande concentração de pobreza, particularmente em suas periferias, mas também pelo alto potencial que apresentam de redistribuição interna de sua população, cujos problemas laborais e habitacionais ainda estão longe de serem resolvidos.

O mesmo estudo mencionado anteriormente mostrava que, para grande parte das RMs brasileiras, a migração intrametropolitana havia tido um papel importante nos processos de expansão territoriais e, portanto, no crescimento dos municípios periféricos:

(...) existe uma clara tendência no Brasil a que os centros das aglomerações sejam, por um lado, as grandes ‘portas de entrada’ da imigração externa e, ao mesmo tempo, a partir de onde saem as principais levas de emigrantes que deixam a área. No plano interno, fica bem configurado um *processo centrífugo* de distribuição da população tendo o centro como a principal área de expulsão de população e as periferias como as áreas receptoras desses emigrantes. Nesse sentido, fica muito claro o papel da maior parte dos municípios vizinhos ou próximos dos grandes centros urbanos nacionais: não apenas acomodar um ‘excedente’ demográfico do centro, mas sobretudo, o *locus* da quase inexorável continuidade do processo de espraiamento, sobretudo urbano, da região. Trata-se, portanto, não de um movimento de transferência populacional de um território para outro, mas da incorporação desses últimos ao processo de formação da “grande cidade” metropolitana (CUNHA, 2002, p.33).

Ou seja, mesmo que, do ponto de vista demográfico, não haja o que discutir sobre a importância das trocas migratórias que as regiões metropolitanas, de forma geral, realizam com outras regiões ou estados, não se pode esquecer que existe uma dinâmica intrametropolitana que ainda causa preocupação por seu potencial de redistribuição espacial da população. Pensar em mobilidade espacial na metrópole é, portanto, pensar ao menos destes dois pontos de vista: da mobilidade que vem de fora e daquela se origina na e se destina à própria região.

Mesmo considerando que, do ponto de vista da migração, o que acontece fora da região seja fundamental para se entender o volume de pessoas que para aí se dirigem, não se pode negar que, ao se tratar da lógica de crescimento e expansão interna da metrópole, há que se focarem os processos e condicionantes que levam à localização das pessoas em distintas áreas do território.

Na verdade, tendo em vista o objetivo desse ensaio, o que talvez seja mais interessante a considerar na diferenciação dessas duas modalidades de migração diz respeito ao impacto que cada uma delas terá sobre o acúmulo ou perda de ativos. Essa questão será retomada mais adiante.

Não se pode pensar em fatores que se desenrolam no âmbito intraurbano sem que se tenha, pelo menos como pano de fundo, elementos estruturais que condicionam, modelam e muitas vezes redefinem o processo de formação e estruturação do espaço urbano. Talvez o título utilizado por Gottdiener (1993) em seu clássico “a produção social do espaço” seja o que melhor defina sobre o que se está pensando quando a questão central é a expansão e redistribuição espacial da população em grandes aglomerações urbanas, em especial as metropolitanas.

De fato, é a partir da forma como o espaço é produzido que podemos entender certos fenômenos e desdobramentos dos mesmos. É das relações intrincadas entre o capital privado (e não apenas o imobiliário), o Estado e a sociedade que parecem emergir muitas das formas de ocupação do espaço urbano e, portanto, de assentamentos populacionais. De um lado, conjuntos habitacionais e/ou loteamentos populares, ocupações, favelas e cortiços e, de outro, grandes e luxuosos condomínios fechados (horizontais ou verticais) e a elitização de certas áreas da cidade, são expressões aparentemente contraditórias da estruturação urbana, mas que na verdade, como nos lembra Bourdieu (2003), são retificações da estratificação social existente em nossa sociedade.

Não apenas os processos de produção e valorização da terra para fins habitacionais, mas também aqueles relacionados à localização das atividades econômicas têm decisivos impactos sobre a “forma” urbana, influenciando sua expansão, sua diferenciação socioespacial e a mobilidade da população. Nesse último caso, o descompasso entre os locais de moradia e de trabalho

têm levado a novos e complexos desafios tanto para a reprodução social quanto para políticas públicas entre elas a de transportes urbanos. Isso leva a pensar como faz Villaça (1998), em um espaço intraurbano como o espaço de circulação de indivíduos, em particular aquele “*portador da mercadoria força de trabalho*” (VILLAÇA, 1998, p.20), o que torna a questão da mobilidade um elemento essencial para entender a complexidade de uma metrópole.

De maneira geral a urbanização no Brasil e particularmente em suas áreas metropolitanas tem assumido um padrão definido pela segmentação e diferenciação social, demográfica, econômica e ambiental. Tal padrão caracteriza-se também pela baixa qualidade de vida urbana e pelo crescimento físico elevado, expansão periférica e todas as conseqüências que isso implica: deficiências na infraestrutura urbana e nos equipamentos sociais; produção de vazios urbanos infraestruturados; retenção especulativa de solo, entre outras.

O entendimento desse fenômeno e particularmente de uma de suas principais expressões, a segregação socioespacial, passa por uma compreensão de aspectos como a formação do preço do solo urbano, e a conseqüente geração de renda fundiária urbana. Nesse sentido, não apenas o livro de Gottdiener (1993), mas vários outros autores brasileiros ajudam a melhor compreender estas questões e como elas se apresentam no caso do país (KOWARICK, 1979; BONDUKI; ROLNIK, 1979; 1982; RIBEIRO; LAGO, 1994, SANTOS, 1996; MARICATO, 1996; RIBEIRO, 1996, entre outros).

Assim não há dúvidas que as questões relativas à “produção social do espaço” não devem, em momento algum, serem desconsideradas até para que se possa compreender os fenômenos demográficos como condicionados por esse processo e, às vezes até condicionando-o em uma relação dialética.

### **Mobilidade espacial, segregação e vulnerabilidade: em busca de nexos**

No caso de uma aglomeração urbana de caráter metropolitano, as tendências e características da mobilidade espacial a ela vinculadas poderiam ser consideradas como resposta aos incentivos e estrangimentos observados não apenas nos locais de origem dos movimentos externos à metrópole, mas sobretudo no âmbito intraurbano. Nesse último caso os processos que

influenciariam a localização da atividade econômica e da população teriam papel predominante como condicionantes destes movimentos (CUNHA, 1994). Sendo assim, tais características guardam estreita relação com a segregação socioespacial e a vulnerabilidade dos indivíduos ou famílias residentes nas metrópoles.

No caso particular da mobilidade espacial, aqui entendido como as múltiplas formas de deslocamento da população<sup>3</sup>, vários estudos anteriores (CUNHA, 1994; 2000; MATOS, 1994; RIGOTTI; RODRIGUES, 1994; LAGO, 2000; TORRES, 2003; CUNHA et. al., 2006; RODRÍGUEZ, 2007) mostraram a sua relação intrínseca não apenas com a expansão urbana, mas também com a intensificação dos processos de segregação ou auto-segregação socioespacial da população.

Deve-se concordar com Kaztman (2008, p.4) quando este considera que, no âmbito intraurbano, tanto a forma como a intensidade dos processos migratórios variam segundo as dinâmicas particulares dos mercados de terra e de trabalho, as distintas ações do Estado e até mesmo as condições topográficas. No entanto, ao menos no que se refere às dinâmicas metropolitanas no Brasil (e ao que parece em outros países como o Uruguai tratado por Kaztman), pode-se dizer que, tendo em vista os condicionantes ligados a estes movimentos, particularmente aqueles ligados aos mercados de terra e de trabalho (CUNHA, 1994), tais movimentos migratórios teriam implicação direta sobre a modificação (ou aprofundamento) da composição sócio-demográfica das várias áreas da região. Isso porque os fatores que colocam a população em movimento tendem a gerar seletividades específicas dos migrantes não apenas em termos demográficos, como sexo, idade, ciclo vital e tipo de família, mas também e, sobretudo, em termos socioeconômicos (CUNHA, 1994; 2000).

Lógica parecida também poderia ser considerada no caso da migração externa, ou seja, aquela originária de fora da região que, como mostram

---

<sup>3</sup> Talvez fosse o caso de se utilizar o termo "mobilidade habitacional", já que por sua maior amplitude poderia abranger uma maior gama de movimentos, incluindo aqueles que ocorressem no mesmo bairro ou até em uma mesma rua. No entanto, isso implicaria ampliar desnecessariamente o fenômeno, sobretudo considerando que a intenção aqui é justamente captar os impactos das mudanças dos contextos socioespaciais sobre a vida das pessoas. Pelo mesmo motivo, a mobilidade pendular, apesar de sua inegável condição de mobilidade espacial, será pouco enfatizada nesse estudo.

alguns estudos para São Paulo (ARANHA, 1996; CUNHA; JAKOB, 2000; BAENINGER, 1999), também apresenta significativa seletividade, não obstante por sua natureza – em particular seu caráter de movimento direto ao local de destino final na metrópole – provavelmente apresentará diferenças com relação aos movimentos intraurbanos<sup>4</sup>.

No que tange à relação mobilidade e vulnerabilidade, os estudos empíricos são mais escassos, muito embora seja possível pensar em relações diretas entre o impacto dos deslocamentos espaciais e o acúmulo ou perda de ativos essenciais para aumentar (ou reduzir) a capacidade de respostas aos vários riscos impostos pela metrópole, entre eles o da pobreza e exclusão social.

Assim, se por um lado se pode pensar que a mobilidade pode levar a um incremento no capital físico de uma família ao permitir acesso a uma habitação própria, também se pode considerar impactos negativos, como a perda de acessibilidade e de capital social, ambos com possíveis repercussões sobre a inserção dos seus membros no mercado de trabalho, sobre a disponibilidade de ajuda por parte de parentes e amigos, ou mesmo sobre o processo educativo de suas crianças. Como se sabe, existem autores que sustentam que essa situação se torna ainda mais grave em bairros segregados e com baixa heterogeneidade social (KAZTMAN; FILGUEIRAS, 2006; KAZTMAN, 2008; FLORES et al., 2008).

Na verdade, talvez um dos principais problemas em estabelecer essa relação radique no fato de que não se pode pensar que a mobilidade espacial tenha impacto sobre os ativos apenas em um sentido. Dessa forma, pode ser muito difícil avaliar concretamente o efeito final ou “líquido” desse fenômeno sobre o grau de vulnerabilidade das pessoas. O que teria maior impacto sobre suas vidas: viver em um ambiente onde a informação é qualitativamente melhor, onde as possibilidades de ajuda são mais abundantes, ou onde existe a possibilidade de acesso a uma habitação própria, sobre a qual não incidam

---

<sup>4</sup> Aqui reside uma dificuldade metodológica. É muito provável que parte da migração intrametropolitana também seja composta por migrantes externos. Assim sendo, o que se pretende nesse momento é estabelecer uma diferenciação entre estes dois tipos de indivíduos (ou famílias), ou seja, aqueles que rumam diretamente para o seu lugar de destino “final” (migrantes externos) e aqueles que o fazem com etapas prévias na metrópole. Estes últimos indivíduos (ou famílias) muito provavelmente apresentarão características médias distintas em termos do tempo de residência, idade, ciclo vital, tipo de arranjo familiar etc..

riscos como o despejo, a falta de recursos para o pagamento do aluguel etc.? O que tornaria as pessoas mais vulneráveis?

É bem verdade que, considerando que o acesso ao mercado de trabalho seria talvez a principal chave para se fugir de condições de vulnerabilidade, as possíveis consequências da migração para a população de baixa renda, como perda de acessibilidade e de um melhor circuito de informações, isolamento social, aquisição de estigmas, entre outros, de fato poderiam ser taxadas como menos decisivas que eventuais ganhos em capital físico.

No entanto, há outro aspecto relativo ao impacto que a trajetória espacial dos indivíduos e famílias tem sobre suas vidas que não pode ser desconsiderado ou minimizado. Pode-se supor que o fato de haver residido em outros lugares e permanecido por mais tempo na metrópole poderia favorecer os indivíduos ou famílias. Isso em função das possíveis implicações dessa condição sobre grau de informação sobre a região e suas oportunidades, assim como sobre o acúmulo de capital social. Nesse sentido, parece fazer sentido distinguir os efeitos da mobilidade sobre a vulnerabilidade das pessoas segundo sejam estas migrantes externos ou intrametropolitanos.

Embora os dados que serão apresentados mostrem inequivocamente a força das redes sociais para definir os locais de destino dos migrantes, também há que se considerar a força que tais relações – que, como se verá, são predominantemente baseadas em parentes e amigos – podem ter como ativos para enfrentarem riscos essenciais para a reprodução social, como é o caso do desemprego.

Nesse sentido, convém considerar o fato de que redes de relações caracterizadas pela “homofilia”<sup>5</sup> poderiam ter menor impacto sobre a vida das pessoas, particularmente sobre o acúmulo de experiências e informações. Como sugerem Kaztman e Filgueiras (2006), a interação com grupos sociais heterogêneos pode implicar em “oportunidades de acesso a contatos e a recursos de informação de qualidade mais elevada” (p.78).

Da mesma forma, a diferenciação proposta por Granovetter (1973, *apud* MARQUES, 2007) entre os “*vínculos fortes*” e “*vínculos fracos*” também

<sup>5</sup> Refere-se às relações entre “iguais” considerando que aqueles que se relacionam apresentam atributos comuns, por exemplo, atributos como sexo, idade, situação social etc. Para maiores detalhes ver Marques, 2007.



levaria a considerações interessantes e talvez na mesma direção, uma vez que os vínculos fracos – aqueles desenvolvidos fora dos grupos sociais mais sedimentados e coesos, como é o caso da família – teriam mais impacto sobre a difusão de informação, em especial àquelas associadas ao emprego (MARQUES, 2007).

Ou seja, deve-se considerar que a experiência e circulação prévia na metrópole, ao permitir uma maior extensão das redes – provavelmente baseada em vínculos fracos –, poderiam ter impactos positivos sobre a vida das pessoas e suas famílias, particularmente para a população de mais baixa renda que tem muito mais dificuldades de acesso à estrutura de oportunidades existente nas metrópoles. Nesse sentido, seria de se esperar que os migrantes intrametropolitanos apresentassem, ao menos nesse particular, alguma vantagem com relação àqueles que vieram diretamente de seus locais de origem fora da região.

Seja como for ao menos uma questão fica clara: a mobilidade residencial tem impacto sobre a vida das pessoas, ainda que no curto prazo, já que não se pode perder de vista que o tempo de residência acaba tendo seus efeitos, seja via processo de acumulação de ativos (inclusive capital social), seja a partir da própria transformação da zona onde se vive. Apenas para exemplificar um destes efeitos, deve-se lembrar de que o tempo de residência frequentemente é considerado pelo poder público com critério de seleção para planos habitacionais, o que sugere seu papel não apenas sobre a localização espacial na região, mas também o acesso à “cidade formal”.

Agora, como seria possível articular as noções de vulnerabilidade e segregação socioespacial? Em primeiro lugar há que se reconhecer o fato de que o “espaço importa” nas análises sobre as condições de vida e desigualdades da população. De fato, vários estudos (SABATINI, 2004; FLORES, 2006; TORRES; FERREIRA; GOMES, 2005, CUNHA et al. 2009; CUNHA; JAKOB, 2010, entre outros) tem mostrado como a segregação socioespacial afeta determinadas dimensões das vidas dos indivíduos e famílias.

Ou seja, os estudos mencionados – com certeza apenas uma amostra do que já foi produzido a respeito – deixam muito claro que, a despeito das diferenças entre condições socioeconômicas e demográficas, o lugar onde se vive acaba tendo um efeito significativo sobre a qualidade de vida e condição

de pobreza. Os processos de separação social existentes nas metrópoles, em particular nas brasileiras, por vários motivos, acabam dificultando (ou em alguns casos até impedindo) que parcelas significativas da população tenham acesso às oportunidades oferecidas por estas regiões. Mas quais seriam os mecanismos que levariam a isso?

Existem alguns enfoques que permitem tanto conhecer melhor as consequências da segregação, quanto a sua relação com a vulnerabilidade. O primeiro deles é o que genericamente poder-se-ia classificar como preocupados em captar os chamados “efeito de bairro” (JENCKS; MAYER, 1990), e um segundo baseado na idéia da existência de uma “geografia de oportunidades” (GALSTER; KILLEN, 1995).

A partir da primeira abordagem poderiam surgir várias formas de analisar os mecanismos pelos quais a segregação incide sobre certos comportamentos ou fenômenos. Estudos a partir dessa perspectiva estariam preocupados, por exemplo, em examinar a força (ou debilidade) dos marcos normativos existentes nas comunidades (KAZTMAN; FILGUEIRAS, 2006), a forma como são difundidos os comportamentos e como se dá a socialização coletiva a partir de transmissão de “modelos de rol” (WILSON, 1987), ou o nível de controle social existentes no bairro (SAMPSON; RAIDENBUSH; EARLS, 1997).

Nessa linha, Kaztman (2008) desenvolve alguns elementos relativos à composição da vizinhança que teriam influência, por exemplo, sobre as oportunidades de emprego – que ao fim e ao cabo seriam atributos fundamentais para enfrentar a vulnerabilidade. Assim, segundo o autor se, por um lado, a “proporção de trabalhadores estáveis” poderia ter influência sobre a quantidade e qualidade de capital social, os modelos de rol e a formação de um tecido social mais robusto, por outro lado, a elevada “proporção de residentes novos”, poderia implicar na constituição de subculturas marginais, insegurança e estigmas. Ainda segundo o autor, nesses últimos casos “la mayor parte de las familias deben enfrentar las dificultades cotidianas que surgen...sin contar con el respaldo de tramas comunitarias ya consolidadas ni con condiciones que estimulen la colaboración requerida para la creación y mantenimiento de marcos normativos eficaces” (KAZTMAN, 2008, p.8).

É claro que é muito difícil precisar a medida exata do efeito da localização territorial sobre a vida de pessoas, sobretudo considerando o que podem ou não, em função de tal pertença, obter de vantagens, ajudas, informações etc. Isso fica muito claro no caso do trabalho como observam Kaztman (2008); Cunha e Jakob (2010) e Flores et al. (2008). Como reconhecem estes estudos, nem sempre se pode ter certeza que a melhor situação das pessoas mais pobres ou de baixa qualificação que vive em bairros socialmente mais heterogêneos, seja em função de tal localização, ou simplesmente porque sua melhor colocação laboral permite a escolha de lugares como estes. Seria a típica situação do “ovo ou a galinha”.

Na verdade, Kaztman (2008) não considera que “las interpretaciones que tienden (...) a interpretar las diferencias en los perfiles de empleo desde una casualidad que opera desde el territorio” (p.18) se oponham àquelas que privilegiam as características individuais. Para ele:

Es la mirada que toma en cuenta ambas direcciones causales la que permite dibujar un escenario en el que los efectos de los barrios que concentran las personas de menor calificación realimentan un circuito de debilitamiento progresivo de los vínculos de los residentes con el mercado laboral, circuito que se activa a partir de las condiciones laborales que dieron origen a la decisión de instalarse en esos barrios” (KAZTMAN, 2008, p.18).

Já no segundo caso, ou seja, a chamada “geografia das oportunidades”, o enfoque parece ser mais abrangente que o primeiro, para estabelecer uma boa chave para ligar os conceitos de segregação e vulnerabilidade. A partir desta perspectiva, o efeito do lugar onde se vive sobre o comportamento dos indivíduos e famílias configurar-se-ia, por um lado, devido a elementos objetivos existentes (ou não) nestas áreas - como acesso e qualidade dos serviços, em particular os públicos (saúde, educação, segurança etc.), infraestrutura, características do mercado de trabalho etc. - e, por outro lado, por variações espaciais subjetivas - basicamente, representadas pelas redes sociais existentes, que também poderiam representar impactos significativos (GALSTER; KILLER, 1995).

Assim sendo, segundo esse enfoque, o lugar onde se vive poderá trazer vantagens (ou desvantagens) na medida em que lhe permitirá maior facilidade (ou dificuldade) de acesso a um conjunto de ativos fundamentais

para a reprodução social das famílias e, portanto, para a redução de suas vulnerabilidades.

Como se percebe, os dois enfoques apresentados possuem elementos de contatos muito claros já que, em ambos os casos, ao menos uma questão surge como importante para explicar “comportamentos” diferenciados segundo o local de residência das pessoas: a influência das redes sociais existentes nos bairros ou comunidade local.

No entanto, para que se possa considerar a localização espacial, a partir de suas expressões objetivas – os serviços e infraestrutura – como um ativo seria necessário refletir um pouco mais não apenas sobre a forma como são distribuídos estes bens públicos ou serviços no espaço, mas também como estas se apresentam ao usuário final, ou seja, sobre a sua qualidade. De fato, não seria exagero considerar que nas grandes cidades brasileiras, embora os serviços públicos sejam relativamente bem distribuídos no espaço, a qualidade do que é oferecido varia sensivelmente de um lugar para outro.

Como será mostrado para o caso da RM de Campinas, aspectos essenciais ligados à qualidade dos serviços públicos são claramente desfavoráveis às áreas mais periféricas. Da mesma forma estudos como os de Azevedo (2009) e da Cunha et al. (2009) mostram que nos casos da saúde e educação, respectivamente, para a população de baixa renda viver em áreas mais distantes do centro significa quase sempre contar com serviços de pior qualidade.

Assim, ao considerar a questão da vulnerabilidade a partir da perspectiva do enfoque AVEO (Ativos, Vulnerabilidade e Estrutura de Oportunidades, KAZTMAN; FILGUEIRAS, 2006), ou seja, que a condição de vulnerabilidade depende ao mesmo tempo das oportunidades existentes e dos ativos (tangíveis ou intangíveis) disponíveis para acessá-las, se pode imaginar uma chave que ligue essa condição (de vulnerável) à segregação.

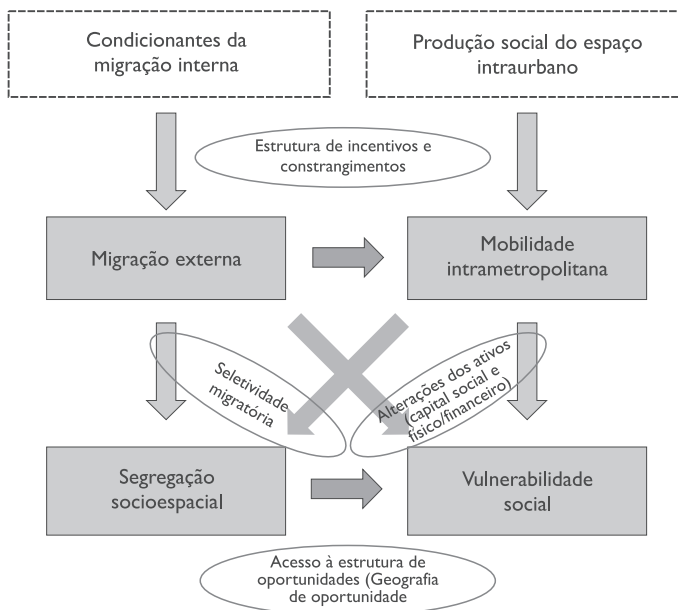
Ou seja, vulnerabilidade e segregação poderiam encontrar um nexos na medida em que o espaço geográfico ocupado pelas pessoas ou famílias lhes dificultaria (ou facilitaria) o acesso às oportunidades existentes na metrópole, fossem estas dadas pelo mercado, pelo Estado ou mesmo pela comunidade.

O diagrama abaixo esquematiza a presente proposta de articulação entre mobilidade espacial (ou residencial), segregação e vulnerabilidade. Note-se que sob os títulos “condicionantes da migração interna” e “produção social

do espaço” – propositalmente deixados em caixas tracejadas – estariam todos os elementos estruturais que interferem na migração para e dentro da metrópole os quais, embora centrais para o entendimento do fenômeno, não são objeto desse estudo.

Essa proposta busca mostrar, portanto, não apenas o impacto que a “decisão” de migrar tem sobre ambos os fenômenos, mas também que existe uma sorte de reforço do efeito da migração sobre a vulnerabilidade social via segregação socioespacial.

**DIAGRAMA I** - Relação entre mobilidade espacial, segregação e vulnerabilidade



As considerações e reflexões apresentadas acima refletem uma tentativa de síntese de uma experiência de investigação que, guiada pela noção de vulnerabilidade, também considerou dois elementos centrais e constitutivos da dinâmica sócio-demográfica das metrópoles: a segregação e a mobilidade espacial da população. Boa parte das proposições que constam deste texto derivam-se de constatações empíricas, realizadas em vários estudos já divulgados (CUNHA et al., 2006; CUNHA, 2009; CUNHA; JAKOB, 2010; CUNHA, 2009; CUNHA et al., 2009; AZEVEDO, 2009) e que foram resumidas em Cunha (2011).

## Comentários finais

Este ensaio teve como principal motivação apresentar algumas reflexões sobre as possíveis relações entre a mobilidade espacial da população, a segregação socioespacial e vulnerabilidade social. Sem a pretensão de ser conclusivo ou definitivo, o conjunto de proposições aqui apresentado representa um processo de construção de relações entre fenômenos sabidamente interconectados e que possuem impacto relevante sobre a dinâmica e desenvolvimento das aglomerações urbanas, em particular as metropolitanas.

A mobilidade espacial, de maneira geral, e a migração, em particular, estão atreladas à estruturação das grandes metrópoles brasileiras, sendo não apenas efeitos, mas, às vezes, até causas desse processo. Assim, além de questão central para se entender o crescimento muitas vezes caótico e pouco regulado (pelo estado) das cidades, esse fenômeno também pode ser visto como elemento importante para se entender tanto as tendências da segregação socioespacial de população, quanto à constituição da condição de vulnerabilidade das pessoas, especialmente com relação ao risco da pobreza e exclusão social.

Do ponto de vista da vulnerabilidade dos cidadãos metropolitanos à pobreza, esta não se expressa apenas pela precariedade como os indivíduos se inserem no mercado de trabalho, ou como são considerados pelo poder público em termos das prioridades para suas ações e investimentos. Tal vulnerabilidade também é influenciada pelo lugar onde vivem estas pessoas já que como mostram estudos anteriores (CUNHA et al., 2009; CUNHA; JAKOB, 2010), a localização na cidade ou região tem efeito sobre o acesso bens e serviços públicos, e as demais oportunidades oferecidas pelas grandes metrópoles a seus cidadãos e cidadãs.

Assim, considerar que mobilidade, segregação e vulnerabilidade possuem nexos claros implica em reconhecer que dificilmente será possível interferir em uma sem que se tenha presente as outras duas. Significa também mostrar que a dinâmica demográfica, embora não possa ser considerada como definidora ou determinante das situações da vulnerabilidade da população, certamente pode ser uma chave interessante a partir da qual seja possível

melhor conhecer as trajetórias e mecanismos que levam pessoas e famílias à pobreza.

Esse ensaio surge de uma longa e coletiva experiência de pesquisa que, embora tendo chegado ao seu final, definitivamente não que se esgotou, particularmente no que diz respeito às inquietações que suscitou e que não puderam ser adequadamente tratadas por falta de tempo ou por falta de informações adequadas. Muitas destas inquietações fazem parte deste ensaio que permite vislumbrar novos e complementares caminhos para melhor se compreender a dinâmica sociodemográfica e as consequências do crescimento e expansão metropolitanos sobre a vida das pessoas.

## Referências

ARANHA, V.A migração na Metrópole Paulista. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.10, n.2, 1996.

AZEVEDO, S.J.S. **Segregação e oportunidades de acesso aos serviços básicos de saúde em Campinas: vulnerabilidades sociodemográficas no espaço intra-urbano**. 2009. 219f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte:ABEP, 2008.

\_\_\_\_\_. Região, Metrópole e Interior: espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes, Brasil, 1980-1996. **Texto NEPO 35**, Campinas, NEPO/UNICAMP, 2000.

BALÁN, J. Urbanização, migrações internas e desenvolvimento regional, notas para discussão. In: MOURA, H. A. (Org.). **Migrações internas: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, v.1, 1980.

\_\_\_\_\_. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico - comparativa. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.5, 1973.

BONDUKI, N. J.; ROLNIK, R. Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. **Cadernos de Estudos e Pesquisas**, São Paulo, PRODEUR/USP, n.2, 1979.

\_\_\_\_\_. “Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente da reprodução da força de trabalho”. In: MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa e da cidade no Brasil industrial**. São Paulo:Alfa- Ômega, 1982.

BOURDIEU, P. Efeitos de lugar. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 2003.

BRITO, F. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000.

CUNHA, J. M. P. Mobilidade espacial, vulnerabilidade e segregação socioespacial: reflexões a partir do estudo da RM de Campinas, 2007. **Notas de Población**, Santiago de Chile, n.93, 2011.

\_\_\_\_\_; JAKOB, A. A. E. Segregação socioespacial e inserção no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Campinas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.27, n.1, jan./jun.2010.

\_\_\_\_\_. (Org.). **Sumário de dados de Região Metropolitana de Campinas**. Campinas, NEPO/UNICAMP, 2009. Disponível em: <[www.nepo.unicamp.br/vunerabilidade](http://www.nepo.unicamp.br/vunerabilidade)>.

\_\_\_\_\_. Intra-metropolitan mobility, social networks, and vulnerability: a study of the metropolitan region of Campinas in São Paulo, Brazil. In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE DA INTERNATIONAL UNION FOR THE SCIENTIFIC STUDY OF POPULATION (IUSSP), 26., 2009, Marrakech, Morocco. **Anais...** Liège: IUSSP, 2009.

\_\_\_\_\_ et al. Social segregation and academic achievement in state-run elementary schools in the municipality of Campinas, Brazil. **Geoforum**, Inglaterra, v.40, n.5, sep. 2009.

\_\_\_\_\_; BAENINGER, R. Las migraciones internas em el Brasil Contemporáneo. **Notas de Población**, Santiago de Chile, n.82, 2007.

\_\_\_\_\_; Migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. **Parcerias Estratégicas**. Brasília, n. 22, p.381-439, jun. 2006.

\_\_\_\_\_ et al. Expansão metropolitana, mobilidade espacial e segregação nos anos 90: o caso da RM de Campinas. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

\_\_\_\_\_; JIMENEZ, M.A. Segregação e acúmulo de carências: localização de pobreza e condições educacionais na Região Metropolitana de Campinas. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

\_\_\_\_\_; FONSECA, R. B. **Campinas Metropolitana: diversidades socioespaciais**. Campinas, NEPO/NICAMP, 2005.



\_\_\_\_\_; Aspectos Demográficos da Estruturação das Regiões Metropolitanas Brasileiras. In: HOGAN, D.J. et al. (Org.). **Migração e Ambiente nas Aglomerações Urbanas**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_; OLIVEIRA, A. A. B. População e espaço intra-urbano em Campinas. In: HOGAN, D. J. et al. (Org.). **Migração e ambiente nas aglomerações urbanas**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001.

\_\_\_\_\_. La movilidad intrarregional en el contexto de los cambios migratorios en Brasil en el período 1970-1991: el caso de la Región Metropolitana de São Paulo. **Notas de Población**, Santiago de Chile, n.70, 2000.

\_\_\_\_\_; JAKOB, A. A. E. Quem entra e quem sai na Região Metropolitana de São Paulo: uma análise dos impactos da migração no perfil da população residente. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2, 2000, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP/CEDEPLAR-UFMG, 2000. Disponível em: <[http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno\\_id=458&nivel=3](http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?caderno_id=458&nivel=3)>. Acesso em: jan. 2010.

\_\_\_\_\_. **Mobilidade populacional e expansão urbana**: o caso da Região Metropolitana de São Paulo. 1994. 283f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

DOTA, E. M. **Migração na RM de Campinas**: produção do espaço urbano e impactos sociais. 2011. 117f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FLORES, C. et al. **Residential segregation and risk of unemployment**: labor trajectories of heads of households from social housing projects in Santiago-Chile. Austin: Lilas Cluster on Social Policy, University of Texas at Austin, 2008. (Trabalho Apresentado no Seminário - Urban Segregation en Labor in the Americas).

\_\_\_\_\_. Conseqüências da segregação residencial: teoria e métodos. In: CUNHA, J.M.P.(Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas**: população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

GALSTER, G.; KILEN, S. The geography of metropolitan opportunity: a reconnaissance and conceptual framework. **Housing Policy Debate**, US, v.6, n.1, 1995.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. Edusp, São Paulo, SP, 1993.

JENKS, C.; MAYER, S. The consequences of growing up in a poor neighborhood. In: LYNN JR., L. E.; McGEARY, M. G. H. (Ed.). **Inner - city poverty in the United States**. Washington: National Academy Press, 1990.

KAZTMAN, R. **Territorio y empleo:** circuitos de realimentación de las desigualdades en Montevideo. Austin: Lilas Cluster on Social Policy, University of Texas at Austin, 2008. (Trabalho Apresentado no Seminário - Urban Segregation in Labor in the Americas).

\_\_\_\_\_; FILGUEIRA, F. As normas como bem público e privado: reflexões nas fronteiras do enfoque “ativos, vulnerabilidade e estrutura de oportunidades” (AVEO), In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas:** população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

\_\_\_\_\_. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la CEPAL,** Santiago de Chile, n.75, dec.2001.

\_\_\_\_\_ et al. **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay.** Santiago de Chile: OIT, 1999a. (Documento de Trabajo, 107).

\_\_\_\_\_ (Coord.). **Activos y estructura de oportunidades:** estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Uruguay: CEPAL/Oficina de Montevideo, 1999b.

KOWARICK, L. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos Cebrap,** São Paulo, n.63, 2002.

\_\_\_\_\_. Cidade e cidadania, cidadão privado e subcidadão público. **São Paulo em Perspectiva,** São Paulo, v.5, n.2, abr./jun. 1991.

\_\_\_\_\_. **A espoliação urbana.** São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LAGO, L. C. **Estruturação urbana e mobilidade espacial:** uma análise das desigualdades socioespaciais na Metrôpole do Rio de Janeiro. 2000. 254f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade de São Paulo, São Paulo.

LOPES, J. R. B. Desenvolvimento e migrações: uma abordagem histórico-estrutural. **Cadernos CEBRAP,** n.5, São Paulo, CEBRAP, 1973.

MARICATO, E. **Metrôpole na periferia do Capitalismo.** Estudos Urbanos, Editora Hucitec, SP, 1996.

MARQUES, E. **Redes sociais e pobreza em São Paulo.** 2007. 176f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: \_\_\_\_\_; TORRES, H. (Org.). **São Paulo:** segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.

MASSEY, D. et al. **Return to aztlán.** Berkeley: University of California Press, 1987.

MATOS, R. E. S. A desconcentração populacional em Minas Gerais e as mudanças na Região-Core. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1994.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios anos 80: novos padrões. In: PATARRA, N. L. et al (Org.). **Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980-1993**. Campinas: IE/UNICAMP, 1997.

RIBEIRO, L. C. Q. – Incorporação Imobiliária: características, dinâmica e Impasses. IN: RIBEIRO, L. C. Q. e AZEVEDO, S. **A Crise das Moradias na Grande Cidade**, RJ, UFRJ, 1996.

\_\_\_\_\_; LAGO, L. **Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo centro/periferia em questão**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da UFRJ, 1994.

RIGOTTI, J. I.; RODRIGUES, R. N. Distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1994.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RODRIGUEZ, J. Paradojas y contrapuntos de dinámica demográfica metropolitana: algunas respuestas basadas en la explotación intensiva de microdatos censales. In: De MATTOS, C.; HIDALGO, R. (eds.). **Santiago de Chile: movilidad espacial y reconfiguración metropolitana**. Santiago de Chile, Universidad Católica de Chile, 2007.

RODRIGUES, M. **Mudanças na segregação espacial em Campinas e influência sobre as redes sociais de pobres urbanos**. 2009. 119f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SAMPSON, R.J.; RAUDESNBUSH, S.; EARLS, F. Community structure and crime: testing social-disorganization theory. **The American Journal of Sociology**, 94, 1987.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996. (Coleção Estudos Urbanos, n.5).

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: \_\_\_\_\_. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOBREIRA, D. P.; CUNHA, J. M. P. A metrópole e seus deslocamentos populacionais cotidianos: o caso da mobilidade pendular na Região Metropolitana de Campinas em 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12, 2007, Belém. **Anais...** Pará: ANPUR, 2007.

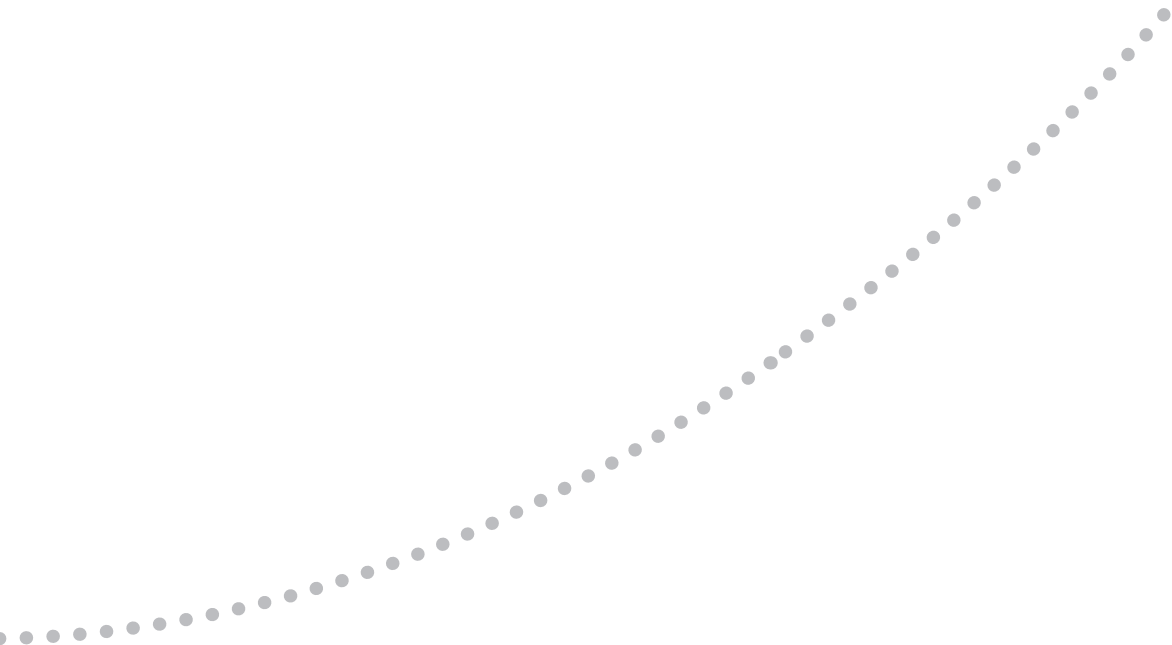
TORRES, H. G. et al. Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n.47, jan./abr.2003.


TORRES, H.G.; FERREIRA, M.P.; GOMES, S. Educação e segregação social: Explorando o efeito das relações de vizinhança. In E. Marques and H. Torres (eds.), **São Paulo: Segregação, pobreza e desigualdade**. São Paulo: Editora do Senac, 2005.

\_\_\_\_\_; MARQUES, E. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno metropolitano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Recife, n.4, 2001.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP/ Lincoln Institute, 1998.

WILSON J. (1987). **The Truly Disadvantaged**. The University of Chicago Press, 1987.





## VII. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas

José Irineu Rangel Rigotti

### **Antecedentes**

No contexto demográfico do Brasil contemporâneo, taxas de fecundidade cada vez mais baixas diminuem constantemente o crescimento natural, fazendo com que os movimentos migratórios adquiram cada vez mais importância relativa na redistribuição espacial da população. Mas nunca é demais lembrar que em um País de dimensões continentais e marcantes desigualdades, o próprio crescimento natural da população é extremamente heterogêneo entre as regiões. Assim, a divulgação dos resultados da amostra do Censo Demográfico 2010 certamente representará um momento fundamental para o detalhamento da dinâmica demográfica atual.

Em relação às migrações, estas sofreram grandes alterações na segunda metade do século XX. Os anos 1950 foram uma época de longos percursos entre a origem e o destino dos migrantes de todo o País, que partiam de áreas rurais estagnadas ou em franco processo de modernização, com concentração fundiária, para as regiões metropolitanas, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro. Esta foi a década de maior crescimento urbano

do Brasil, alimentado pelo grande crescimento natural da população, principalmente das áreas rurais.

O crescimento acelerado e concentrado das grandes cidades do Sudeste suscitou preocupações geopolíticas, levando o regime militar dos anos 1960 a incentivar a ocupação de extensas áreas da Amazônia Legal. Grandes projetos de colonização agrícola e a exploração mineral induziram uma ocupação despreocupada com a sustentabilidade e peculiaridades ambientais da região, o que gerava alta mobilidade populacional, uma vez que, esgotado os recursos naturais, novas terras eram ocupadas e desbravadas.

Os processos de crescimento das grandes cidades, concomitantes à ocupação da fronteira agrícola e mineral da Amazônia, se prolongaram nos anos 1970. Os conflitos sociais se aprofundaram no campo e nas cidades, em um contexto de luta pela posse da terra, cada vez mais concentrada e excludente. As favelas e os loteamentos irregulares cresciam vertiginosamente nas grandes metrópoles; por outro lado os colonos ou trabalhadores das áreas minerais não detinham a tecnologia e a qualificação necessárias para o manejo dos recursos naturais, e sem condições de fixação ficavam expostos aos grileiros.

Até esta década era comum, entre os demógrafos, considerar a população como fechada, isto é, com movimentos de entrada e de saída do Brasil relativamente inexpressivos frente ao montante da população nacional, mas a partir daquela data ocorreram perdas líquidas de população, cujas cifras são difíceis de estimar, devido à falta de dados confiáveis.

Internamente, muitas mudanças se consolidaram durante e após a década de 1980. Movimentos migratórios volumosos e de longa distância mudavam de sentido e muitos daqueles que vieram para as grandes metrópoles, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, retornavam aos seus estados de nascimento. Municípios-sede de grandes Regiões Metropolitanas continuaram a perder população para o seu entorno. Algumas destas regiões consolidadas até davam sinais de arrefecimento daquele forte poder de atração sobre as áreas mais pobres do país, característicos da fase de intensa industrialização e urbanização dos anos 1950 e 1960.

Os anos 1990 e o início do novo milênio testemunharam a consolidação de antigas áreas de fronteira agrícola e mineral - que coincide grosseiramente

com aquilo que ficou conhecido através da mídia como “Arco de Fogo”, “Arco do Desmatamento” ou “Arco das Queimadas”, um cinturão de 300 a 500 km de largura, abrangendo aproximadamente 500 mil km<sup>2</sup>, que se prolonga pelos eixos Cuiabá-Porto Velho, Cuiabá-Sinop-Guarantã do Norte, Palmas-Imperatriz-São Luiz, Belém-Manaus, além de pólos regionais, como Santarém, Marabá e Parauapebas (BECKER, 2007). Para Berta Becker (2007), estes termos não fazem justiça ao dinamismo desta região, e seria mais apropriado denominá-la de “Arco de Povoamento”, dada a consolidação de uma economia baseada, principalmente, em uma agricultura cada vez mais desenvolvida.

A difusão do crescimento populacional a partir de muitas regiões metropolitanas continuou, especialmente a de São Paulo, onde seu raio de abrangência extrapolou até mesmo as fronteiras do estado. Paralelamente, ocorreu o fortalecimento de várias cidades médias na rede urbana do País, muitas delas recebedoras de uma população que outrora se dirigia para as grandes metrópoles. Estas tendências parecem ter sido corroboradas pelos resultados preliminares do Censo Demográfico 2010, que aponta para o oeste e norte do Brasil como sendo as regiões de maior crescimento populacional do período.

Analisando dados mais recentes das PNADs, Baeninger (2008) sintetiza as transformações e principais tendências dos fluxos migratórios brasileiros. Para a autora, neste início de milênio o País redefine seus pólos, que passam a ser caracterizados mais como áreas de retenção de migrantes, ao invés de áreas de atração de longa permanência:

É nesse sentido, que se pode observar nas migrações nacionais do período 2001-2006 uma faixa que se estende do Mato Grosso passando por Goiás, Tocantins, Maranhão e Piauí até o Pará, as maiores áreas de retenção migratória.

Já o outro corredor da migração nacional é historicamente conformado pelos fluxos Nordeste-Sudeste, e agora pelos seus refluxos Sudeste-Nordeste, onde transitam os volumes mais elevados da migração do país, com intensas áreas de rotatividade migratória, mas com *especialidades migratórias em âmbito subregional*, como são os casos de Minas Gerais, Bahia e São Paulo (BAENINGER, 2008).

Estas amplas transformações dos movimentos migratórios brasileiros em um período histórico relativamente curto demandaram grande esforço em relação à interpretação e análise das informações disponíveis, como se verá nas próximas seções.



## **Breves comentários sobre a evolução das informações sobre migrações**

Os dados sobre migrações e suas análises refletem e são reflexo do contexto e das tendências da mobilidade espacial da população, além das possibilidades técnicas de coleta e disseminação. Por exemplo, na fase do volumoso êxodo rural e das distantes origens e destinos dos fluxos, os estudiosos no Brasil se preocuparam, em grande parte, com os saldos migratórios e com as taxas líquidas de migração. De fato, as estatísticas são sempre exorbitantes, chegando a registrar perdas de mais de 13,6 milhões de pessoas nas áreas rurais do País, entre 1960 e 1970 (CARVALHO; GARCIA, 2002).

Sem a pretensão de citar todos os trabalhos que consolidaram a ampla literatura sobre o tema de migrações no Brasil (o que foge ao escopo deste capítulo), a título de exemplo, pode-se mencionar alguns autores - muitos deles embasados no modelo histórico-estrutural - como Paul Singer (1977; 1978), Douglas H. Graham e Sérgio Buarque de Holanda Filho (1970); Milton da Mata (1973), registrados na antológica obra organizada por Hélio A. de Moura (1980).

Esta também foi uma fase durante a qual alguns autores enfatizaram e procuraram entender as formas de absorção e seletividade que atuavam sobre os imigrantes, principalmente aqueles que chegavam às grandes metrópoles. São exemplos desta preocupação os trabalhos de Brito e Merrick (1974), além de Martine e Peliano (1978).

Os saldos migratórios eram mensurados de duas formas, indireta ou diretamente. Em relação à primeira, a idéia é tomar a população base em uma data censitária e projetá-la na data de um censo seguinte, utilizando apenas as componentes do crescimento natural, isto é, fecundidade e mortalidade. A diferença entre esta população esperada e a população de fato observada no segundo censo seria resultante do saldo migratório líquido do período. As estimativas estão sujeitas, pois, a adequação de funções de mortalidade e fecundidade, podendo variar de acordo com os níveis e padrões etários adotados. Além disso, para a população que nasce durante o período intercensitário torna-se necessário separar aquilo que se deve ao efeito direto e

ao efeito indireto da migração - este último refere-se aos filhos de migrantes nascidos no local de destino.

A forma de se mensurar os saldos migratórios diretamente depende dos quesitos sobre migrações disponíveis nos censos demográficos. A época de alto crescimento natural e dos grandes fluxos rural-urbanos dos anos 1950 foi revelada pelo Censo Demográfico 1960. Este registrou apenas a naturalidade da pessoa (UF ou país estrangeiro), nacionalidade (brasileiro nato, naturalizado ou estrangeiro), a procedência apenas dos naturais (rural ou urbana), o tempo de imigração e lugar de residência anterior (UF ou país estrangeiro).

Assim como o lugar de nascimento, o lugar de última residência isoladamente não possui uma referência temporal. Pessoas que migraram há muitos anos atrás estarão classificadas juntamente com aquelas que se mudaram há pouco tempo. Não obstante, uma diferença do quesito lugar de última residência em relação ao lugar de nascimento é que o primeiro reflete o movimento direto entre lugares, enquanto o segundo ignora todo movimento intermediário entre a saída do local de nascimento e a chegada no lugar de residência na data do censo.

A combinação dos quesitos lugar de última residência e duração de residência torna a análise migratória muito mais rica, uma vez que as coortes e os fluxos de migração podem ser identificados, assim como o período da migração pode ser estudado. Um censo que contenha informações sobre lugar de nascimento e lugar de última residência, além de duração de residência, permite o conhecimento parcial das etapas migratórias.

Com estes quesitos é possível mensurar os a migração acumulada ocorrida entre o lugar de nascimento e o lugar de residência, assim como as trocas migratórias de última etapa, ou seja, os ganhos ou as perdas populacionais entre pares de UF. No entanto, o fato de os quesitos de migração serem direcionados apenas aos naturais da UF limitava bastante a análise, uma vez que se excluía a migração de retorno para a UF. De certa forma, esta limitação associada ao fato de só haver informação no nível de UF expressa a preocupação maior da época, isto é, a ênfase nos grandes fluxos de pessoas das áreas rurais para as metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo.

O Censo Demográfico 1970 é parecido com anterior. Nele se perguntou a nacionalidade, naturalidade (UF ou país), tempo de residência na UF e no

município, UF de residência anterior e situação de residência anterior (rural ou urbana). Mas permanece a limitação do censo de 1960, pois só respondem os quesitos sobre migrações aqueles que não são naturais do município - portanto, perde-se parte da informação sobre a migração de retorno.

Esta limitação só foi superada no Censo Demográfico 1980, que representou um grande avanço em relação aos anteriores, pois perguntou se a pessoa havia realizado migração intramunicipal entre os setores rurais e urbanos, além do nome do município de residência anterior para todos aqueles que residiam há menos de dez anos no município - e não apenas para os não naturais, como nos censos anteriores. Como também foi indagado o tempo de residência (no município e na UF), dispunha-se de quase todos os quesitos então recomendados pela Organização das Nações Unidas - lugar de nascimento, duração de residência e lugar de última residência. Além disso, foi este censo que incorporou o quesito sobre migração intramunicipal, segundo situação do domicílio, urbano ou rural.

Apesar da enorme importância da inclusão gradual das informações diretas sobre as migrações, o uso exclusivamente destes quesitos requer muita atenção, decorrente do fato de não se saber onde a pessoa residia no início do período sendo considerado. O balanço líquido do volume de migrantes acumulados pelo quesito de naturalidade pode ser muito diferente do saldo líquido intercensitário, como no caso de uma área perdedora de população no passado que se torna ganhadora nos períodos atuais, ou vice-versa. Várias trajetórias intermediárias não são captadas, entre elas a migração de retorno.

Em menor medida, este problema também ocorre quando da utilização da informação de última etapa, colhida entre aqueles que moram há menos de dez anos no município. Aparentemente, pode parecer que não haveria grandes diferenças entre o balanço das trocas de imigrantes e emigrantes de última etapa e os saldos líquidos migratórios da década inter-censitária. Mas este pode não ser o caso.

Conceitualmente, o imigrante do saldo migratório líquido será aquele que não residia na região de estudo no início do período, mas se mudou para lá e sobreviveu até a segunda data, quando foi recenseado. O emigrante será o indivíduo que residia na região, no período inicial, se mudou de lá e não voltou, permanecendo no lugar de destino até o segundo período.

Em momentos históricos de grande mobilidade, as trocas líquidas auferidas pela informação de última etapa podem ser muito diferentes do verdadeiro saldo migratório entre as datas censitárias. Por exemplo, uma região de atração populacional muitas vezes é também caracterizada por muita emigração daqueles que ali tentam a sorte, mas não conseguem se manter no local - ainda que o saldo daqueles que entraram e daqueles que saíram entre as duas datas e sobreviveram seja positivo. Como os emigrantes que entraram e saíram entre as duas datas - “não se adaptaram” - constarão da informação de última etapa, estes emigrantes subestimam o verdadeiro saldo líquido. Este era o caso do Estado de São Paulo nos anos 1970, cujo saldo por técnica indireta de mais de três milhões de pessoas (dependendo da Tábua de Vida adotada) se reduzia para menos de dois milhões de indivíduos, quando estimado pela informação de última etapa (RIGOTTI, 1999).

Exemplo oposto é aquele de áreas de perdas líquidas de população, onde a imigração de retorno também ocorre com frequência. Os imigrantes que saem e retornam à região durante as datas censitárias não estarão incluídos entre os imigrantes do saldo migratório líquido, mas sim entre aqueles da informação de última etapa, inflando artificialmente os saldos. Este foi o caso de Minas Gerais também nos anos 1970, quando os saldos migratórios negativos de 1,2 milhões de pessoas, estimados indiretamente, se reduziam para metade, ou seja, para pouco mais de 600 mil pessoas, quando estimados pela informação de última etapa (RIGOTTI, 1999).

Sobre este aspecto, Martine (1984) comentou a magnitude dos erros de estimação, ao analisar as discrepâncias entre os volumes de migrações rural-urbanas. Algumas passagens deste texto deixam clara a necessidade de muito cuidado no tratamento dos dados. Conforme salientava o autor, “os dados de 1970 permitiram, pela primeira vez no Brasil, uma leitura direta da dimensão do fluxo migratório decenal entre áreas urbanas e rurais” (p.1032). Contudo, ao contrário do que muitos autores discutiam teoricamente, a informação direta revelou “uma superioridade avassaladora dos movimentos urbano-rurais”. Apesar de esta superioridade ter se reduzido no decênio seguinte, os fluxos urbano-urbanos ainda assim correspondiam a metade daqueles com até nove anos de residência.

Por outro lado, a comparação com estimativas indiretas de saldos migratórios indicavam enormes discrepâncias:

Esse hiato é particularmente alargado no que diz respeito à década de 60, pois os dados diretos apresentam um saldo líquido de apenas 1.7 milhões de migrantes rural-urbanos, enquanto que as estimativas indiretas indicam que teria havido em torno de 13.5 milhões desses imigrantes. Para a década de 70, a discrepância é um pouco menor, mas ainda é muito significativa (de 5 milhões nos dados diretos para 15.5 milhões nas estimativas indiretas (MARTINE, 1984, p.1034).

Apesar de haver algumas possíveis explicações para essas discrepâncias, tais como erros de declaração e possíveis mudanças de limites das categorias rural-urbanas, o autor corretamente creditou às diferenças básicas de conceito (tal como analisado anteriormente neste texto) e à omissão de certas subcategorias de migração rural-urbana as principais explicações para aquelas grandes divergências de mensuração.

Segundo Martine, a omissão das migrações rural-urbanas intra-municipais era uma hipótese que alguns autores já haviam levantado para explicar as divergências. Além do próprio autor, entre eles se destacavam os trabalhos de Carvalho (1982) e Madeira e Castro (1978).

Assim, o número de pessoas 'naturais' do município que mudaram de quadro domiciliar dentro do município, segundo o Censo de '80, alcança 7.551 mil, número equivalente a 6.3% da população total (estes números não incluem os migrantes de retorno). Por outro lado, dos 'migrantes' (i.e. - não naturais do município), 3.827 mil haviam também mudado de quadro domiciliar, pelo menos uma vez, depois de sua chegada no atual município de residência; isto equivale a 8,3% de todos os migrantes intermunicipais (p.1037).

O Censo Demográfico de 1991 trouxe avanços importantes, pois manteve todos os quesitos do anterior e ainda trouxe novidades: perguntou o nome do município, a situação do domicílio e a UF (ou país) de residência em 1º de setembro de 1986, exatamente cinco anos atrás. Assim, neste censo foram incluídos praticamente todos os quesitos mais importantes sobre migrações internas.

O quesito data fixa difere da informação de última etapa porque o lugar de origem do primeiro refere-se ao local de residência no início do intervalo, por exemplo, em 1º de setembro de 1986, no Censo de 1991, e não ao local de residência imediatamente anterior à última migração, que é diferente

daquele da data fixa, caso tenha ocorrido mais de uma etapa migratória no período. Algumas das vantagens deste quesito é que ele permite o cálculo de todas as medidas convencionais da migração: imigrantes, emigrantes e saldo migratório. Além disso, os lugares de origem e destino são conhecidos, o período dentro do qual ocorre a migração é bem determinado e o conceito de migrante é facilmente compreendido.

O fato de o Censo Demográfico 1991 ter mantido todos os quesitos do Censo de 1980 e ainda incluir a informação de data fixa fez dele o mais completo até então. Permitiu um estudo inédito das etapas do País, além de avanços para a estimação da emigração internacional.

Além de potencializar os estudos das etapas migratórias, a coexistência dos quesitos de última etapa e data fixa permite reconstituir a população no início do período quinquenal e fazer inferências sobre a emigração internacional. Estas possibilidades vieram em um momento de mudanças em relação aos fluxos, com emergência de novas “*espacialidades migratórias em âmbito subregional*” (BAENINGER, 2008).

O Censo Demográfico 2000 quebrou a série de contínuos avanços, pois deixou de perguntar o último município de residência (um retrocesso em relação aos dois censos anteriores), embora tenha mantido os outros quesitos do Censo 1991. Assim, a análise das etapas migratórias ficou comprometida. Os estudos das coortes de migrantes, segundo local de destino, ainda são possíveis com este censo, mas o nível de agregação da procedência é apenas a UF. Isso foi particularmente limitante quando se leva em conta que os fluxos migratórios brasileiros no final do século passado foram essencialmente regionalizados e não mais de longa distância como ocorrera no período de rápida industrialização e urbanização, a partir da década de 1950.

Felizmente, o Censo Demográfico 2010 voltou com a informação de última etapa contendo a origem municipal, manteve a mesma informação de data fixa e incluiu um quesito de emigração internacional - pergunta-se se alguma pessoa do domicílio estava morando no exterior, a data de nascimento desta pessoa, o ano da última partida e o país de residência. Percebe-se que com os dados do Censo Demográfico 2010 e toda a série histórica de censos disponíveis, muitos estudos poderão - e deverão - ser realizados nesta nova década.

## O que ainda necessitamos?

Apesar dos inegáveis avanços tanto na incorporação e aperfeiçoamento da informação censitária, quanto nas técnicas de análise, ainda é possível avançar em algumas questões. Sem nenhuma pretensão de se elencar todos os aspectos da migração dignos de serem desenvolvidos nesta década, pelo menos alguns merecem menção: o aprofundamento dos estudos sobre a estrutura etária dos migrantes, o uso de outras fontes de dados, a incorporação das técnicas de análise espacial e maior preocupação com a divulgação dos resultados de pesquisas para um público não especializado em demografia.

### *Estudos sobre a estrutura etária dos migrantes*

Dado o contexto da transição demográfica e as alterações dos movimentos populacionais das últimas décadas, os efeitos do processo de envelhecimento certamente serão cada vez mais pronunciados, uma vez que a grande maioria dos migrantes são adultos jovens. Apesar da redução da fecundidade e consequente diminuição do ritmo de crescimento populacional, algumas simulações simples elaboradas em Rigotti (2008) sugerem que o número absoluto de migrantes tende a aumentar nas próximas décadas, desde que este contingente acompanhe o crescimento da população em idade ativa. Este é apenas um exemplo de que análises levando em conta, explicitamente, a estrutura etária são mais do que bem-vindos, são urgentes.

No Brasil, são relativamente poucos os estudos aplicando as ideias de Rogers, Castro e Jordan. Um trabalho muito promissor, ainda que incipiente, foi desenvolvido por Caetano, em 2005. Nele, o autor estabelece curvas padrão de migração para o Brasil, aplicando três métodos propostos por Rogers et al. (2003).

Outros exemplos que podem ser citados são Jannuzzi (1997) e Jannuzzi e Jannuzzi (1998). Os autores procuram mostrar como o uso de taxas-modelo de migração pode contribuir para o delineamento de cenários migratórios alternativos para a Região Administrativa de Campinas.

Amaral e Fígoli também se dedicaram à aplicação de modelos multirregionais, ora para testar a hipótese de mudança de direção dos fluxos migratórios, de grandes cidades para cidades menores (AMARAL, 2002); ora

para discutir os procedimentos metodológicos para obtenção de indicadores de nível e padrão de movimentos migratórios (AMARAL; FÍGOLI, 2004).

Enfim, a breve revisão da evolução dos quesitos censitários sobre migrações, bem como das técnicas de mensuração, sem nenhuma preocupação de ser exaustiva, deixa evidente a predominância dos trabalhos baseados nas informações dos censos demográficos. Isso é compreensível, haja vista a necessidade de ampla cobertura e de desagregação geográfica. No entanto, a utilização de novas fontes de dados pode preencher lacunas da informação censitária: grande interstício entre censos; avaliação parcial das etapas migratórias e inexistência de questões quanto aos motivos da migração.

Em relação a este último aspecto, apenas *surveys* específicos dão conta de aprofundar o conhecimento do processo migratório a este ponto. No entanto, o alto custo pesa contra este tipo de pesquisa. Outras opções menos utilizadas podem ajudar a preencher certas lacunas.

#### *RAISMIGRA, Pesquisas de Origem e Destino e Censos Escolares*

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego:

A RAISMIGRA é uma base de dados derivada do registro administrativo Relação Anual de Informações Sociais - RAIS - e visa o acompanhamento geográfico, setorial e ocupacional da trajetória dos trabalhadores ao longo do tempo. A base está organizada de forma longitudinal, permitindo a realização de estudos de mobilidade, duração e reinsersão de indivíduos no mercado de trabalho, o que não é permitido pela base RAIS convencional, que está organizada por ano de referência da declaração dos vínculos (Disponível em: <[http://www.mte.gov.br/pdet/o\\_pdet/produtos/BD\\_estatisticas.asp](http://www.mte.gov.br/pdet/o_pdet/produtos/BD_estatisticas.asp)>. Acesso em: 25/06/2011).

Uma das vantagens desta base de dados é que ela pode ser acessada via internet, além de DVD-ROM. O modelo “PAINEL” permite, entre outras coisas, estudos da mobilidade geográfica do indivíduo no mercado de trabalho formal. Apesar desta restrição - informações apenas sobre o mercado de trabalho formal - esta é uma fonte de informações com grande potencial de pesquisa, ainda muito pouco explorada. Uma das exceções é o trabalho de Ferreira (2006), cujo objetivo era investigar as relações entre migrações e as “novas territorialidades”. Parte desta dissertação de mestrado estuda a mobilidade geográfica de trabalhadores no mercado formal entre 1995 e 2000, a partir da RAISMIGRA.



Várias regiões metropolitanas do Brasil realizam, com certa frequência, pesquisas conhecidas como Origem/Destino, ou simplesmente Pesquisas OD. Apesar da maioria destas pesquisas focar os sistemas de transportes, os estudos demográficos podem usufruir de seus resultados. No Brasil, a primeira Pesquisa OD foi realizada em 1967, na Região Metropolitana de São Paulo e tinha como objetivo a coleta de dados para projetos e estudos da rede básica de metrô. A partir de então, tornou-se uma ferramenta fundamental para o planejamento urbano e o padrão de mobilidade da população, sendo repetida de 10 em 10 anos - 1977, 1987, 1997 e 2007. Em 2002, houve outra pesquisa denominada “Auferição da Pesquisa Origem e Destino”, com uma amostra menor e unidades geográficas mais agregadas.

No entanto, algumas das limitações destas pesquisas no Brasil são as incompatibilidades das unidades geográficas de um ano para o outro e o acesso restrito às bases de dados. Entretanto, as vantagens para o estudo da mobilidade espacial da população valem o esforço para a obtenção dos dados. O caso da Pesquisa OD da Região Metropolitana de Belo Horizonte é ilustrativo. Uma de suas grandes vantagens é possibilitar a análise tanto das migrações quanto dos movimentos pendulares, pois ela contém as características domiciliares (tipo de residência, valores de aluguel, número de moradores, renda, etc.), o tempo de residência no domicílio, tempo de residência na RM e endereço de residência anterior na RM. Todos os movimentos podem ser estudados segundo as características socioeconômicas dos indivíduos e suas famílias, tais como sexo, idade, rendimento, ocupação e muitos outros.

Em relação aos censos escolares<sup>1</sup>, até 2006 sabia-se apenas o número de alunos de cada escola que vieram de fora, isto é, estavam em outra escola no ano anterior, mas não havia nenhuma informação sobre a localidade da escola de procedência. A partir do Censo Escolar de 2007, a unidade mínima de análise deixou de ser a escola e passou a ser o aluno - que recebe um código de identificação, sendo possível acompanhar sua trajetória ano a ano. Assim, tornou-se possível identificar a nacionalidade do aluno ou a UF e município de nascimento (informação inexistente nos censos demográficos), a UF e município de residência e a localização/zona de residência - urbana ou rural.

---

<sup>1</sup> Para maiores informações ver: Disponível em: <[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)>.

Também há informações sobre a UF e município da escola em que o aluno estuda, o que possibilita a verificação dos movimentos pendulares, por motivo de estudo.

Mas a maior vantagem deste banco de dados talvez seja a possibilidade de acompanhamento da trajetória espacial do aluno, segundo seu fluxo escolar, de um ano para o outro - como promovido, repetente, evadido ou falecido. Portanto, a perspectiva longitudinal informará a localização do aluno em nível municipal a cada ano, bem como a série que ele frequenta, na condição de promovido ou repetente. Dada a idade jovem dos alunos do ensino fundamental, seus movimentos migratórios poderão servir de “proxy” para as migrações de sua família.

Além disso, os censos escolares também apresentam vantagens em termos de cobertura, periodicidade anual garantida e ampla disseminação dos microdados, pelo INEP. Com a identificação dos alunos, muitos dos problemas de dupla contagem dos censos anteriores tendem a ser amenizados. Tudo indica que a base de dados dos censos escolares poderá representar importante auxílio, inclusive para projeções de população - além do contingente populacional por si só fundamental, com alguma criatividade permitirá a elaboração de medidas de migração.

O ponto em comum nestas bases é que elas permitem uma análise das migrações, compreendida como a mudança de residência habitual, com transposição de fronteiras político-administrativas. Algumas, como a RAISMIGRA e os censos escolares, também apontam para a necessidade de se avançar nas técnicas de análise longitudinal, ainda pouco utilizadas nos estudos de migração do País, até mesmo pela falta de dados.

### *Análise Espacial com auxílio de Sistemas de Informações Geográficas*

Ferramentas das mais promissoras para o estudo de fenômenos espaciais certamente são os diversos Sistemas de Informações Geográficas, conhecidos como SIG. Muitas áreas do conhecimento, como Geografia, Planejamento Urbano e Regional, Saúde Pública e Epidemiologia utilizam estes sistemas para a análise espacial de indicadores diversos, como ambiente, difusão de doenças, criminalidade e muitos outros. No entanto, no caso dos estudos migratórios

ainda há muito para se fazer. Em parte isso se explica pela escassez de aplicativos especificamente desenvolvidos para os estudos dos fluxos populacionais, mas também pela complexidade computacional envolvida no tratamento de grandes matrizes de origem e destino. Geralmente, nestes casos há grande quantidade de células zeradas, isto é, muitos pares de unidades geográficas não apresentam nenhuma interação, sobrecarregando o processamento dos dados. Felizmente, um dos poucos softwares que trabalha com dados de fluxos é brasileiro, desenvolvido pelo Departamento de Processamento de Imagens do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Nele é possível:

A geração e classificação de fluxos, de auxílio no mapeamento de redes estabelecidas através do deslocamento de pessoas, como por exemplo, pessoas que buscam atendimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), ou qualquer outro tipo de fluxo<sup>2</sup>.

Portanto, a exploração de dados sobre migrações pode ser utilizada para a visualização, identificação e análise de padrões espaciais. Para isso serão necessários invés servindo timentos no desenvolvimento e aperfeiçoamento de aplicativos, assim como treinamento em geoprocessamento e análise espacial nos cursos de demografia e áreas afins.

Finalmente, a crescente importância da demografia nos assuntos de políticas públicas e nas decisões empresariais exige a disseminação dos resultados de pesquisa para um público não especializado, levando em conta as facilidades proporcionadas pelas tecnologias de informação.

## **Considerações finais**

Desde meados do século passado até os dias atuais, o Brasil passou de altos para baixos patamares de crescimento populacional, devido, sobretudo, a queda da fecundidade. Ao longo de décadas os fluxos de longas distâncias procedentes de áreas rurais cederam espaço aos movimentos de mais curtas distâncias.

---

<sup>2</sup> A referência encontra-se na Aula 11 do tutorial do TerraView. Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/terraview/>>. Basta cadastrar um endereço de e-mail e fazer o download do aplicativo, do tutorial e de um banco de dados para acompanhar as aulas.

Como principal fonte de informações sobre migrações, os quesitos censitários evoluíram, incorporando as críticas e sugestões de muitos estudiosos da população, a fim de captar mais adequadamente um fenômeno que adquiria cada vez mais complexidade. Pode-se dizer que o Censo Demográfico 2010 representa um ponto alto de toda esta evolução, pois sem dúvida será o mais completo já realizado no Brasil.

Isso traz aos demógrafos grande responsabilidade, impondo uma agenda de pesquisa para a década repleta de estudos comparativos, temporal e espacialmente. Mas também aponta para a necessidade de preenchimento de lacunas, além da incorporação de novas abordagens, novas técnicas e novos métodos, que auxiliem no desenvolvimento de novas teorias.

Este capítulo procurou apenas tecer breves comentários e interpretações desse rico processo de evolução das informações sobre migrações no País, sem a pretensão de se elaborar uma resenha dos muitos trabalhos que consolidaram a literatura acerca do fenômeno migratório. Talvez os comentários aqui traçados motivem especialmente os novos pesquisadores a ingressarem no sinuoso, porém instigante caminho dos estudos migratórios brasileiros.

## Referências

AMARAL, E. F. L.; FÍGOLI, M. G. B. Métodos e técnicas de mensuração e caracterização de movimentos migratórios. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2004.

\_\_\_\_\_. Tabelas de vida multirregional e caracterização dos fluxos populacionais entre cidades de pequeno, médio e grande porte - Brasil, 1986-1991. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2002.

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2008.

BRITO, F. A.; MERRICK, T. W. Migração, absorção de mão-de-obra e distribuição de renda. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.4, n.1, jan./mai.1974.

CAETANO, C. C. Estabelecimento de fluxos migratórios padrão para o Brasil: análise exploratória dos dados censitários de 1991 e 2000. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 4., 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2005.

CARVALHO, J. A. M.; GARCIA, R. A. **Estimativas decenais e quinquenais de saldos migratórios e taxas líquidas de migração do Brasil, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo unidade da federação e macrorregião, entre 1960 e 1990, e estimativas de emigrantes internacionais do período 1985-1990.** Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2002. Disponível em: <[http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/saldos\\_migratorios/Estimativas\\_saldos\\_migratorios.pdf](http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/saldos_migratorios/Estimativas_saldos_migratorios.pdf)>.

\_\_\_\_\_. Migrações internas: mensuração direta e indireta. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v.43, n.171, jul./set.1982.

FERREIRA, R. N. **Dinâmica do mercado de trabalho formal, migrações no emprego e o processo de reestruturação territorial no Brasil contemporâneo.** 2006. 136f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFMG/IGC, Belo Horizonte.

MADEIRA, J. L.; CASTRO, M. G. Proposições de linhas de informações e pesquisas: área de migrações internas. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v.39, abr./jun.1978.

MARTINE, G. Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilização. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., 1984, São Pedro. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1984.

\_\_\_\_\_; PELIANO, J. C. P. **Migrantes no mercado de trabalho metropolitano.** Brasília: IPEA, 1978.

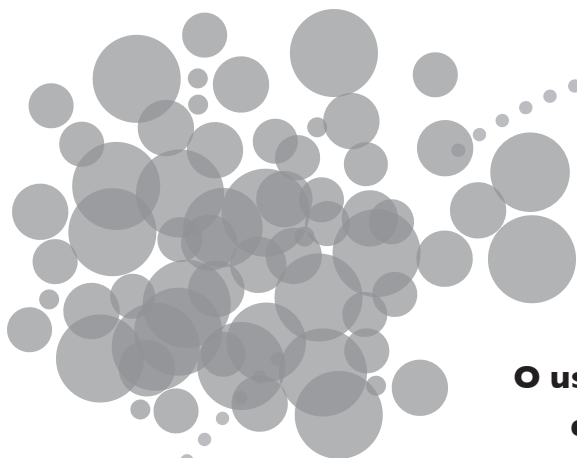
RIGOTTI, J. I. R. A (re)distribuição espacial da população brasileira e possíveis impactos sobre a metropolização. ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32., 2008, Caxambu. **Anais...** São Paulo: ANPOCS, 2008.

\_\_\_\_\_. **Técnicas de mensuração das migrações a partir de dados censitários:** aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. 1999. 142f. Tese (Doutorado em Demografia) - CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ROGERS, A.; JORDAN, L. Estimating migration flows from birthplace-specific population stocks of infants. **Geographical Analysis**, US, v.36, n.1, 2004.

\_\_\_\_\_; RAYMER, J.; \_\_\_\_\_. **Inferring migration flows from birthplace-specific population stocks.** USA: WP University of Colorado, 2003.

\_\_\_\_\_; CASTRO, L. J. **Model migration schedules.** Austria: International Institute for Applied Systems Analysis, 1981.



## VIII.

### **O uso das PNAD's na análise do fenômeno migratório: possibilidades e desafios metodológicos\***

José Marcos Pinto da Cunha  
Alberto Augusto Eichman Jakob

#### **Introdução**

Nos anos de 1990, após mais de uma década de sua implantação, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) incorporou, de maneira contínua, a coleta de informações sobre migração em seu questionário básico. Fato muito importante, considerando a crônica falta de informações periódicas sobre este fenômeno, que dependia para o seu diagnóstico e análise, exclusivamente dos dados decenais provenientes dos censos demográficos. Cabe ressaltar que durante os anos de 1980, em termos da produção de dados para o período intercensitário, estes passaram praticamente intactos<sup>1</sup>.

Este fato, além de ter contribuído para a baixa produção, pelo menos entre os demógrafos, de estudos sobre a temática migratória nos anos 1980, também teve impactos principalmente sobre as projeções demográficas que, em geral, se equivocaram sobre o comportamento da migração durante

\* Os autores agradecem imensamente a indicações técnicas de Leila Ervatti, Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas da Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, assim com de seus colegas da Coordenação de Método do IBGE.

<sup>1</sup> Exceto em 1986, quando a PNAD conteve um suplemento sobre migração.

aquela década, comportamento este que, sem dúvida nenhuma, surpreendeu a todos os pesquisadores de área.

Nesse sentido, a introdução de quesitos sobre migração nas PNADs a partir de 1992 representou, indubitavelmente, um avanço sem precedentes para uma avaliação mais atualizada do fenômeno, e o reconhecimento, por parte do IBGE, da necessidade de se acompanhar de perto o comportamento migratório que, como todos sabemos, se apresenta com uma significativa dificuldade de previsão, tendo em vista seu caráter multifacetado, seja em termos dos seus condicionantes, ou mesmo em termos das modalidades que pode assumir. Na atual situação, de amplas e rápidas mudanças estruturais pelas quais passam a sociedade e a economia brasileiras, mais do que nunca o acompanhamento passo a passo das transformações do fenômeno migratório se torna uma exigência para qualquer estudioso do tema.

Contudo, em que pese a grande oportunidade oferecida por essa fonte de dados aos pesquisadores, seus dados foram e continuam sendo muito pouco analisados. De fato, em função do que parece ser um misto de desinteresse, desconhecimento de suas potencialidades e descontentamento pelas restrições — particularmente as espaciais — impostas pela amostragem da PNAD, o que se tem percebido é um uso muito restrito dos quesitos sobre migração entre os estudiosos de população, em especial os demógrafos.

É nesse contexto que este texto tem por objetivo apresentar as potencialidades oferecidas por esta fonte para a análise e diagnóstico do fenômeno, bem como as restrições impostas tanto pelo seu desenho amostral, quanto pelos tipos de informações recolhidas; trata-se, portanto, de mostrar algumas possibilidades do que se pode ou não fazer.

É importante deixar claro que este trabalho não pretende ser exaustivo, muito menos apresentar grandes inovações em termos do uso dos dados para a análise da migração. Muito do que aqui será tratado beneficia-se das importantes contribuições de demógrafos e pesquisadores, que já trataram de esquadrihar as várias possibilidades dos dados censitários sobre migração, tais como: Martine (1984a); Carvalho (1985); Carvalho e Machado (1992); Carvalho e Rigotti (1998); Rigotti (1999); Brito e Carvalho (2006), e que são, de certa maneira, reproduzidas nas PNADs. Assim, o que se apresenta a seguir são reflexões advindas da experiência do uso desses

dados e do diálogo com outros especialistas, visando fornecer ao leitor um quadro, o mais completo possível, das várias possibilidades e potencialidades da fonte em questão.

### **A potencialidade das PNAD's como fonte de dados sobre migração<sup>2</sup>**

Como já mencionado, pode-se dizer que a grande maioria da informação recolhida pelas PNADs das décadas de 1990 e 2000 sobre migração é da mesma natureza daquela captada nos censos demográficos, particularmente os de 1991 e 2000, assim como será no de 2010 e, por esse motivo, o seu uso pode e deve se beneficiar dos aportes metodológicos desenvolvidos por demógrafos ao longo dos anos 1980, 1990 e 2000. Nesse caso, os esforços realizados foram de grande importância para a utilização mais exaustiva e, principalmente, criativa dos quesitos, de maneira a melhor caracterizar, analisar e descrever os movimentos migratórios.

Não obstante o anterior, há que se reconhecer que as PNAD's apresentam certas especificidades, de maneira que nem todos os desenvolvimentos metodológicos realizados que tem os censos como referências possam ser imediatamente aplicadas. De fato, apesar de essa fonte apresentar uma grande riqueza de informações que permitem acompanhar mais de perto o caminhar do processo migratório nacional, ela apresenta certas limitações que devem ser consideradas no momento da análise.

A primeira dessas limitações — e a mais óbvia — diz respeito ao tamanho e ao nível de representatividade da amostra da PNAD, pois não permite conhecer a realidade migratória dos municípios e das regiões dentro dos estados, com exceção de algumas regiões metropolitanas. Na realidade, essa limitação, que entre outros aspectos não permite, por exemplo, estabelecer fluxos migratórios em nível municipal, representa uma grande restrição, particularmente se se considera a atual configuração da questão migratória no país, que claramente se caracteriza pela crescente importância dos movimentos de mais curta distância e intra-regionais, como pode ser visto

---

<sup>2</sup> Esta seção se beneficia e reproduz parte das reflexões elaboradas em outro estudo sobre o uso dos censos demográficos na análise de migração (CUNHA, 2005).



em: Pacheco e Patarra (1997); Brito (2000); Cunha e Baeninger (2000) e Matos e Baeninger (2001); Baeninger, (2008).

De mesma forma, como será mostrado, parece ser que o tamanho da amostra também limita o uso da informação para Unidades da Federação de menor tamanho, especialmente nas Regiões Norte e Nordeste. Ou seja, mesmo neste nível de desagregação as estimativas podem apresentar problemas. Além disso, não se pode deixar de considerar que a mesma limitação amostral impossibilita a grande flexibilidade dos censos demográficos em termos da gama possível de cruzamentos de variáveis e do número de categorias utilizadas para cada uma delas<sup>3</sup>.

A falta de coleta de informações para a zona rural da região Norte até o ano de 2003 também faz com que a PNAD não forneça um quadro completo para esta região anteriormente e este ano, que, como mostram estudos de Moreira e Moura (2000) e Cunha e Baeninger (2000), tem sido a de maior dinamismo em termos migratórios, dinamismo este que passa também pela ocupação de áreas rurais. Somente as PNADs a partir de 2004 apresentaram uma abrangência nacional.

Outro elemento que pode causar algum tipo de preocupação refere-se à expansão da amostra que, como se sabe, é feita com base em projeções demográficas e que, portanto, pode levar a imprecisões nas estimativas (ou maiores erros, já que nem mesmo o Censo pode ser considerado como exato). Contudo, considera-se tal questão de menor importância, tendo em vista que o mais relevante seriam as tendências sugeridas pela fonte em termos das intensidades, direções e características dos fluxos migratórios.

Enfim, a despeito da semelhança do tipo de informação levantada, a PNAD deve ser utilizada com certa cautela, muito embora a sua riqueza em termos de dados sobre migração e, o que é mais importante, sua periodicidade anual, a torne talvez a mais importante fonte atual de dados sobre o tema existente no Brasil. Não seria exagero dizer que, se no passado e provavelmente ainda

---

<sup>3</sup> Apenas como exemplo dessa questão, a matriz migratória da migração interestadual (UF de origem versus UF de residência) obtida a partir da PNAD, em geral não suporta uma análise desagregada segundo a UF de origem dos migrantes para várias UFs com menor tamanho populacional. Mais complexa ainda seria alcançar a representatividade de uma tabulação por UF de origem e segundo alguma outra variável, como educação ou renda, por exemplo.

hoje existam algumas dúvidas sobre as grandes tendências migratórias no país, é porque, muito provavelmente, pouco se utilizou essa fonte.

### *Identificação dos migrantes e dos fluxos migratórios*

As Nações Unidas, em seu famoso Manual IV *Métodos de medición de la migración interna* (1972, p.2) assim define a migração:

“La migración se define como un traslado de una zona definitoria de la migración a otra (o traslado a una distancia mínima especificada) se ha hecho durante un intervalo de migración determinado y que ha implicado un cambio de residencia”.

Como se nota nessa definição, são dois os elementos necessários para definir a migração: espaço e tempo. Mesmo que as definições adotadas pelas Nações Unidas, de “zona definitoria” e “intervalo de migração”, ainda que com várias ressalvas constantes no texto, fiquem um tanto nebulosas em função do caráter “polifacetado” do fenômeno [Nacões Unidas (1972, p.1)], a questão é que a conceituação de “migração” ou “migrante” passa necessariamente por um recorte espacial e temporal.

Bilsborrow (1996, p.5) também reconhece o caráter multifacetado do fenômeno ao identificar várias modalidades de deslocamentos populacionais, classificados com relação ao tempo de duração (*long-term* ou *short term*), a partir do qual pode-se definir movimentos permanentes, temporários, sazonais etc.:

In fact, the use of the term permanent should be avoided, as neither the migration is permanent — not even for nomads — nor is the residence, indeed, the lack of permanence is inherent in the definition of migration itself (...). It is desirable to distinguish these terms which are often used interchangeably: temporary migration may occur at regular or irregular intervals and is not necessarily linked to a particular season. It is therefore a more generic term that encompasses seasonal migration as a special case. Seasonal migration is most commonly, but not necessarily, link to the agricultural season: when labor needs are high at planting or harvesting times, people may migrate to that area to work; during slack seasons, people in the area may migrate elsewhere in search of work. Seasonal migration may also occur in relation to other activities, such as construction, road building, tourist services, et cetera. Circulation is probably more difficult to define, but in the interest of stimulating debate towards a common definition, I suggest that it be defined as movement within a 30-day period, whether for work or other reasons, that involves sleeping a series of consecutive nights away from home, and it repeated on a more-or-less regular basis in consecutive months, but

without changing one's perceived place of usual residence (...) In that sense it differs from commuting, or daily travel to a place of work or study.

Na PNAD, assim como nos censos demográficos, o caminho conceitual não é diferente. Assim sendo, os quesitos escolhidos para comporem o questionário da PNAD na dedicada à migração<sup>4</sup>, trazem embutidos, de certa forma, uma noção de migrante que precisa ser entendida, em suas qualidades e deficiências, para ser bem utilizada.

É bem verdade que não existe a melhor definição de migrante, mas sim aquela que melhor se adequa aos objetivos do pesquisador. Também é certo que nem sempre se tem, a partir de pesquisas do tipo censitário ou da PNAD, a informação que se deseja, uma vez que o caráter não-retrospectivo da maioria das questões impõe importantes limites à análise. Estudar um fenômeno nitidamente fruto de um processo a partir de dados resultantes de uma “fotografia” do momento é, sem dúvida, um obstáculo a ser transposto, tarefa que nem sempre é possível realizar<sup>5</sup>.

De qualquer maneira, tanto os censos como as PNADs, com alguns cuidados metodológicos e, sobretudo, muita criatividade, podem oferecer um conjunto de informações sobre os movimentos migratórios suficientemente consistentes e adequados para um conhecimento do fenômeno.

Embora se acredite que tempo e espaço devam caminhar sempre juntos nas análises sobre a migração, tendo em vista que para cada “tipo” de movimento, de uma forma ou de outra, sempre corresponde um momento específico (etapa) da trajetória social, econômica, política etc. de um determinado território, nesse texto optou-se por apresentar de maneira separada cada um desses elementos abordados nas PNADs.

### *Os recortes espaciais e temporais na PNAD*

Ainda que tanto o estado quanto o município sejam considerados como referência espacial na formulação dos quesitos sobre migração nas PNADs, deve-se considerar que, pela especificidade amostral já comentada, somente

<sup>4</sup> Para o questionário da PNAD 2009. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/questionarios\\_pnad\\_2009.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/questionarios_pnad_2009.pdf)>. Acesso em: 13/07/2011.

<sup>5</sup> Essa discussão é muito interessante, mas foge do escopo deste trabalho. Para maiores detalhes sobre esse tipo de desafio analítico, ver Martine (1980) e Cunha 2005.

no caso das Unidades da Federação (UFs) é possível estabelecer os fluxos migratórios. Quer dizer, mesmo que exista informação que permite catalogar o informante como um migrante intermunicipal, o dado recolhido sobre o lugar de origem<sup>6</sup> do movimento somente permite caracterizar o fluxo migratório em nível de UF.

De qualquer forma, existem pelo menos três diferentes maneiras de identificar a origem dos migrantes:

- UF de nascimento;
- UF de residência anterior;
- UF de residência cinco anos antes.

Foge do escopo deste texto uma discussão aprofundada das vantagens e desvantagens da utilização de cada um desses quesitos, uma vez que isso já é feito neste mesmo livro por José Irineu Rigotti que discute as potencialidades dos Censos Demográficos. Além disso, tal discussão também consta de vários outros trabalhos bem mais aprofundados (NAÇÕES UNIDAS, 1972; MARTINE, 1984A; CARVALHO, 1985; CARVALHO; MACHADO, 1992; CARVALHO; RIGOTTI, 1998; RIGOTTI, 1999; RIGOTTI, 2000; ALBUQUERQUE; SENNA, 2002)<sup>7</sup>.

O importante a salientar aqui é que, a partir de qualquer dos três quesitos, é possível, pela PNAD, esquadrihar os fluxos migratórios em nível das UFs simplesmente pela tabulação cruzada entre “residência atual” - destino - e “residência prévia” - origem (nascimento, cinco anos antes ou última residência).

<sup>6</sup> Na verdade, já nos anos 1960 e 1970, quando ainda era clara a predominância dos fluxos interestaduais e rural/urbano, Singer (1980, p. 237) considerava difícil falar em origem, tendo em vista o caráter da migração como “processo social”, onde “a unidade migratória deixa de ser o indivíduo para ser o grupo”, e que, portanto, cria um “fluxo migratório que pode ser de longa duração e que descreve um trajeto que pode englobar vários pontos de origem e de destino”. Mais contemporaneamente, esse conceito fica ainda mais difícil de ser precisado, tendo em vista as grandes transformações sofridas pela sociedade brasileira em termos de seu processo de urbanização, dinâmicas regionais, reestruturação e desconcentração produtiva, etc. Estas têm implicado no aparecimento de novos ou no incremento de certos tipos de movimentos populacionais em detrimento de outros, num aparente aumento da circulação, fruto da instabilidade do migrante em termos de sua inserção nos destinos (BAENINGER, 1999; CUNHA; JAKOB, 1999; CUNHA; DEDECCA, 2000). Assim sendo, neste texto o termo se utiliza simplesmente como indicativo do ponto da trajetória do indivíduo que gerou um fluxo em direção a outro local, ponto este que, como se verá, pode variar segundo o tipo de informação utilizada.

<sup>7</sup> Ver também o texto de Rigotti, neste livro.

Mesmo “preso” ao recorte espacial da UF, variações dos tipos de migrantes poderiam ser obtidas ao se combinar as perguntas anteriores entre elas e com outras, como aquela referida ao “tempo de residência”, o que amplificaria ainda mais as possibilidades da informação. Nesse sentido, há que se destacar que a definição mais detalhada da trajetória dos indivíduos permitiria a construção de tipologias mais complexas dos movimentos, o que, sem dúvida, contribuiria para o enriquecimento da compreensão dos processos migratórios, os seus condicionantes e as suas consequências<sup>8</sup>.

É muito comum que os estudos sobre migração considerem o tempo de residência do indivíduo, não apenas por sua importância para caracterizar distintas coortes ou “ondas” de migrantes, mas, sobretudo, por seu significado na interpretação dos diferenciais identificados entre aqueles que chegaram ou saíram de um determinado local. No entanto, é sempre bom ter em mente que as características da informação coletada em levantamentos como a PNAD, ao considerar apenas os “sobreviventes” - ou seja, aqueles que não morreram ou voltaram a migrar - acabam colocando questões complexas para a análise dos dados sobre tempo de residência.

Assim, como mostra Martine (1980) em seu clássico texto, é sempre difícil avaliar se diferenças encontradas entre migrantes novos e antigos ou entre estes e os naturais se devem realmente a um processo de assimilação ou simplesmente à “sobrevivência dos mais fortes”. Na verdade, foge dos objetivos deste texto discutir tais questões, mas é muito importante que o leitor tenha em conta essa problemática no momento de utilizar a informação sobre tempo de residência dos migrantes.

Mesmo individualmente, o tempo de residência seria um elemento suficiente para definir a condição de migrante ou não-migrante do indivíduo. De fato, bastaria que esse tempo fosse menor do que a idade do declarante para que ficasse configurada a existência de pelo menos um movimento prévio. Vale lembrar, no entanto, que, como salientado anteriormente (BILSBORROW, 1996), o tempo de duração da residência pode dar conotações distintas ao

---

<sup>8</sup> Não é demais lembrar que cuidados especiais devem ser tomados no momento de tabulações mais complexas envolvendo duas ou mais variáveis com relação às possibilidades dadas pela amostra, particularmente para aquelas UFs de menor tamanho populacional. Nesses casos, é importante consultar um estatístico ou mesmo o próprio IBGE sobre o número mínimo de casos necessários para a validação dos dados.

caráter permanente ou não da migração. Contudo, a especificidade do dado da PNAD não permite que se tenha clareza sobre este aspecto, já que para um indivíduo com pouco tempo de duração não se pode saber se sua residência será definitiva, ou se ele é um migrante temporário, etc<sup>9</sup>.

A PNAD traz em seu questionário dois tipos de duração de residência: na UF e no município. Pode-se notar que, embora cada qual se refira a tempos diferentes, é possível saber, pelo cruzamento de ambos, por exemplo, se o indivíduo não natural de uma determinada UF é também um migrante intra-estadual (tempo na UF maior do que o tempo no município) ou apenas interestadual (tempo na UF igual ao tempo no município)<sup>10</sup>. Contudo, não há dúvidas que essas informações seriam imensamente enriquecidas se a elas fosse agregado algum elemento espacial.

Assim sendo, mesmo tendo sido comentados em separado, espaço e tempo deveriam sempre andar juntos quando se trata de pensar o estudo do fenômeno migratório. Nesse sentido, como se mostrou, a PNAD, apesar de algumas limitações, constitui-se em uma fonte muito rica e interessante a ser aproveitada.

### *Análises sobre as características da migração*

As possibilidades da PNAD para o estudo da migração não se limitam às formas de identificação dos migrantes, aos volumes, aos fluxos e às intensidades. Na verdade, dada a riqueza dessa fonte, no que se refere à caracterização socioeconômica e demográfica da população, várias outras questões poderiam ser consideradas de maneira a melhor entender o fenômeno migratório. Sem a presunção de esgotar todas as possibilidades, o que se apresenta a seguir são apenas algumas sugestões de dimensões a serem consideradas.

Antes, porém, é importante lembrar que, a despeito do volume de informações disponíveis, quando se trata da análise de processos migratórios,

<sup>9</sup> Na verdade, para se enfrentar uma discussão desse tipo seria necessária uma pesquisa especialmente desenhada para tal, entre as quais aquelas do tipo de segmento de coortes (*follow up*) talvez fossem as mais recomendadas.

<sup>10</sup> Mesmo assim, como os tempos são reportados em anos completos (1, 2, 3 etc.), é sempre possível que, ainda com valores iguais, o tempo na UF fosse maior de que no município se estes tivessem sido computados, por exemplo, em meses ou dias.

uma limitação importante decorre da natureza de muitos dos dados levantados na PNAD: seu caráter não-retrospectivo. Na verdade, com exceção de um quesito referente à ocupação prévia do indivíduo, a grande maioria das informações coletadas diz respeito ao momento do levantamento (como uma verdadeira fotografia) que, se não inviabiliza seu uso, já que ao menos permite discutir a forma de inserção do migrante no lugar de destino, no mínimo o torna pouco satisfatório para enfrentar várias questões. Este é o caso, por exemplo, de estudos que buscam conhecer as condições socioeconômicas e demográficas dos migrantes no momento de suas mudanças. Nesse particular, algumas alternativas podem ser levantadas no sentido de resolver ou, no mínimo, contornar tais problemas.

Na verdade, do ponto de vista de certas variáveis demográficas, com claros significados analíticos para o estudo da migração, a idade, tipo de família, ciclo vital e estado civil seriam passíveis de mudanças com o tempo e/ou com a migração e, portanto, poderiam não refletir a situação vigente no local de origem. A seguir apresentam-se algumas sugestões de manuseio do dado:

- a) Idade: um procedimento bastante aceitável para transformá-la em “idade no momento da migração” seria subtrair seu valor do “tempo de residência no município” do indivíduo<sup>11</sup>;
- b) Tipo de Família: tendo como referencial o chefe da família, pode-se cotejar a “condição migratória” (origem do movimento e tempo de residência no destino) deste e dos outros membros como forma de se obter pistas aproximadas sobre a situação dessa família no momento da migração (se já existia, se era tal como captada pelo censo etc.);
- c) Ciclo Vital: tomando como um indicador aproximado dessa variável a idade média do casal<sup>12</sup>, o mesmo procedimento descrito no item “a” poderia ser utilizado nesse caso;

---

<sup>11</sup> Obviamente que esta aproximação seria adequada apenas para os migrantes com tempo de residência menor ou igual a cinco anos, já que apenas para estas durações tem-se a informação desagregada por anos simples.

<sup>12</sup> Na verdade, esta é apenas uma das formas possíveis de se aproximar ao ciclo vital da família, já que outras poderiam ser sugeridas utilizando não apenas a idade dos cônjuges, mas também a idade e número de filhos etc.

d) Estado Civil: assim como no item “b”, o estado civil do chefe da família poderia ser inferido a partir da comparação entre a sua condição migratória e a de seu cônjuge<sup>13</sup>.

Comentários semelhantes poderiam ser feitos para algumas características socioeconômicas:

Educação: como lembra Martine (1980), para a população adulta, esta variável estaria muito menos afetada pelo tempo e pela mudança de residência, o que a tornaria uma escolha interessante para os estudos migratórios que visem conhecer o perfil do migrante na origem do movimento.

Ocupação: como se sabe, esta variável pode ser afetada pela simples mudança de quadro domiciliar (rural para urbano ou vice-versa) ou de contextos socioeconômicos. Uma vez que a partir da PNAD é possível conhecer, caso tenham existido, dados sobre o trabalho anterior do indivíduo no período de um ano antes da data de referência do levantamento, fica aberta a oportunidade de se analisar, para aqueles migrantes com menos de um ano de residência na UF, a sua ocupação anterior, dado útil para estudos de mobilidade social<sup>14</sup>. Contudo, como na PNAD os quesitos sobre migração e trabalho não estão associados (ou seja, não se pergunta sobre o trabalho na residência prévia), há sempre a possibilidade de que, mesmo residindo há menos de um ano, o trabalho anterior não necessariamente corresponda àquele exercido no local de origem. De qualquer forma, o dado é interessante e pode se ter um grande potencial de uso. Infelizmente, ao contrário dos censos demográficos, nas PNADs não é coletada informação sobre a origem urbana/rural, sendo este um dado que poderia sugerir mudanças ocupacionais<sup>15</sup>.

---

<sup>13</sup> Se o cônjuge tiver a mesma origem e tempo de residência do chefe, poder-se-ia supor que aquele tenha migrado com este. Contudo, não se tem a garantia de que isso seja verdadeiro, sem contar que para chefes viúvos ou separados é impossível saber o estado civil anterior.

<sup>14</sup> Para uma discussão e revisão interessante sobre esse tema no caso da migração, ver Jannuzzi (2000).

<sup>15</sup> Particularmente na PNAD, essa informação seria muito mais interessante, na medida em que, como mostram Silva e Del Grossi (1997) e Silva (1999), este levantamento permite várias análises sobre a relação entre lugar e moradia e lugar de trabalho.



## **Quão confiáveis seriam os dados derivados da PNAD para o estudo da migração?**

Talvez uma das primeiras perguntas que deveria vir à mente do pesquisador ao utilizar qualquer fonte de dados, seria: serão confiáveis os dados que dela derivam? De fato, a avaliação da qualidade da informação dos dados a serem utilizados constitui parte fundamental de qualquer processo de investigação.

É claro que a tradição e a qualidade das PNADs como fonte para estudos socioeconômicos e demográficos não precisam ser postas em discussão, mesmo que, por terem sua expansão realizada a partir de projeções, seus dados absolutos não sejam necessariamente os mais próximos da realidade, particularmente nos anos mais afastados dos recenseamentos. Contudo, em se tratando da migração, a pouca utilização por parte dos estudiosos dos quesitos específicos sugere a necessidade de estabelecer algum tipo de controle sobre os seus dados.

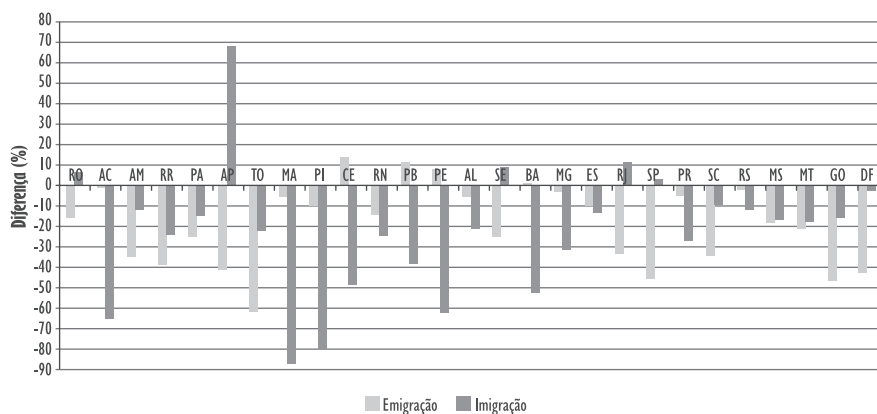
A forma encontrada para isso foi feita a partir da comparação com os dados censitários, estes sim, amplamente utilizados e com algum nível de consenso em torno da qualidade de suas informações quanti e qualitativas.

Optou-se por cotejar os resultados das matrizes migratórias obtidas de ambas as fontes, o que significava a possibilidade de comparação tanto de volumes de imigração e emigração totais, como de cada fluxo migratório específico. A estratégia adotada implicou a preparação de dois tipos de matrizes: a primeira utilizando o quesito sobre UF anterior para os migrantes com menos de 10 anos de residência; a segunda lançando mão da informação sobre data fixa, ou seja, sobre a residência dos indivíduos cinco anos antes da data do levantamento. Foram comparados os resultados do Censo de 2000 e a PNAD de 2001.

Como pode ser observado nos gráficos 1 e 2, ao comparar os resultados do Censo de 2000 e a PNAD de 2001, pelo menos em termos percentuais, as diferenças entre os volumes de imigração e emigração podem chegar a níveis elevados em algumas UFs, mesmo levando em conta que os graus de magnitude dos volumes estimados não sejam tão discrepantes (Anexo I). Na verdade, como já destacado, as especificidades da PNAD em termos de sua amostra — e, portanto, do erro amostral, — especialmente com relação às

Regiões Norte e Nordeste<sup>16</sup>, além do fato da sua expansão estar baseada em projeções, podem levar a tais diferenças o que indica a necessidade de certo cuidado ao utilizá-la.

**GRÁFICO I** - Brasil: diferenças percentuais entre os volumes de imigração e emigração captadas pelo Censo Demográfico de 2000 (\*) e PNAD de 2001, por Unidades da Federação (Quesito "Última Residência")



Fonte: Fundação IBGE (2000; 2001).

(\*) No Censo Demográfico de 2000 foram considerados apenas domicílios urbanos da Região Norte para efeitos de comparabilidade com a PNAD de 2001.

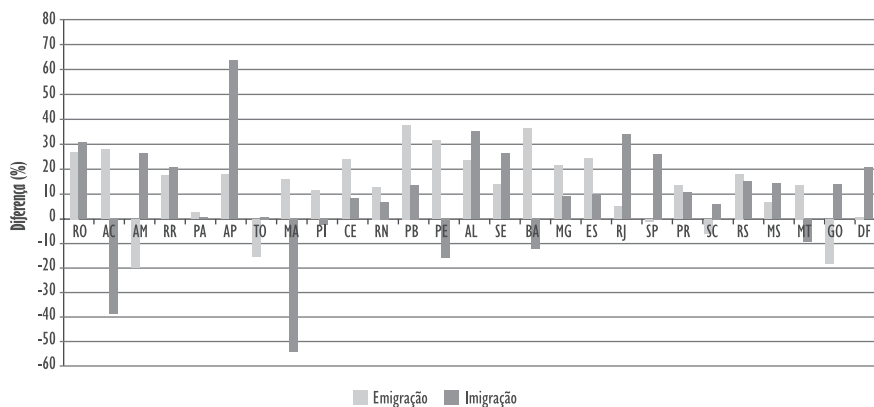
Na verdade, no caso da primeira forma de mensuração, ou seja, utilizando a última residência, seria de se esperar que os dados sobre emigração fossem, de fato, um pouco distintos entre as duas fontes, uma vez que no Censo Demográfico a captação da residência anterior, ao nível de UF, não é perfeitamente possível, considerando que, ao contrário do que ocorre na PNAD, a pergunta é feita tendo o município de residência anterior como referência. Assim, embora seja possível detectá-los, não se pode conhecer verdadeiramente a origem dos migrantes interestaduais que se deslocaram internamente no estado onde foram recenseados, dificultando, portanto, uma boa estimativa de emigração por UF<sup>17</sup>.

<sup>16</sup> Segundo consulta feita aos técnicos do IBGE, isto se deve ao fato de que as amostras das regiões Norte e Nordeste são menores que a das outras regiões, além de serem mais concentradas nos municípios de maior tamanho.

<sup>17</sup> A partir da identificação destes indivíduos (pelo seu tempo de residência na UF), Carvalho (1985) apresenta uma solução muito criativa para o problema ao realizar uma distribuição prorrata destes segundo a distribuição daqueles cuja origem se conhece.

Enfim, o que se pode dizer da comparação do Censo 2000 e PNAD 2001 é que várias das diferenças de maneira geral não são tão preocupantes. A não ser na Região Norte e, em menor medida, no Nordeste, há razões para se pensar que a fidedignidade dos dados deste último levantamento seria bastante boa para se aferir as tendências migratórias das UFs. É importante que se diga também que a avaliação de tendências utilizando apenas as próprias PNADs seria ainda mais robusta uma vez que, neste caso, estar-se-ia controlando as fontes de possíveis erros.

**GRÁFICO 2** - Brasil: Diferenças percentuais entre os volumes de imigração e emigração captadas pelo Censo Demográfico de 2000(\*) e PNAD de 2001, por Unidades da Federação. (Quesito "Data Fixa")



Fonte: Fundação IBGE (2000; 2001).

(\*) No Censo Demográfico de 2000 foram considerados apenas domicílios urbanos da Região Norte para efeitos de comparabilidade com a PNAD de 2001.

Tendo em vista que os resultados já apresentados são bastante promissores em relação ao uso da PNAD, considera-se que, para se chegar a uma conclusão um pouco mais sólida, também seria importante observar os resultados em termos da configuração dos fluxos migratórios revelados por esta fonte, novamente tendo como parâmetro o Censo Demográfico. Foram preparadas as tabelas 1 e 2, que apresentam a constituição dos fluxos migratórios para algumas das principais áreas de evasão e invasão do país.

**TABELA 1** - Comparação das distribuições relativas dos fluxos migratórios para algumas áreas de expulsão do país: Censo 2000 e PNAD 2001 (Quesito: Datafixa)

Destino	Origem								Total
	Nordeste	Centro-Oeste	Norte	São Paulo	Minas Gerais	RJ+ES	Paraná	SC+RS	
<b>PNAD 2001</b>									
Mato Grosso	9,3	33,5	18,2	13,3	1,7	.	14,0	10,0	100,0
São Paulo	48,9	10,9	4,2	.	14,4	5,1	13,0	3,5	100,0
Rio de Janeiro	46,3	4,0	3,1	22,3	16,1	5,3	1,1	1,8	100,0
Rôndonia	8,3	25,3	25,3	10,3	7,7	13,4	8,8	1,0	100,0
Roraima	53,2	2,1	43,1	0,5	.	.	1,1	.	100,0
<b>Censo 2000</b>									
Mato Grosso	12,0	24,7	18,8	11,9	3,9	1,5	16,8	10,2	100,0
São Paulo	57,7	7,0	2,5	.	14,6	4,7	10,7	2,8	100,0
Rio de Janeiro	50,3	4,8	4,7	14,1	15,1	5,7	1,8	3,5	100,0
Rôndonia	14,9	24,2	20,8	11,2	6,2	7,6	11,4	3,7	100,0
Roraima	35,8	4,3	52,8	1,5	1,2	1,7	1,2	1,6	100,0

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2001 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP).

**Tabela 2** - Comparação das distribuições relativas dos fluxos migratórios para algumas áreas de expulsão do país: Censo 2000 e PNAD 2001 (Quesito: Datafixa)

Origem	Destino						Total
	São Paulo	Centro-Oeste	Sul	Norte	Nordeste	Resto do Sudeste	
<b>PNAD 2011</b>							
Ceará	25,7	10,3	2,8	6,8	39,4	14,9	100,0
Pernambuco	43,3	6,7	2,1	2,9	35,2	9,7	100,0
Bahia	47,7	13,5	1,5	2,2	11,1	24,0	100,0
Minas Gerais	41,3	18,7	2,0	3,3	12,7	22,0	100,0
Paraná	40,6	12,3	36,2	3,0	2,9	5,0	100,0
<b>Censo 2000</b>							
Ceará	36,2	11,4	2,5	7,5	23,9	18,5	100,0
Pernambuco	47,1	5,7	1,7	2,7	32,2	10,4	100,0
Bahia	53,9	12,4	1,8	1,5	11,5	19,0	100,0
Minas Gerais	44,3	17,4	3,9	3,5	9,2	21,6	100,0
Paraná	39,4	16,1	30,9	3,7	3,4	6,4	100,0

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2001 (Tabulações Especiais, NEPO/UNICAMP).

Como se percebe pelos dados apresentados, existe uma grande semelhança na estrutura da migração segundo os fluxos migratórios entre as duas fontes. De fato, a não ser no caso de Roraima para as áreas de imigração líquida e Ceará para as áreas de emigração líquida e mesmo assim com diferenças que não superam os 18%, os resultados apresentados mostram que a PNAD parece refletir com bastante acurácia os fluxos migratórios

estabelecidos entre as Unidades da Federação. De qualquer maneira, uma vez mais fica muito claro que a qualidade da informação para as regiões Norte e Nordeste exige muito cuidado nas análises a serem feitas.

### **Considerações Finais**

Os estudos empíricos nas ciências humanas, nos quais se inclui a demografia, em sua maior parte resvalam nas dificuldades de levantamento de dados, que acabam sempre impondo ao pesquisador um desafio não apenas conceitual, mas também operacional e financeiro. Recolher informações, particularmente boas informações, nem sempre é tarefa das mais fáceis e baratas.

Nesse sentido, é evidente reconhecer que a possibilidade de se utilizar um instrumento com as características e a periodicidade das PNADs torna-se uma significativa vantagem. Contudo, a despeito disso, nem todos os estudiosos e, em particular, os “migrólogos” – por sorte já com várias e honrosas exceções – encontram nesta fonte um elemento de inspiração e motivação.

Este texto tratou de mostrar como as informações disponíveis nas PNADs podem contribuir para um mais amplo e melhor conhecimento do fenômeno migratório. Mesmo considerando suas limitações, impostas pelas especificidades amostrais, demonstrou-se que várias questões poderiam ser encaradas a partir do uso isolado ou combinado de vários dos seus quesitos.

Com o incrível e alucinante crescimento da capacidade de processamento de informações e, sobretudo, com a facilidade de acesso aos dados, propiciada pelas políticas de disseminação do IBGE, hoje em dia o uso da PNAD não representa mais o desafio de anos atrás. Dessa forma, é fundamental que os pesquisadores do fenômeno migratório voltem seus olhos para as potencialidades dessa fonte, analisando-a cuidadosamente, gerando formas criativas de utilização, criticando-a, enfim participando ativamente do processo de sua concepção e contribuindo para o seu contínuo aperfeiçoamento.

Nesse processo não apenas poder-se-á avançar na caracterização e compreensão do fenômeno, mas também no reconhecimento da sua importância na dinâmica socioeconômica no nível nacional, regional ou local e, portanto, da sua relevância como recorte analítico para estudos sobre trabalho, renda, políticas sociais etc.

## Referências

ALBUQUERQUE, F.R.P.C.; SENNA, J.R.X. Avaliação da informação de data fixa com base nos resultados das PNAD's da década de 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2002.

AMARAL, A.E.P.; NOGUEIRA, R.A.M. **A volta da Asa Branca:** um estudo sobre migração de retorno a Pernambuco. Recife: Fundaj/Facepe, 1993.

BAENINGER, R. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2008.

\_\_\_\_\_. **Região, Metrópole e Interior:** espaços ganhadores e espaços perdedores nas migrações recentes - Brasil, 1980-1996. 1999, 231f. Dissertação (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

BILSBORROW, R. E. The state of the art and overview of the chapters. In: \_\_\_\_\_. **Migration, urbanization, and development:** new directions and issues. New York: UNFPA, 1996.

\_\_\_\_\_; OBERAI, A.S.; STANDING, G. **Migration surveys in low income countries:** guidelines for survey and questionnaire design. Unites States of America: Croom Helm, 1984.

BRITO, F.; CARVALHO, J.A.M. As migrações internas no Brasil: as novidades sugeridas pelos Censos Demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADs recentes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Brasil, final de século:** a transição para um novo padrão migratório. Belo Horizonte, 2000. (Mimeo).

CAIADO, M. C. S. **Estruturação intra-urbana e contrapartidas sociodemográficas:** a diferenciação socioespacial da população da região do Distrito Federal e Entorno. 2004. Dissertação (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

\_\_\_\_\_. Estrutura urbana e mobilidade intra-regional: a região do entorno de Brasília. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000.

CARVALHO, J.A.M.; RIGOTTI, J.I. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.15, n.2, jul./dez. 1998.

\_\_\_\_\_; MACHADO, C. C. Quesitos sobre migrações no censo demográfico de 1991. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.9, n.1, jan./jul.1992.

\_\_\_\_\_. Estimativas indiretas e dados sobre migrações: uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.2, n.1, jan./jun.1985.

CUNHA, J. M. P. A migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n.22, jun. 2006.

\_\_\_\_\_. Migração e urbanização no Brasil: alguns desafios metodológicos para a análise. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.19, n.4, out./dez.2005.

\_\_\_\_\_; BAENINGER, R. A migração nos estados brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. In: HOGAN, D. J. et al. (Org.). **Migração e ambiente em São Paulo**: aspectos relevantes da dinâmica recente. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2000.

\_\_\_\_\_; DEDECCA, C. S. Migração e trabalho na Região Metropolitana de São Paulo nos anos 90: uma abordagem sem preconceito. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.17, n.1/2, jan/dez.2000.

\_\_\_\_\_; JAKOB, A. A. E. Quem entra e quem sai da região metropolitana de São Paulo: uma análise dos impactos da migração no perfil da população residente. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, 2., 1999, Ouro Preto. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1999.

\_\_\_\_\_. (Des) Continuidades no padrão demográfico do fluxo São Paulo/Bahia no período 1970/1991: qual o efeito da crise? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Mobilidade populacional e expansão urbana**: o caso da região metropolitana de São Paulo. 1994. 300f. Dissertação (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FUNDAÇÃO IBGE. **PNAD 2001**. Rio de Janeiro, 2001.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2000.

HUGO, G.; CHAMPION, A.; LATTES, A. **New conceptualization of settlement for demography**: beyond the rural/urban dichotomy. Bahia, 2001. (Trabalho Apresentado na 42<sup>th</sup> Iussp Conference).

JAKOB, A. A. E. **Análise sócio-demográfica da constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000**.

2003, 220f. Dissertação (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

JANNUZZI, P. M. **Migração e mobilidade social**: migrantes no mercado de trabalho paulista. Campinas: Autores Associados, 2000.

MARTINE, G. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: ABEP. **História e população**: estudos sobre a América Latina. São Paulo: Fundação SEADE, 1990.

\_\_\_\_\_. et al. A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1988, Olinda. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1988.

\_\_\_\_\_.; CAMARGO, L. Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v.1, n.1, 1984.

\_\_\_\_\_. Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilizações. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 4., 1984, São Paulo. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1984a.

\_\_\_\_\_. Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilização. In: ABEP. **Censo, consensos, contracensos**. Belo Horizonte: ABEP, 1984b.

\_\_\_\_\_. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

MATOS, R.; BAENINGER, R. Migração e urbanização no Brasil: processos de concentração e desconcentração espacial e o debate recente (versão em português). In: GENERAL POPULATION CONFERENCE - IUSSP, 24., 2001, Salvador. **Anais...** Liège: IUSSP, 2001.

\_\_\_\_\_. A desconcentração populacional em Minas Gerais e as mudanças na Região-Core. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1994.

NAÇÕES UNIDAS. **Métodos de medición de la migración interna**: manual VI. Nueva York, 1972.

OLIVEIRA, A. T. R.; ERVATTI, L. R.; O'Neill, M. M. V. C. O panorama dos deslocamentos populacionais no Brasil: PNADs e Censos Demográficos. In: OLIVEIRA, L. A. P.; \_\_\_\_\_. **Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação IBGE, 2011.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. L. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? In: PATARRA, N. L. et al. **Migração, condições de vida e dinâmica urbana**: São Paulo 1980-1993. Campinas: IE/UNICAMP, 1997.



RIBEIRO, J. T. L. **Estimativa da migração de retorno e de alguns de seus efeitos demográficos indiretos no Nordeste Brasileiro**. 1997. 206f. Dissertação (Doutorado) - CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

\_\_\_\_\_; CARVALHO, J. A. M.; WONG, L. R. Efeitos demográficos da migração de retorno: uma proposta metodológica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 1996, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1996.

RIGOTTI, J. I. Estimativas de saldos e fluxos migratórios a partir do Censo Demográfico de 1991: uma aplicação para as mesorregiões de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 17, n. 1/2, 2000.

\_\_\_\_\_. **Técnicas de mensuração das migrações a partir de dados censitários**: aplicação aos casos de Minas Gerais e São Paulo. 1999. 142f. Dissertação (Doutorado) - CEDEPLAR/FACE, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

\_\_\_\_\_; RODRIGUES, R. N. Distribuição espacial da população na Região Metropolitana de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 9., 1994, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 1994.

SALIM, C. A. **Estrutura agrária e dinâmica migratória na Região Centro-Oeste, 1970-1980**: análise do êxodo rural e da mobilidade da força de trabalho no contexto de industrialização da agricultura e da fronteira urbanizada. 1992. Dissertação (Doutorado) - CEDEPLAR/FACE, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas: IE/UNICAMP, 1999. (Coleção Pesquisas, 1).

\_\_\_\_\_; DEL GROSSI, M. E. A evolução do emprego não agrícola no meio rural brasileiro - 1992-1995. **Indicadores Econômicos FEE**, Fundação de Economia e Estatística Siegfried E. Heuser, Porto Alegre, v.25, n.3, 1997.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

VAINER, C. B.; BRITO, F. Migration and migrants shaping contemporary Brazil. In: GENERAL POPULATION CONFERENCE – IUSSP, 24., 2001, Salvador. **Anais...** Liège: IUSSP, 2001.

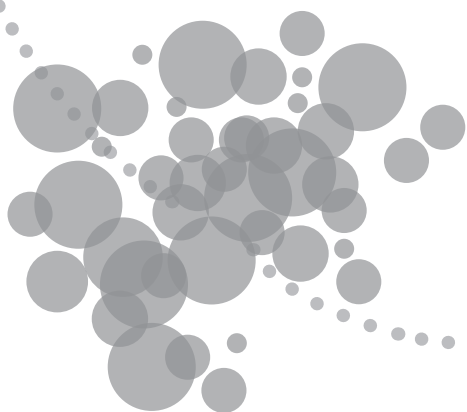
**Anexo****Quadros comparativos dos volumes de imigração e emigração utilizando o Censo e a PNAD**

Comparação entre os volumes de imigração e emigração, por Unidade da Federação  
Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2001 - Questito "Última Residência"

Unidade da Federação	Emigração		Imigração		Diferença em %	
	Censo 2000	PNAD 2001	Censo 2000	PNAD 2001	Emigração	Imigração
Rondônia	156.844	175.269	181.399	113.433	-11,7	37,5
Acre	31.301	27.039	30.372	39.055	13,6	-28,6
Amazonas	121.527	146.499	160.371	163.620	-20,5	-2,0
Roraima	23.914	30.854	83.766	87.862	-29,0	-4,9
Pará	458.332	548.283	417.725	337.565	-19,6	19,2
Amapá	29.279	36.634	92.829	27.548	-25,1	70,3
Tocantins	152.481	221.498	199.032	206.384	-45,3	-3,7
Maranhão	577.239	531.941	228.006	424.917	7,8	-86,4
Piauí	322.249	348.000	182.872	329.993	-8,0	-80,5
Ceará	438.152	367.903	343.605	509.431	16,0	-48,3
Rio Grande do Norte	154.695	175.626	157.366	195.927	-13,5	-24,5
Paraíba	365.861	321.337	222.545	308.969	12,2	-38,8
Pernambuco	657.811	602.385	358.192	581.402	8,4	-62,3
Alagoas	283.828	298.420	128.268	155.562	-5,1	-21,3
Sergipe	118.011	147.613	112.419	102.008	-25,1	9,3
Bahia	1.152.657	1.121.508	529.196	805.009	2,7	-52,1
Minas Gerais	887.733	903.456	893.680	1.174.334	-1,8	-31,4
Espírito Santo	190.328	195.350	273.571	309.508	-2,6	-13,1
Rio de Janeiro	564.688	750.477	656.097	580.717	-32,9	11,5
São Paulo	1.763.892	2.556.086	2.836.446	2.749.311	-44,9	3,1
Paraná	797.499	825.275	614.723	778.604	-3,5	-26,7
Santa Catarina	286.856	383.328	403.948	441.112	-33,6	-9,2
Rio Grande do Sul	282.461	286.581	255.768	287.207	-1,5	-12,3
Mato Grosso do Sul	207.888	242.064	202.196	235.978	-16,4	-16,7
Mato Grosso	253.089	288.246	363.023	426.822	-13,9	-17,6
Goiás	365.044	513.025	692.932	802.257	-40,5	-15,8
Distrito Federal	393.240	558.068	416.552	428.230	-41,9	-2,8

Comparação entre os volumes de imigração e emigração, por Unidade da Federação  
Censo Demográfico de 2000 e PNAD 2001 - Questito "Última Residência"

Unidade da Federação	Emigração		Imigração	
	Censo 2000	PNAD 2001	Censo 2000	PNAD 2001
Rondônia	72.734	50.884	83.325	39.648
Acre	16.069	9.633	13.635	15.189
Amazonas	58.658	62.611	89.626	59.755
Roraima	14.380	10.999	47.750	32.606
Pará	234.235	217.772	182.045	130.212
Amapá	15.113	10.990	44.582	14.869
Tocantins	82.513	87.840	95.430	80.946
Maranhão	274.470	206.532	100.820	155.340
Piauí	140.815	123.276	88.736	90.992
Ceará	186.709	139.298	162.926	149.247
Rio Grande do Norte	71.286	61.470	77.917	72.493
Paraíba	163.485	100.972	102.005	88.076
Pernambuco	280.289	189.073	164.872	190.676
Alagoas	127.949	96.938	55.967	36.155
Sergipe	56.931	48.869	52.109	38.379
Bahia	518.038	323.782	250.572	281.119
Minas Gerais	408.659	314.525	447.781	406.642
Espírito Santo	95.166	67.413	129.169	116.580
Rio de Janeiro	274.212	259.133	319.749	209.390
São Paulo	883.884	889.766	1.223.809	899.213
Paraná	336.998	288.088	297.308	266.700
Santa Catarina	139.665	146.637	199.651	187.502
Rio Grande do Sul	152.891	123.903	113.395	95.636
Mato Grosso do Sul	108.738	100.397	97.709	83.657
Mato Grosso	123.726	100.511	166.297	181.594
Goiás	169.898	194.621	372.702	319.689
Distrito Federal	188.576	187.649	216.200	171.277



# Sobre os autores

José Marcos Pinto da Cunha (organizador), demógrafo, doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, professor associado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH e pesquisador do Núcleo de Estudos de População - NEPO, ambos da UNICAMP. Sua produção de pesquisa concentra-se nas questões relativas à redistribuição espacial da população, urbanização, migração interna, dinâmica demográfica intraurbana e temas afins como segregação socioespacial, vulnerabilidade e pobreza. [zemarcos@nepo.unicamp.br](mailto:zemarcos@nepo.unicamp.br)

Alberto Augusto Eichman Jakob, demógrafo, doutor em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, pesquisador do Núcleo de Estudos de População - NEPO, da UNICAMP. Sua produção de pesquisa concentra-se nas questões relativas à redistribuição espacial da população, migração interna e internacional, dinâmica demográfica intraurbana e temas afins como segregação socioespacial e vulnerabilidade. [alberto@nepo.unicamp.br](mailto:alberto@nepo.unicamp.br)

Eduardo Marandola Jr., geógrafo; Doutor em Geografia pelo Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (IG/Unicamp). Desenvolve atividades de Pós-Doutorado ligadas ao Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/Unicamp). Atua como Pesquisador colaborador do Núcleo de Estudos de População (NEPO/Unicamp), trabalhando no campo dos estudos populacionais com mobilidade e migração; população e ambiente; e riscos e vulnerabilidade, especialmente em contextos de mudança ambiental. [eduardm@nepo.unicamp.br](mailto:eduardm@nepo.unicamp.br)

Hervé Domenach, demógrafo, doutor em Ciências Economicas del desarrollo, professor da Universidad Cezanne (Aix en Provence, França), e pesquisador do Instituto de Urbanismo e planeamiento. Sua produção de pesquisa concentra-se nas questões relativas à redistribuição espacial da população, urbanização, migrações internacionais e problemáticas ambientais. [domenachhh@wanadoo.fr](mailto:domenachhh@wanadoo.fr)

Jorge Rodriguez Vignoli. Sociólogo pela Universidade do Chile. Pós-graduado em Dinâmica da População e Políticas e Programas de Desenvolvimento pelo CELADE. Doutor em Historia Econômica e Social da América Latina pela Universidade de Santiago de Chile. Desde 1994 atua como assistente de investigação no CELADE-Divisão de População da CEPAL. Publicou numerosos artigos sobre diversos temas sócio-demográficos, entre eles vários relativos à migração interna e segregação residencial. Como investigador das Nações Unidas realizou inúmeras missões de apoio técnico a vários países da região. Atualmente é o Editor Geral da Serie "Investigaciones" da ALAP. [jorge.RODRIGUEZ@cepal.org](mailto:jorge.RODRIGUEZ@cepal.org)

José Irineu Rangel Rigotti, demógrafo, doutor em demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, professor adjunto do Departamento de Demografia e pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional - CEDEPLAR, ambos da UFMG. Sua produção de pesquisa concentra-se nas questões relativas à redistribuição espacial da população, migração interna e técnicas de análise demográfica. [rigotti@cedeplar.ufmg.br](mailto:rigotti@cedeplar.ufmg.br)

Richard E. Bilsborrow, economista-demógrafo, com doutorado em economia da Universidade de Michigan e pós-doutorado em Demografia na Universidade de Princeton, atualmente é Professor de Bioestatística na Universidade de Carolina do Norte, membro do Centro de Estudos de População e Professor Adjunto de Economia, Geografia, Ecologia e Planejamento. Trabalhou em inúmeros projetos envolvendo pesquisa de campo (surveys) e assessoria a países, especialmente o Equador; também colaborou com outras Universidades e órgãos das Nações Unidas em temas como migração interna e internacional, desenvolvimento, pobreza e ambiente, entre outros. [richard\\_bilsborrow@unc.edu](mailto:richard_bilsborrow@unc.edu)

Rosana Baeninger, socióloga-demógrafa, doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH e pesquisador do Núcleo de Estudos de População - NEPO, ambos da UNICAMP. Sua produção de pesquisa concentra-se nas questões relativas à migração interna, migração internacional, urbanização e cidades. [baeninger@nepo.unicamp.br](mailto:baeninger@nepo.unicamp.br)







